

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL MESTRADO**

**ENTRE SABERES E AFAZERES: A DINÂMICA DAS ATIVIDADES
RURAIS DAS MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES NO
CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (ROLANTE/RS)**

ALINE NANDI

Taquara

2015

ALINE NANDI

**ENTRE SABERES E AFAZERES: A DINÂMICA DAS ATIVIDADES
RURAIS DAS MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES NO
CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (ROLANTE/RS)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado – das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof^o. Dr. Daniel Luciano Gevehr.

Taquara

2015

DEDICATÓRIA

Dedico esta minha dissertação a meu esposo pelo incansável apoio e paciência e ainda por me fazer acreditar que era possível. A meus pais pelo dom da vida, pelo exemplo e ainda por suas presenças, mesmo ausentes. A meu irmão pelo cuidado com a vida de meus pais em cada partida minha. A meu professor orientador por ser luz e inspiração. A todas as agricultoras e agricultores familiares pelo cuidado com a terra, com vida, pela história, trajetória, lutas e resistências. Às vidas perdidas por acreditar que outro mundo é possível.

AGRADECIMENTOS

O fechamento de um ciclo traz consigo diversas incertezas e até mesmo um certo vazio. Traz ainda, a esperança de um novo agora. Este ciclo não teria sido tão brilhante se não fosse com o apoio incondicional de vários seres de luz, que já estavam comigo e outros que foram caminhando de mãos dadas comigo neste longo caminho curto.

É tempo então de agradecer. Agradecer primeiro a Deus, por costurar ao longo deste período em meio aos medos e desafios a possibilidade de permanecer fiel ao sonho de aprender para ensinar.

Aos mestres, que muito nos ensinaram. Mostraram-nos os diferentes caminhos que poderíamos ter escolhido. Uns com mais paciência, outros com mais entusiasmo, cada um a seu modo, deixou um pouco de si e levou um pouco de nós. Obrigada por me fazerem, em meio aos risos da descoberta ou ao desespero pela busca da perfeição, entender qual a fórmula do PIB e ainda perceber que sempre há um jeito de perseguir nosso objetivo.

Gostaria de ter palavras que transmitisse o quanto cada professor ao seu modo foi especial, porém, não as encontrando, o que de mais sábio posso trazer é, o meu MUITO OBRIGADA e a minha GRATIDÃO.

A meus pais Geraldo e Janice, meu irmão Arthur, e demais familiares, meu desejo do eterno caminhar. O sentimento de gratidão por vocês é infinito. E se trilho este caminho é porque tenho muito de vocês em mim.

Meu sempre amor, companheiro para toda a vida, Ricardo de Jesus Raimundo, esposo, amigo, conselheiro. Minha escuta silenciosa e pacienciosa, *às vezes nem tão paciente assim*. Meu querer fazer melhor. Meu guia. Minha motivação. Seus olhares, conselhos, puxões de orelha, incentivos, foram tudo nesta trajetória. Obrigada por ter dito sempre, *vai lá que é seu este lugar*.

Meus agradecimentos à Emater de Rolante, à Prefeitura Municipal, e aos demais órgãos que contribuíram com dados e direcionamentos da pesquisa.

À Associação Comercial de Rolante – ACISA, em especial à diretoria e à Andressa, nossa amiga e colaboradora pela paciência, compreensão e por “segurar as pontas” durante minha ausência. À Rádio Karisma – Áureo e Paula, por terem me permitido, no início desta caminhada e ao longo dela, contar com vocês. Foi fundamental.

Às agricultoras e seus familiares, por nos permitirem estar participando de suas rotinas, conhecer e contar um pouco de suas histórias. Obrigada pelos sorrisos, lembranças, carinho e atenção e o bom chimarrão. Não posso deixar de agradecer pelos presentes: chimia, sucos, bolachas, ovos de codorna. Estar com vocês foi uma experiência ímpar.

Não posso deixar de colocar um agradecimento especial a meu mestre, Daniel L. Gevher, uma pessoa de sonhos e de atitudes que mudam a educação e o fazer ciência. Determinado, incansável pesquisador. Apaixonado por sua Jacobina, nos fez apaixonados por nossos temas de pesquisa. Foram muitas viagens juntos, apresentação, textos, discussões teóricas e algumas não tão teóricas, mas que nos ajudaram muito para que a cada dia pudessemos ser melhores enquanto pesquisadores, mas acima de tudo como pessoas. Vale confessar que jamais vi alguém tão apaixonado pela história e seus desdobramentos como você, professor Daniel. Que cada riso e lágrima possam ser transformados em oportunidades e reconhecimento, porque você merece. Minha gratidão infinita.

Agradeço ainda a Jayne Medeiros e ao Anderson, que assim como meu esposo, minha mãe e minha amiga Andressa contribuíram na digitação das entrevistas. Obrigada por suas longas horas de escuta e paciência, e suas impagáveis horas de transcrição. Obrigada pela preocupação em fazer tido certo, para que este trabalho pudesse estar do jeito que cada um de nós queria, por vocês abraçaram junto este sonho.

Tenho que agradecer também uma pessoas que tem se tornado especial. Fernanda Reichenbach. Obrigada por me desafiar, por me fazer sempre e mais acreditar que as coisas são possíveis. Obrigada por ter me deixado livre em sua casa para poder criar meu último capítulo. Foram momentos intensos de estudo, autoconhecimento e de me apaixonar novamente por meu tema e por este ciclo da vida que se encerra. *Tudo é merecimento.*

Agradeço ainda a meus colegas de aula e à FACCAT. Em especial minha amiga e companheira de dias intensos e viagens longínquas e infinitas traduções, Rosane Kaspary. Também ao Governo Federal e a CAPES por estarem permitindo que muitas pessoas, assim como eu, através das bolsas de pesquisa possam, não apenas concluir um mestrado, ou doutorado, mas acreditar que indiferente de qual posição social estamos, a educação é para todos. E concludo com a frase que vem me ajudando a ir em busca de meu sonho, desde que conheci o movimento de jovens da agricultura familiar da FETRAF – “*não é preciso ser filho de doutor, jovem da roça também tem valor*”.

RESUMO

Este estudo propõe uma análise das atividades desempenhadas pelas mulheres agricultoras nas propriedades de agricultura familiar no município de Rolante (RS) e a dinâmica das relações que se estabelecem neste espaço. A pesquisa baseia-se nas teorias relacionadas à temática dos estudos de gênero como uma categoria analítica e com abordagem qualitativa. Através do trabalho empírico e pesquisa de campo realizada nas propriedades rurais, buscamos melhor compreender o contexto das atividades desempenhadas pelas agricultoras familiares, analisando de forma mais aprofundada suas contribuições para além do espaço doméstico, pautando assim suas contribuições para o desenvolvimento regional. O cenário desta pesquisa é composto de onze entrevistas com mulheres agricultoras familiares do município de Rolante, com vistas a analisar a partir das falas das agricultoras, seus hábitos, seu cotidiano, as relações familiares, suas percepções sobre o rural, as formas de trabalho e os processos de tomada de decisão. Além disso, tal estudo está pautado na busca por evidenciar as práticas de trabalho e o cotidiano das agricultoras, suas relações com as transformações ocorridas no rural, às formas em que estas acessaram a terra e o processo de organização e tomada de decisões nas propriedades e a organização do tempo para realização das atividades de trabalho. As propriedades as quais as mulheres de nossa mostra integram, tendo em vista que são com base agrícola familiar estas desenvolvem diversas atividades agrícolas, no entanto em cada uma delas há uma cultura agrícola principal, sendo uva (sucos e vinhos), leite, laranjas, panificação, cultivo de flores e piscicultura. A subestimação do trabalho das mulheres no espaço familiar e de modo especial no desempenho de atividades no meio rural tem reafirmado ao longo do tempo a invisibilidade de suas funções e a negação de suas contribuições para o desenvolvimento das localidades onde estão inseridas, bem como de uma suposta segurança alimentar e preservação da cultura e tradições locais. O modelo patriarcal, a falta de participação nos processos de tomada de decisão, as limitações para acesso à renda, e a divisão sexual do trabalho são fatores recorrentes na história agrária mundial e brasileira e que se repete no contexto deste estudo. Há por parte das mulheres uma reafirmação dos estereótipos e uma expressiva reprodução de modelos culturais e de comportamentos. Estas acabam legitimando assim diversos discursos que minimizam ainda mais o papel da mulher, sua importância e contribuição através de seus saberes e fazeres no espaço rural. Assim, tal estudo aponta ainda para as diferentes contribuições das mulheres agricultoras familiares no contexto do desenvolvimento regional, pautando um olhar para as práticas dos afazeres femininos e os saberes transmitidos em seu cotidiano.

Palavras-chave: Mulheres Agricultoras Familiares; Dinâmica de Trabalho; Saberes e Fazeres; Desenvolvimento Regional; Rolante.

ABSTRACT

This study proposes an analysis of the activities performed by women farmers, in family farming properties in Rolante (RS) city and the dynamics of the relations established in this space. The research is based on theories related to the issue of gender studies as an analytical category and qualitative approach. Through the empirical research and field research conducted on farms, we seek to better understand the context of the activities performed by women family farmers, further examining their contributions beyond the domestic space and guided so their contributions to regional development. The scenario of this research consists of eleven interviews with women family farmers in Rolante city. Aiming at analyze, from the speeches of women farmers, their habits, their daily lives, family relationships, their perceptions of the rural, forms of work and decision-making processes. Furthermore, this study is based in the search for evidence the working practices and the daily lives of women farmers; their relations with the transformations occurred in the rural; the ways in which they accessed the land and the organizational process and decision-making in the properties and the organizing time to perform the work activities. The properties of which these women in our sample integrate, develop various agricultural activities, however, in each of them there is a major agricultural crops. They are: grapes (juice and wine), milk, oranges, baking, flower cultivation and fish farming. The underestimation of women's work in the family sphere, and especially in the performance of activities in rural areas, has reaffirmed the invisibility of its functions and the denial of their contributions to the development of the locations where they are inserted, as well as a supposed food safety, preservation of local culture and traditions. The patriarchal model, the lack of participation in decision-making processes, limitations to access to income, and the sexual division of labor, are recurring factors in global and Brazilian agrarian history and repeats in the context of this study. There are on the part of women, reaffirming the stereotypes and expressive playing of cultural models and behaviors. These women end up legitimizing several speeches that further minimize the role of women, their importance and contribution through their knowledge and practices in rural areas. Thus, this study also points to the different contributions of family women farmers in the context of regional development, highlighting a look at women's affairs and the knowledges transmitted in their daily lives.

Keywords: Women Farmers Family; Work dynamics; Knowledge and practices; Regional development; Rolante.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- Mapa de localização do Município de Rolante	84
FIGURA 2- Tipo de utilização do solo em Rolante	90

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- População Urbana, Rural e Total e Respectivas Taxas Anuais de Crescimento. 85 Para o Rio Grande do Sul e Rolante entre 1970 e 2010	85
TABELA 2 - Índices Populacionais no Município de Rolante – RS	86
TABELA 3 – População de Rolante em 2010: Urbana e Rural na divisão por sexo	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BT	-Banco da Terra
CAF	-Consolidação da Agricultura Familiar
CAF	-Consolidação da Agricultura Familiar
CAPROL	-Cooperativa de Produtores Rurais de Rolante
CNDM	-Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CONAB	-Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	-Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	-Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CORLAC	-Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos
CPR	-Combate à Pobreza Rural
CUT	-Central Única dos Trabalhadores
DAP	-Declaração de Aptidão Rural
EMATER	-Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FETAG	-Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF	-Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
GMC	-Grupo Mercado Comum
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA	-Ministério do Desenvolvimento Agrário
Mercosul	-Mercado Comum do Sul
NPT	-Nossa Primeira Terra
PAA	-Programa de Aquisição de Alimentos
PAA	-Programa de Aquisição de Alimentos
PNCF	-Programa Nacional de Crédito Fundiário
PRONAF	-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PUCRS	-Pontifícia Universidade Católica
REAF	-Reuniões Especializadas sobre Agricultura Familiar
REM	-Reunião Especializada da Mulher no Mercosul
SAIAT	-Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas
SEV	-Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres
SIM	-Selo de Inspeção Municipal
SPM	-Secretaria de Políticas para as Mulheres
VAB	-Valor Adicionado Bruto
VBP	-Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	CONCEITOS E DISCUSSÕES TEÓRICAS SOBRE DESENVOLVIMENTO	26
2.1	AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITOS E PERSPECTIVAS.....	33
2.2	OS DIVERSOS OLHARES PARA: MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES, GÊNERO E TRABALHO.....	37
2.3	GÊNERO E TRABALHO	50
2.3.1	MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES.....	55
3	AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	61
3.1	AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	66
3.2	AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL.....	75
3.3	AGRICULTURA FAMILIAR EM ROLANTE.....	81
4	MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES	95
4.1	CARACTERIZAÇÃO DAS AGRICULTORAS FAMILIARES EM ROLANTE ..	95
4.1.1	ACESSO A TERRA.....	98
4.1.2	AGRICULTORA FAMILIAR: DOS AFAZERES À REAFIRMAÇÃO COMO TRABALHADORA	103
4.1.3	ATIVIDADES DESEMPENHADAS: TRABALHO OU AJUDA?.....	108
4.1.3.1	GERAÇÃO DE RENDA E PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES ..	130
5	CONCLUSÃO.....	141
	REFERÊNCIAS	146

1 INTRODUÇÃO

A crescente diversidade de estudos relacionados à temática das mulheres tem impulsionado novas abordagens sobre mulheres rurais, relações de trabalho e gênero que alavancam a visibilidade das mulheres – em um ambiente ainda visto como masculino, como o rural. Cabe ressaltar que as pesquisas a respeito das condições de trabalho feminino vêm sendo construídas ao longo da história, porém, sua visibilidade tem sido conquistada somente nas últimas décadas, assim como a percepção do trabalho desempenhado pelas mulheres. Estudos sobre a temática do trabalho feminino, em especial, e o olhar para as agricultoras familiares vêm aumentando e já servem como pauta nas agendas políticas e em diferentes movimentos e espaços sociais.

As desigualdades de gênero nas áreas rurais têm se inserido por muitos anos em uma conjuntura de desigualdades sociais que, quando comparadas com as áreas urbanas, tomam dimensões ainda maiores. Assim, é importante levar em consideração nos estudos do rural, as desigualdades existentes no que tange a temática e as percepções sobre o feminino rural, no acesso à renda, divisão sexual do trabalho, acesso a terra entre outras.

Brumer (2000) aponta em seu estudo que, embora tenha havido desde a década de 1930 alterações na legislação brasileira onde igualava as classes trabalhadoras – rurais e urbanas – somente no final da década de 1960 é que foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural. A cobertura da previdência social para esta categoria só veio a ser concedida na década de 1970, e mais, somente após a Constituição Federal de 1988 é que efetivamente tais políticas foram universalizadas.

Os diversos estudos sobre o feminino rural fazem inúmeras ligações com toda a trajetória do rural brasileiro. Em diversos estudos tem havido a reafirmação da invisibilidade às agricultoras, em especial às familiares, visto que, nos últimos anos a agricultura familiar vem ganhando importância como alternativa para o desenvolvimento rural sustentável. No entanto, assim como Brumer (2000) traz em sua discussão, cabe questionarmos quais invisibilidades as mulheres estão submetidas e se seu trabalho na agricultura familiar, de fato, não é visto e/ou reconhecido, para que possamos criar um cenário onde não possamos apontar como “verdade” a invisibilidade do feminino e discutir o contexto que as envolve.

A dinâmica migratória do campo de moças e rapazes com idade entre 15 e 24 anos no Rio Grande do Sul é pesquisada por Brumer (2004) que aponta a dinâmica sucessória da agricultura familiar como papel condicionante para a grande migração das moças do campo.

A autora trabalha ainda com as perspectivas de trabalho e sua divisão, apontando quais atividades são atribuídas a homens e quais são atribuídas a mulheres no espaço rural.

As invisibilidades femininas, ainda segundo Brumer (2004) e a percepção do rural como um espaço de trabalho pesado, faz ainda com que muitas jovens saiam das propriedades rurais em busca de emprego e renda no meio urbano. Este último implica ainda no processo de tomada de decisões na família, visto que o modelo patriarcal ainda é evidente passando as principais decisões da família e da propriedade pelo pai ou pelo filho mais velho da família.

No processo de transmissão da propriedade, de acordo com a autora, observa-se a preferência pelo filho mais velho do sexo masculino, sendo atribuído a este o direito e o dever sobre o uso da terra e sua manutenção. Às mulheres reserva-se um pequeno pedaço da terra dado como herança, e que em sua maioria, devido à inviabilidade de sobreviver naquele espaço, optam por desenvolver atividades rurais que possibilitem a sustentabilidade da família e da propriedade.

A divisão sexual do trabalho na propriedade e a ausência de relações financeiras com o trabalho desempenhado pelas mulheres faz com que elas permaneçam no campo, e em muitos casos, tenham atividades agrícolas não remuneradas. O desempenho dessas atividades se dá no espaço urbano ou em propriedades vizinhas, no meio rural, em pelo menos um turno do dia. Outras seguem morando nas propriedades, mas sem desempenhar atividades rurais, optando por um emprego fixo na cidade.

Observa-se que o fato de haver uma constante emigração de moças do campo para a cidade faz com que aumente a possibilidade dos moços também não permanecerem no campo. Isso faz com que haja não apenas a redução da população rural, mas minimiza também a produção de alimentos.

Tal situação toma uma maior dimensão, se visto a partir do fato de que, ao ter um número reduzido de moças no campo, o celibato masculino rural alcança proporções consideráveis. Quando os jovens moços querem casar e não encontram moças no meio rural, casam-se com moças da cidade, que normalmente não possuem relações com as atividades rurais. Isso faz com que muitos moços também troquem o campo pela cidade.

Sendo a renda uma das condicionantes para a permanência das mulheres no meio rural Siliprandi e Cintrão (2010) apontam a participação das agricultoras familiares no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Hernández (2009) estuda as relações entre o acesso das agricultoras familiares ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF em especial o PRONAF – MULHER, evidenciando que o acesso à renda é uma das

principais condicionantes para a autonomia e o reconhecimento do trabalho das mulheres no meio rural.

Cabe ressaltar que, embora haja uma maior expressividade de recursos com recorte de gênero nos programas de Fortalecimento da Agricultura Familiar, a falta de documentos pessoais, a falta de comprovação de renda, a não colocação dos nomes das mulheres nos documentos de posse da propriedade, além da falta de informações sobre as formas de acesso aos recursos oriundos de tais programas são implicadores para o maior distanciamento das mulheres no acesso aos programas.

O PRONAF teve início em 1995 com intuito de minimizar o êxodo e o empobrecimento do rural no Brasil, com vistas ao reconhecimento da Agricultura Familiar como uma categoria, bem como sua importância econômica e social para o país. O PRONAF tornou-se agenda política em especial pela pressão dos movimentos sociais voltados à defesa desta categoria, podendo ser citada entre as principais organizações, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG.

O PRONAF MULHER lançado em 2003 pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a abertura do Plano Safra 2003/2004 tinha como diretriz criar um sobreteto aos recursos destinados à Agricultura, com adição de 50% dos recursos das linhas de crédito para projetos de investimento de acesso pelas mulheres.

O PAA, também criado em 2003, está entre as políticas estruturantes do Plano Fome Zero (SILIPRANDI & CINTRÃO, 2010). No PAA podem ser adquiridos alimentos de forma direta da agricultura familiar ou entidades organizadas ligadas a esta categoria. Os objetos da compra por parte do Governo Federal e a Companhia Nacional de Abastecimento- CONAB são repassados gratuitamente a pessoas em situação de insegurança alimentar, em especial àquelas atendidas por entidades ou instituições sociais.

Para a agricultura familiar, o projeto, além de promover a geração de renda no meio rural, incentiva a produção de alimentos, a permanência de jovens e grupos familiares no espaço rural contribuindo para a segurança alimentar não apenas das pessoas atendidas pelas instituições inscritas no programa, mas também das famílias agricultoras.

Tendo em vista a busca pela ampliação da renda e pela produção de alimentos saudáveis com incentivo à produção orgânica, Siliprandi & Cintrão (2010) apontam que o programa promovia ainda a formação de estoques, com recursos do programa advindos dos Ministérios de Desenvolvimento Social e Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde 2006.

As mulheres participam do programa a partir do cadastro da sua unidade familiar em uma cooperativa ou com a venda direta para instituições cadastradas. Para poder vender, as unidades familiares precisam ter seus membros cadastrados com a Declaração de Aptidão Rural – DAP.

A identificação dos membros da família ocorre por meio do CPF, sendo que a mulher pode estar como titular ou como participante da unidade familiar. Tal declaração fornecerá dados da gestão financeira da propriedade, apresentando o volume médio de renda anual. Com a DAP, as famílias ou o membro da unidade produtiva estarão habilitados a integrar outros programas de governo com benefícios à agricultura familiar.

Na venda de produtos agrícolas feita para o PAA através da DAP é quando a família recebe os valores referentes à venda. Há um limite anual estabelecido pelo programa, que está definido a partir da classificação da unidade familiar, a partir do valor anual declarado na DAP.

Segundo pesquisa desenvolvida a partir da base de dados do PAA para o ano de 2008, Siliprandi & Cintrão (2010), constatam um volume baixo de CPF's cadastrados de mulheres para acessar o PAA, em nível nacional, sendo que do total cadastrado, 28% forneciam alimentos em nível municipal, 27% estadual e 29% nacional. Os demais estavam divididos nas modalidades do PAA Leite, Estoque e PAA Venda Direta.

Ao buscar identificar as modalidades que estariam de fato beneficiando de forma mais expressiva a participação feminina no programa e em quais tipos de atividades estas teriam maior participação, verifica-se que há grande disparidade de participação dos CPF's femininos no programa.

As modalidades em que estão às atividades, nas quais a sociedade dispõe de uma maior empregabilidade do trabalho feminino, como a produção e comercialização de “bolos, doces e conservas” (SILIPRANDI & CINTRÃO p. 8, 2010), não há quantidade satisfatória de cadastros. Com o estudo centrado na análise das regiões institucionalizadas como Território da Cidadania, na modalidade de doação simultânea, as autoras apontam que metade das mulheres que integram o PAA na modalidade Doação Simultânea, está dentro dos territórios.

Siliprandi & Cintrão (2010) selecionaram o Rio Grande do Sul e o Maranhão para identificar a participação feminina na modalidade de Compra Direta e Doação Simultânea. Nos dados qualitativos foi possível identificar através do estudo que, mesmo havendo entre as diferentes modalidades de compra uma maior participação das mulheres nas modalidades

citadas, há uma subestimação do percentual de mulheres envolvidas nas práticas agrícolas e demais funções relacionadas ao programa.

Entende-se que, embora não apareça de forma explícita um montante expressivo nos contratos por meio do CPF, a participação feminina no programa existe, pois há uma significativa capacidade produtiva e de envolvimento das agricultoras familiares fornecendo alimentos para o PAA.

Siliprandi & Cintrão (2010) apontam para a divisão sexual do trabalho e consideram este um limitador para que as mulheres sejam inseridas nas estatísticas do programa, visto que, a relação de comercialização, na sua maioria, é atribuída aos homens e para elas resta o simples papel de ajudantes. As mulheres passam a assumir papéis diferenciados na unidade familiar, pois o programa proporciona um mercado institucionalizado, com ajustes de preços considerando as perspectivas do mercado, com enfoque principal nos produtos tradicionalmente vinculados à esfera feminina. Sendo considerada, neste caso, a produção para o autoconsumo, as relações de subsistência e com os espaços das propriedades destinados às mulheres como o quintal e/ou a cozinha.

Tais atividades são realizadas geralmente em áreas próximas das residências, cultura muito comum no Rio Grande do Sul, e são atribuídas às mulheres. Por se ter o cuidado com a alimentação ligado à *esfera feminina*, há um envolvimento, especialmente, das mulheres com o fornecimento de alimentos à população beneficiária.

O acesso a estes programas tem possibilitado uma maior estruturação das unidades produtivas, adequação das estruturas à legislação e por sua consequência maior qualidade dos produtos e acesso a novos mercados. Além disso, tem promovido um aumento na produção de alimentos nas unidades familiares, ampliando a segurança alimentar no mercado consumidor, dos atendidos pelos programas e dos próprios produtores. A participação das mulheres proporciona ainda a redução do uso de agrotóxicos nas propriedades e nos alimentos a serem ofertados pelo programa. Por sua vez, a produção de alimentos contada à produção agroecológica reflete maior qualidade dos alimentos e na saúde dos beneficiários e das famílias produtoras.

Embora identificada a invisibilidade e anonimato na participação feminina nas modalidades, compra direta e doação simultânea, no Rio Grande do Sul, tal situação está relacionada a questões culturais, em que à mulher reserva-se o espaço doméstico e ao homem, os espaços públicos. (SILIPRANDI & CINTRÃO p. 14, 2010). Mesmo havendo estas diferenciações há uma expressiva participação feminina no PAA. As agricultoras familiares

ligadas a programas governamentais tem se inserido de forma mais expressiva nos espaços de tomada de decisão, bem como nos espaços públicos. Porém, neste último ainda há maior valorização pelo posicionamento masculino e uma maior resistência à inserção das mulheres.

A invisibilidade feminina presente no processo de confecção de documentos de acesso ao programa ganha destaque, visto que a maioria dos titulares das DAP's e contratos são feitos na titularidade masculina. Esta situação é agravada pelo fato de que o manual do programa orienta para que a DAP seja feita com o titular da terra, e essa, em sua maioria está no nome do homem, pois até 2005 não era exigida a inserção do nome da esposa no documento de titularidade da terra.

Outro aspecto a ser considerado é aquele que aponta para o processo de organização formal como potencializador ou não da participação feminina, visto que muitas organizações colocam como associado apenas o homem, subentendendo que este representa e responde pela unidade familiar.

No caso do Rio Grande do Sul, a maioria das mulheres que estão organizadas em grupos aparece informalmente dentro destas organizações e isso faz com que os dados referentes à participação das mulheres no programa por meio de cooperativas não apontem o cenário real.

Hernández (2009), por seu turno, examina “o impacto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) especialmente na aplicação da linha de crédito do PRONAF - Mulher, considerando as relações de gênero” (p. 07) em suas diferentes dimensões. O recorte de seu estudo está entre os anos de 2005 e 2006. A pesquisa tem o enfoque qualitativo, contando com entrevistas direcionadas a integrantes do PRONAF Mulher e os agentes de mediação, tendo como objeto, o município de Rodeio Bonito - no Rio Grande do Sul. A autora destaca o processo de hierarquização do poder na agricultura familiar entre os fatores que implicam nas relações de desigualdade de gênero e no acesso ao programa, além da naturalização dos papéis.

Além disso, Hernández (2009) considera que o processo de empoderamento se dá “não apenas pelo fato de ter acesso ao crédito, mas também pelas condições que possibilitam desenvolvê-lo” (p. 26). A autora se vale das pesquisas realizadas por Brumer (1996) e Lamas (1989) que consideram que a divisão sexual do trabalho implica em um fator de “opressão feminina” (p. 69). A responsabilização da esfera doméstica às mulheres e o desempenho de atividades consideradas como de trabalho reprodutivo, fazem com que o trabalho desempenhado não seja reconhecido.

Percebe-se também que, a remuneração pelo trabalho desempenhado pelas mulheres no contexto das propriedades rurais na agricultura familiar é insatisfatória. Tais fatores implicam na minimização do acesso das mulheres ao PRONAF, sendo que um dos pré-requisitos é a comprovação de renda.

Hernández (2009) destaca ainda o não reconhecimento da agricultora familiar como produtora e sim como ajudante. A produção para o autoconsumo implica nos fatores de invisibilidade do trabalho feminino, visto que tais atividades estão entre as atividades não geradoras de renda.

Valemo-nos também de outros dois estudos que problematizam o Rio Grande do Sul. São as pesquisas realizadas por Zanetti & Menasche (2007) na região do Vale do Taquari e Zórzi (2008) em Ijuí. O estudo de Zanetti & Menasche aponta para a importância do processo de organização do movimento de mulheres agricultoras como potencializador do acesso ao crédito por parte das mulheres. Já, Zórzi (2008) salienta que o fato de as mulheres terem acesso ao crédito faz com que haja um incremento positivo na renda familiar. Tais fatores refletem ainda em numa melhor organização da propriedade e da qualidade de vida, através da elevação da autoestima feminina. Tais estudos evidenciam as transformações no modelo de organização das propriedades e da divisão sexual do trabalho, nas propriedades em que as mulheres têm potencializado suas atividades. Isso se dá com acesso ao crédito pelo PRONAF – Mulher, evidenciando uma mudança na forma de organização e distribuição das tarefas na propriedade, embora ainda exista em determinadas atividades *a típica divisão sexual do trabalho reproduzida socialmente*.

Embora haja mudanças ainda lentas acontecendo no Brasil e no mundo em torno da divisão sexual do trabalho e das atividades desempenhadas pelas mulheres, já se tem reflexos destas mudanças no que tange nas relações familiares e sua organização. Tringo, Sant’ana & Tarsitano (2009) salientam que as mulheres desempenham atividades ligadas ao trabalho do lar, cuidados com os animais e produção para o auto consumo. Enquanto aos homens, cabe o desempenho de atividades ligadas a compra de insumos, gerenciamento da propriedade, destinação dos recursos e investimentos. Estes últimos, em especial, são culturalmente destinados aos homens, passam a ser desempenhados pelas agricultoras familiares.

Weisheimer (2009) ao analisar a situação profissional dos jovens no meio rural, aponta para a divisão sexual e geracional do trabalho na propriedade rural, sendo definidos os trabalhos a serem realizados pelas filhas e pelos filhos na propriedade. Cabe neste contexto aos filhos, às atividades relacionadas às práticas agrícolas e às filhas as atividades domésticas.

Segundo o autor, tais práticas ampliam a exclusão das mulheres no processo de sucessão das terras bem como sua permanência na propriedade.

As mudanças na organização das atividades desempenhadas na Agricultura Familiar vêm passando por um problema emblemático centrado na expansão das unidades familiares com múltiplas atividades. Neste ambiente, uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a dedicar-se a atividades não agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades (SCHNEIDER, 2006). As diferentes alternativas da agricultura familiar com a diversificação das atividades não agrícolas: a instalação de pequenas agroindústrias familiares e o turismo rural torna-se argumento para que a pluriatividade aliada à possibilidade de se ter uma renda estável possibilita maior permanência na agricultura. Tal pluralidade é apontada como fator potencializador da permanência dos jovens, podendo ser observada aqui a importância destes fatores para a permanência feminina no campo, com a diversificação das atividades e do potencial para a conquista da autonomia financeira.

Estes fatores influenciam no processo de participação na tomada de decisões. As moças que se envolvem apenas em atividades domésticas possuem quase que nulidade no processo de tomada de decisões, enquanto aquelas que integram atividades geradoras de renda como, feiras para comercialização de produtos coloniais ou o leite, possuem maior contribuição e/ou poder nos processos decisórios. Tais situações podem contribuir para permanência das famílias, em especial de jovens e mulheres no espaço rural.

Assim, ao observarmos no contexto da agricultura familiar as diferentes perspectivas, o trabalho feminino e suas relações com o desenvolvimento local. Cabe destacar a importância deste estudo e das discussões sobre essa temática frente ao universo acadêmico e os espaços públicos. Às práticas de trabalho das mulheres e o processo de organização da agricultura familiar têm implicações sociais, políticas, econômicas, organizativas e diversos reflexos no que tange o desenvolvimento.

Inúmeras são as implicações e problemáticas do meio rural brasileiro, em especial no que se refere à agricultura familiar. O reconhecimento legal da categoria, agricultura familiar como garantidora de direitos básicos às mulheres, aconteceu apenas neste século. O acesso à documentação, aposentadoria, auxílio maternidade e outras mínimas conquistas, representaram grandes transformações na história e no cotidiano das agricultoras familiares, porém, estes ainda são desiguais.

A falta de renda no meio rural, através do trabalho desempenhado pelas mulheres, ou a impossibilidade de comprovação da renda gerada que restringem o acesso ao crédito

apresentam-se como limitadores da autonomia feminina e implicam no desenvolvimento rural e na segurança alimentar (SILIPRANDI, 2008). Muitas vezes a agricultora familiar é desafiada a reconhecer seu próprio trabalho como fator implícito ao desenvolvimento, visto que, devido a práticas socialmente reproduzidas, o trabalho feminino ainda é tido como ajuda (BRUMER, 2004).

Outra problemática citada na pesquisa em questão, diz respeito ao modelo patriarcal de sucessão familiar. Com baixa escolaridade e limitações para o casamento com jovens do campo nas últimas décadas, ocorre o esvaziamento rural, que implica na masculinização do campo, no aumento do celibato e no envelhecimento do rural. O que traz uma ampliação nos índices de dependência no espaço rural, em especial entre os agricultores familiares, motivados.

Emerge nesta investigação, o questionamento acerca *da dinâmica de funcionamento das atividades rurais desempenhadas pelas agricultoras familiares de Rolante (RS)* e o papel das mulheres nesse desenvolvimento. Assim, este estudo se propõe a caracterizar e analisar a dinâmica de funcionamento das atividades rurais desempenhadas pelas agricultoras familiares em Rolante/RS e seu papel no contexto do desenvolvimento.

A partir desse pressuposto, emerge a discussão sobre a participação feminina na agricultura familiar, com ênfase na dinâmica de funcionamento das atividades desempenhadas pelas agricultoras familiares em Rolante. A subestimação do trabalho das mulheres no espaço familiar reafirma a invisibilidade de suas funções e em consequência destes fatores está a falta de autonomia e empoderamento econômico (MELO & DI SABBATO, 2006).

Buscando aprofundar a problemática das agricultoras familiares, este estudo está alicerçado em discussões teóricas sobre *gênero, agricultura e desenvolvimento*. A pesquisa tem por objetivo aprofundar a discussão acerca da dinâmica de funcionamento das atividades rurais desempenhadas pelas agricultoras familiares, bem como analisar o perfil econômico das trabalhadoras na agricultura familiar, identificar as atividades de trabalho realizadas pelas agricultoras familiares e descrever o papel desempenhado pelas agricultoras familiares nas propriedades rurais de base agrícola familiar.

Faz-se necessário atentar ainda para a discussão acerca da dinâmica de empoderamento das agricultoras familiares a fim de identificar as possíveis relações entre o desenvolvimento endógeno de Rolante e as atividades agrícolas familiares desempenhadas pelas mulheres, além de investigar as representações sociais – *que produzem uma*

representação de si – construídas pelas próprias mulheres agricultoras em relação as suas funções no meio social em que estão inseridas.

O aspecto qualitativo da pesquisa – que se revelará através das fontes selecionadas e da leitura que realizaremos ao longo da investigação – possibilitará o acesso e análise da realidade econômica e social das mulheres da agricultura familiar e a construção de critérios que possibilitem estabelecer procedimentos e modos de interpretação das informações coletadas para construção desta pesquisa. Neste caso, de modo especial, as narrativas sobre seu cotidiano, relações, atitudes e opiniões merecem especial atenção.

Tal estudo propõe uma análise sobre a dinâmica de funcionamento do trabalho desempenhado pelas mulheres no meio rural de Rolante/RS, tendo como recorte espacial as pequenas propriedades de base agrícola familiar, bem como conhecer as participação das mulheres agricultoras familiares e suas contribuições para o desenvolvimento nesse contexto local e regional.

O trabalho tem como cenário o espaço rural do município de Rolante. Localizado à aproximadamente 90 km de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. O município conta atualmente com 2.035 estabelecimentos agrícolas, sendo que destes, 1.100 são considerados estabelecimentos rurais produtivos (ROLANTE 2014). Da realidade populacional estabelecida no campo, de acordo com o IBGE, no ano de 2010, Rolante era composto por uma população rural de 2.183 homens e 1.992 mulheres, num total de 19.495 habitantes (BRASIL, 2014).

Destaca-se o fato de que a pesquisa está pautada em um estudo exploratório desenvolvido no período de setembro de 2014 a julho de 2015 – período em que se realizaram a coleta das fontes necessárias para a execução da pesquisa.

Ao longo deste período foram realizadas onze entrevistas com mulheres agricultoras familiares. Essas entrevistas foram utilizadas para nortear e embasar este estudo de caso, bem como para atingir os objetivos apresentados anteriormente. Isso permitiu o conhecimento sobre as características das propriedades e das atividades desempenhadas pelas agricultoras e deu uma ideia da organização social das comunidades onde estas mulheres estão inseridas, as condições socioeconômicas das localidades, as atividades agrícolas praticadas nas propriedades do entorno e ainda as transformações sofridas pelo rural.

Para conhecer melhor o cenário estudado foram realizados contatos com lideranças municipais ligadas às entidades, como EMATER, Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria Municipal de Planejamento. Com objetivo de obter dados e informações referentes

à realidade da agricultura do município, bem como, seus aspectos econômicos, geração de recursos e a identificação das mulheres que compõe a amostra deste estudo.

A escolha das entrevistadas se deu por meio da indicação dos nomes equipe da EMATER - Rolante/RS. A indicação se deu com base no cenário das famílias atendidas por programas da empresa. Sendo estas famílias de agricultores familiares cujo trabalho desempenhado pelas mulheres foi consideradas um dos pilares estruturantes daquelas propriedades – na visão dos agentes da EMATER.

Das indicações foram selecionadas dez mulheres a serem entrevistadas. Para tal escolha observou-se a divisão territorial do município com foco nas diferentes atividades produtivas. Uma das entrevistas foi escolhida de forma aleatória sem ter havido indicação por parte da EMATER. Sendo assim, a composição final da amostra engloba onze propriedades rurais.

As entrevistas com essas mulheres foram agendadas previamente. Quatro delas por telefone e seis delas, em decorrência de dificuldades de contatos telefônicos, através de visita pessoal na propriedade. O primeiro contato objetivava a apresentação da proposta da pesquisa seguido do agendamento de dia e horário para realização da entrevista nas propriedades em que houvesse aceitação por parte das agricultoras. Porém, no mesmo dia em que a pesquisa foi apresentada, as mesmas já se colocaram à disposição para que fosse realizada, naquela oportunidade, a entrevista.

Uma das entrevistadas seria escolhida aleatoriamente a partir da ida a campo. A abordagem à agricultora junto à propriedade foi feita pela pesquisadora sem que fosse realizado o agendamento prévio. Após apresentada a proposta da pesquisa e explicado “o porquê” ela estava sendo convidada, a agricultora se colocou à disposição para ser entrevistada na mesma oportunidade. A escolha dessa agricultora e desta propriedade se deu após a observação de que nas proximidades da propriedade havia alguns fornos de carvão. Embora essa atividade ainda seja desempenhada em propriedades rurais do município, tal atividade já não é mais desempenhada com tamanha frequência – o que tornava essa propriedade um exemplo de singularidade na localidade.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas de forma literal, respeitando as características de vocabulário e expressões de cada uma das entrevistadas. As entrevistas foram realizadas a partir de um questionário semiestruturado contendo onze perguntas, além da identificação das entrevistadas e um termo de consentimento e esclarecimento.

Optou-se por realizar as entrevistas sem a presença de outras pessoas. Tomou-se especial cuidado para a não intervenção de seus companheiros. Dessa forma, seria possível construir a entrevista sem intervenções, entendendo ainda que a participação de outras pessoas – em especial seus esposos – pudesse inibir seus relatos e observações. No entanto, em duas das propriedades não foi possível manter esta metodologia em sua totalidade. Tomou-se cuidado, ainda, para que na pesquisa, as entrevistas e a coleta de dados, em especial as realizadas nas propriedades, não implicassem em uma interferência na rotina das mulheres e no trabalho por elas desempenhado.

Por esse motivo, as visitas que não foram previamente agendadas, foram realizadas sempre após as oito horas da manhã, quando as atividades gerais da propriedade já estavam encaminhadas e/ou realizadas. Tomou-se o cuidado para encerrar as entrevistas e as visitas antes das onze horas da manhã, sendo que após este período as trabalhadoras dedicam-se para as atividades relacionadas à alimentação da família.

No período da tarde, as visitas aconteceram após as quatorze horas, pois a partir deste horário, também, as mulheres já teriam realizado as atividades da casa e de assistência às demandas da família e algumas delas, até mesmo realizado a “sesta” (sono após o almoço). O cuidado para que as entrevistas não fossem realizadas dentro do período de colheita, também foi mantido, como no caso das agricultoras que tem como principal atividade produtiva a vitivinicultura. Esses cuidados apreciados a partir de pesquisa prévia, na busca da identificação *da dinâmica de trabalho das agricultoras*, também objeto desta pesquisa, não alternando seu cotidiano de atividades domésticas e demais atividades na propriedade.

Em algumas dessas entrevistas, a pesquisadora foi convidada a experimentar os produtos produzidos pelas entrevistadas acompanhadas do chimarrão, além de ter sido, em algumas delas, presenteada com outros produtos. Pois, segundo elas, o presente era uma forma de agradecimento pela visita e por ter ouvido suas histórias.

Com as entrevistas foi possível percorrer praticamente todo o território rural do município, o que permitiu observar as desigualdades e similaridades existentes no território rural local. Este momento da pesquisa permitiu ainda alguns registros fotográficos das propriedades, assim como observar suas formas de organização e atividades produtivas, além dos diferentes comportamentos e modos de desenvolver suas atividades, o modo de vida das agricultoras e suas famílias junto às unidades produtivas.

O diário de campo oportunizou registrar informações complementares, que não estão nas entrevistas. Estas anotações servirão como material de análise que subsidiam este estudo e na produção da análise que será apresentada ao longo do texto que constituirá a dissertação.

O corpus documental da pesquisa se valeu de diferentes fontes, como documentos oficiais, sistemas públicos de consultas de dados, fontes bibliográficas – como publicações acadêmicas, relatórios, registros de diferentes naturezas – além das entrevistas e dos diários de campo.

O trabalho de campo permitiu uma série de experiências – inclusive pessoais e subjetivas – bem como a observação da realidade de uma forma diferenciada e, de forma indireta, a participação em atividades cotidianas desempenhadas pelas mulheres, o que possibilitou conhecer a realidade das agricultoras familiares. Além disso, foi possível acompanhar e registrar seus saberes, origens, formas de produção, entre outros aspectos que permitam construir confiança, abertura para o diálogo, vivência sobre a realidade em torno das *relações de poder* que se estabelecem nestes espaços. Enfim, este estudo permitirá um processo de reconstrução de conceitos e um novo olhar, para aquelas que, muitas vezes, estão esquecidas neste universo rural – *cuja espacialidade, que vai muito além do lugar físico, não permite sua visibilidade.*

Realizadas as considerações iniciais, que procuram situar o leitor em relação ao campo de investigação da dissertação e que dessa forma, tornam desnecessárias repetições conceituais, apresenta-se, de forma bastante objetiva a estrutura da dissertação, que se divide em três capítulos. No primeiro capítulo, propõe-se realizar uma discussão sobre o *desenvolvimento* e suas concepções, sob a luz de teóricos que discutem de forma crítica e atualizada o tema. Discutir-se-á – de forma contextualizada com os propósitos da pesquisa – os conceitos de *agricultura familiar* e suas transformações, além das questões de *gênero e trabalho*, associadas ao debate sobre *desenvolvimento*.

No segundo capítulo, atem-se à discussão sobre as mudanças mais recentes ocorridas na agricultura familiar – a partir do cenário nacional, descrevendo os modelos agrários brasileiros, passando pelos “ciclos econômicos” do Brasil e suas implicações e desdobramentos para o Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, para Rolante – nosso recorte espacial de investigação. Discute-se acerca do processo que constitui *a tomada, a ocupação e o uso do solo*, assim como a *produção de alimento* e o *modo de produção* e a *segurança alimentar*.

Atenta-se ainda para o debate sobre as *políticas públicas para a Agricultura Familiar* e seus efeitos, especialmente no que se refere à participação das mulheres e o trabalho feminino rural.

O terceiro capítulo tem como objetivo principal realizar as discussões acerca da realidade na qual estão inseridas as agricultoras familiares de Rolante. A análise apresenta crítica para a interpretação das *práticas de trabalho dessas agricultoras* e suas *relações com a terra e as questões de gênero* – no que se refere às *divisões de tarefas e às tomadas de decisões*. Apresentam-se também aspectos sobre a *autonomia financeira* e a *gestão dos recursos da propriedade*, procurando analisar essas questões a partir das próprias percepções das agricultoras que integram este estudo.

Finalmente, propõe-se discutir as transformações que o rural de Rolante/RS vem sofrendo ao longo das últimas décadas e quais as implicações destas mudanças nas práticas de trabalho das agricultoras e no papel que estas mulheres desempenham para o desenvolvimento. Foi analisado, nesse contexto, *o olhar das agricultoras para sua profissão* e quais as relações de suas percepções com o espaço ocupado por elas, trazendo elementos como a quantidade de horas trabalhadas diariamente, as concepções de trabalho e ajuda que as mulheres manifestam em suas *formas de representação* em seus espaços de trabalho.

2 CONCEITOS E DISCUSSÕES TEÓRICAS SOBRE DESENVOLVIMENTO

Para tratar de referencias, que abordam teorias neoclassicistas do desenvolvimento, nos valem de Schumpeter (1998), o qual define desenvolvimento econômico como as mudanças da vida econômica que surgem de dentro, por sua própria iniciativa e não são impostas de fora. O desenvolvimento é uma mudança que acontece de forma espontânea, em especial na indústria e no comércio. Tais mudanças são frutos da mudança de cenário e do estado de equilíbrio. Assim, pode-se observar que, segundo o autor, o desenvolvimento não está diretamente ligado ao consumidor ou ao produto final, fruto das perturbações do centro do equilíbrio que acontecem de dentro pra fora.

Nesta perspectiva, para Schumpeter (1998) o desenvolvimento ocorre quando há inovações. Estas inovações são consolidadas como o motor do processo de mudança que caracteriza o desenvolvimento capitalista e são resultados da iniciativa dos agentes econômicos. Tais ações proporcionam a ruptura com o processo anterior e geram um novo modelo ou ciclo. O crescimento está relacionado às mudanças. Tais mudanças podem ser originárias de transformações de coisas já existentes em novas, com a adequação de métodos ou de materiais. As novas combinações possibilitam, na linha do crescimento, uma descontinuidade que é caracterizada como desenvolvimento.

Para isso, o autor aponta dois agentes deste processo, o empresário e o capitalismo. Ao empresário cabem as propostas de inovação e ao capitalismo, os recursos para que esta inovação possa ser posta em prática e à disposição do mercado. Na perspectiva proposta por Schumpeter, para que este círculo funcione, o processo teria início pela produção, onde o sistema faz com que o consumidor seja reeducado a querer novas coisas, ou, a descartar o que já tem e querer o “novo”, fazendo assim, com que o conceito de uso seja transformado e assim haja demanda de consumo, impulsionados pela produção e não pela necessidade “em sua raiz”.

Entende-se que este modelo proposto para a indústria apresenta importantes contribuições. Entretanto, cabe questionar como fazer com que esta dinâmica seja estendida para a agricultura?

Percebe-se que o desenvolvimento não se dá de igual forma em todas as regiões e assim podemos dizer em todos os setores da economia. Assim como os modelos não conseguem ser implantados de forma igualitária em todos os espaços. Esta proposta do desenvolvimento desigual é seguida por Paiva (2014), que trabalha com a afirmação de que os

modelos de desenvolvimento não podem ser aplicados em igual forma em todas as regiões, assim como seus resultados não serão os mesmos nas diferentes regiões.

Nessa mesma linha de raciocínio, parte-se da discussão sobre o processo de satelitização, e de que, segundo Smith (1978), as especializações produtivas e de mercado fazem com que o desenvolvimento se realize de forma desigual. Apresenta-se como exemplo, o comércio marítimo, o qual chegou às regiões interiorizadas somente após o desenvolvimento amplo nas regiões já desenvolvidas e com maior facilidade de acesso a águas navegáveis. Deste modo, quando se aborda sobre o acesso à agricultura, as estruturas de desenvolvimento discutidas por Shumpeter (1998) passam a ser relevantes nesta discussão.

Smith (1978) observa que não há como fugir da integração entre a periferia e os mercados urbanos e que estes desdobramentos tendem a satelitização. Neste sentido, a periferia tende a se especializar primeiramente nas áreas em que terá vantagens absolutas e que haverá subdivisões com a autarquização produtiva.

A agricultura não permite grandes desdobramentos produtivos ou amplas mudanças a longo prazo por inúmeros fatores. Porém, cabe destacar que Smith (1978) aponta que as subdivisões do trabalho não são realizadas de forma tão acentuada como ocorre na indústria, sendo que devem ser observadas a sua natureza. Afinal, “o mesmo homem que lavra a terra, que trabalha com a grade, que semeia o que, mais tarde, faz a colheita” (SMITH, 1978 p. 8 apud PAIVA, 2014 p 34).

Smith aponta que, devido ao fato de o trabalho agrícola estar diretamente ligado às condições da natureza, pode se considerar impossível que uma única pessoa esteja empregada com função determinada durante todo o ano, se cada etapa acontece com periodicidade diferente. Caso este que não ocorre necessariamente na indústria, ou em atividades em que a segmentação tem propensão a acontecer desde a natureza de sua criação.

Um agricultor precisa desempenhar e conhecer todas as etapas da produção e desenvolver as mesmas em diferentes períodos do ano/safra. Vale observar que com isso, seu trabalho não representa uma escala produtiva, como ocorre na indústria. Cabe ao agricultor às contratações temporárias em períodos, conforme o tempo da natureza, para realizar determinadas etapas da produção que implicarão diretamente no seu produto final.

Assim, a satelitização não se constrói necessariamente como uma tendência, e, caberia a esta uma reversão para a agricultura, em que é necessária uma ação de produção voltada para o mercado interno e em especial para produção daqueles trabalhadores que não mais produzem para o seu próprio sustento.

Discutir desenvolvimento e tais modelos não é uma tarefa fácil e, por isso, neste trabalho trata-se de um município – *Rolante* – que teve sua base agrícola fortemente influenciável para o desenvolvimento endógeno. Considera-se fundamental tratar o desenvolvimento nesta perspectiva.

Quando a temática do desenvolvimento foi introduzida na literatura econômica do imediato pós-guerra, vinha ela carregada pelo peso ideológico da “guerra fria”. Os Estados Unidos e a União Soviética ficavam em polos opostos, o que propunha um modelo de sociedade capitalista, moderna e democrática sob a hegemonia americana, em oposição ao modelo socialista de desenvolvimento, que então, se disseminavam pelos países latino-americanos e europeus.

As esperanças creditadas àquele modelo como paradigma de desenvolvimento para as então chamadas sociedades atrasadas, subdesenvolvidas ou terceiro-mundistas não tardaram para desaparecer. Apesar das elevadas taxas de crescimento econômico e da acumulação de riqueza que seguiram à II Guerra Mundial, os problemas de pobreza e de desigualdade social, espacial e setorial de renda, ainda marcavam a paisagem socioeconômica da América Latina.

A tendência é caracterizar o Desenvolvimento Rural como as condições de produção agrícola e/ou agropecuária, identificando suas tendências num período de tempo. Segundo Navarro (2001), o objetivo do desenvolvimento, além das estratégias e dos atores que discutem a temática, inclui a melhoria do bem estar das populações rurais. As discussões também expressam a necessidade do desenvolvimento rural sustentável, atribuindo novas funções nas atividades rurais.

As discussões sobre sustentabilidade estão inclusas nas definições sobre desenvolvimento e iniciaram ainda no primeiro período de mudanças, no final da década de 70, com a necessidade de novas estratégias de desenvolvimento rural.

Surgindo como um novo paradigma, o desenvolvimento rural foi associado ao componente ambiental, derivado da palavra sustentável. Dessa forma, a tratativa sobre a definição para desenvolvimento endógeno permeia este cenário.

Ainda sob a ótica das definições propostas por Navarro (2001), a expressão *Desenvolvimento Local* é tratada na perspectiva da promoção do desenvolvimento ocorrer com foco de atuação na região ou município sem que seja perdida a visão do global. Este novo conceito, também descentralizou as responsabilidades do Estado, valorizando o crescimento local. Neste processo, o autor inclui as iniciativas locais independente de serem governamentais ou não.

No Brasil, o processo de implementação de novos padrões esbarra em um entrave, pois os *atores locais* conhecem as ações locais, além da dificuldade para organizações associativas e capacidade de mobilização social. O país enfrenta diversos limites para o desenvolvimento em suas diferentes dimensões, um deles é por sua heterogeneidade extrema nas atividades agrícolas e rurais e as múltiplas conceituações de desenvolvimento. Além deste, existem as diferenças na integração econômica, nas relações sociais e políticas.

Nos três estados do sul do Brasil, onde predomina a agricultura familiar observa-se um desenvolvimento com tecnologias e outros recursos. A partir, do processo de modernização agrícola, a agricultora pode estar integrada a diferentes mercados. Estas propriedades se aproximam dos modelos Farmer, que simbolizam o desenvolvimento do capitalismo agrário (NAVARRO, 2001).

Vale destacar o quanto a economia e a política ditam as regras para a produção local. Todas as atividades rurais e/ou agrícolas devem ser planejadas para a exportação ou distribuição de renda pessoal, até mesmo o aumento da área plantada. Nesta avaliação, o local é diretamente afetado pelo global. Pois, apesar dos anseios por mudanças, estas só se concretizam se o padrão econômico e político permitirem, por estarem ancoradas no capitalismo.

Ainda sob a ótica das definições de Navarro (2001), a expressão Desenvolvimento Local é pautada na necessidade de atuação na região ou município, porém, com a visão do global. Este novo conceito, também descentralizou as responsabilidades do Estado, valorizando o crescimento local. Ainda neste processo, o autor inclui as iniciativas locais independente de serem governamentais ou não.

É importante ressaltar também, que a partir de 1970 houve forte urbanização do país. Com isso, as necessidades também sofreram transformações, podendo ser observada uma maior necessidade de oferta de alimentos e matéria-prima para atender o novo modelo de sociedade. Desde então, houve uma maior demanda de produção de alimentos para atendimento ao mercado interno e por sua consequência, além das agendas econômicas internacionais, foram sendo criadas estruturas agrícolas que pudessem atender o novo cenário.

Nesse contexto, há um conjunto de fatores a serem analisados para que seja possível entender a dinâmica local. Quando tratamos da observação dos territórios e suas dinâmicas faz se necessário um olhar atento ao presente e ao passado, conhecer quais as lacunas existentes na construção histórico, social e econômica de cada território, evidenciar a base produtiva e reconhecer as funções e seus elos de articulações.

Segundo Paiva (2014), as especializações de cada região precisam estar articuladas ao que está no seu entorno e, mais do que isso, é preciso potencializar outros elos das cadeias produtivas de forma que as especializações existentes em uma dada região influenciem o surgimento de atividades chamadas reflexas ou complementares. Este olhar está centrado no desenvolvimento endógeno, impulsionado pelo desenvolvimento da sociedade a partir do processo de globalização. Percebe-se que nenhuma dada região é uma ilha e esta precisa, necessariamente, dialogar com o seu exterior.

No que se refere ao desenvolvimento regional, deve-se buscar compreender a estrutura local e trabalhar com o que a região tem de melhor. Além de identificar as atividades propulsivas locais, sendo que estas atividades podem ser do setor primário, como geralmente são, e o diferencial está em saber se especializar neste setor, para assim obter as devidas vantagens absolutas nesta atividade.

Pode-se considerar que a necessidade de mudança torna-se necessária a diversificação dos processos produtivos, devendo este modelo ser utilizado pelos agricultores para garantir espaços no mercado, enfrentar o crescente controle dos impérios alimentares, que pode ser alcançado a partir do capital social formado pelos agricultores familiares (PAIVA, 2014).

O capital social torna-se um argumento fundamental. O dinamismo de uma região está relacionado com a capacidade que os agricultores familiares tiverem, no sentido de criar uma estrutura para constituir o capital social. Ou ainda, de instrumentalizar com as capacidades libertadoras do desenvolvimento através do acesso à saúde, educação, habitação e lazer, conforme argumenta Sen (2000).

Cabe destacar a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural, mencionando que, além da necessidade de ser melhor interpretado, se orienta em práticas que dependam de processos endógenos de mudança provocados pelas comunidades.

Faz-se importante falar de desenvolvimento também sobre o viés da participação feminina e suas relações com o rural, objeto principal deste estudo. As discussões sobre sustentabilidade estão inclusas nas definições sobre desenvolvimento, que iniciaram ainda no primeiro período de mudanças, no final da década de 1970, com a necessidade de novas estratégias de desenvolvimento rural.

Surgindo como um novo paradigma, o *desenvolvimento rural* foi associado ao componente ambiental, derivado da palavra sustentável. Desta forma, a tratativa sobre a definição para desenvolvimento endógeno permeia este cenário.

No caso brasileiro, o processo de implementação de novos padrões esbarra no fato de os atores locais conhecerem as ações locais, além da dificuldade para organizações associativas e capacidade de mobilização social. O país enfrenta diversos limites para o desenvolvimento em suas diferentes dimensões, um deles é por sua heterogeneidade extrema nas atividades agrícolas e rurais e as múltiplas conceituações de desenvolvimento. Além deste, existem as diferenças na integração econômica, nas relações sociais e políticas.

Navarro (2013), ao trabalhar com o tema da agroecologia, evidencia as convergências históricas no contexto político e econômico entre as décadas de 1970 e 1980. Período em que, com o fim do Regime Militar e com as estratégias de modernização da agricultura sendo disseminadas pelo país, alguns grupos de produtores passam a ser beneficiados, sendo que este processo promoveu largas diferenças sociais no mundo rural do país.

A partir de 1985, oriundos de diferentes grupos, acadêmicos, sociais e religiosos, surgem várias discussões e ações práticas para a chamada agricultura alternativa. Tratadas a partir das discussões sobre a agroecologia, podem ser apontados ainda o fortalecimento dos estudos em torno do meio rural e dos pequenos agricultores (NAVARRO, 2011). Ressalta-se que as práticas agroecológicas, até os dias atuais, vêm sendo aplicadas e desenvolvidas em sua grande maioria se não na totalidade pelos pequenos agricultores inseridos na categoria da agricultura familiar.

Schneider, Mattei e Cazella (2004) apontam que com a emergência do debate sobre desenvolvimento rural no Brasil desencadeia a influência de forma bastante expressiva por parte do Estado no meio rural. Foi na década de 1990 que os temas em evidência nos movimentos sindicais ligados à agricultura foram sendo legitimados pelo estado. Alguns em maior e outros em menor proporção ao que vinha das bases organizadas em suas categorias.

Com a nova Constituição aprovada em 1988, são iniciadas as tratativas de aplicabilidade das discussões jurídicas entorno do tema da sustentabilidade. Neste cenário, estão em processo de expansão os movimentos sindicais e sociais, que são base para o fortalecimento das novas discussões ambientais que passam a ser amparadas pelos discursos de sustentabilidade.

Nesse período, a agricultura familiar teve entre suas principais conquistas a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que desde 1996 tem estado entre as principais políticas públicas destinadas ao atendimento dos agricultores familiares.

È possível fazer relações do termo *Desenvolvimento* com a *Agricultura Familiar* a partir do trabalho desempenhado pelas mulheres agricultoras e o papel que estas exercem neste cenário, considerando que, as mulheres estão diretamente ligadas às práticas de sustentabilidade.

Ainda, no que diz respeito às discussões acerca do desenvolvimento, vale ressaltar que a expressão desenvolvimento se difere de crescimento, sendo que é com o primeiro objeto que traçamos nossas discussões.

O objetivo do desenvolvimento – além das estratégias dos atores que discutem a temática – inclui a melhoria do bem estar das populações rurais. As discussões também expressam a necessidade do desenvolvimento rural sustentável, atribuindo novas funções às atividades rurais (NAVARRO, 2001).

O desenvolvimento rural é tratado como gerador de acesso do ser humano às condições de dignidade. A liberdade é condicionante para a promoção do desenvolvimento e implica autonomia e poder de tomada de decisões (SEN, 2000). Considera-se ainda que os resultados dos processos de crescimento econômico devem ser geradores de condições de vida digna. Na perspectiva de que o crescimento deve gerar o desenvolvimento, o mesmo deve promover condições de acesso à vida digna e espaço nos processos decisórios.

Quando tratamos do espaço rural e do papel das mulheres, somos desafiados a prospectar quais elementos são promotores de desenvolvimento feminino e por sua consequência o econômico, em se tratando das relações estabelecidas e dos espaços por elas ocupados.

Ploeg (2008) aponta ainda que o fortalecimento da base de recursos disponíveis no meio rural, associados à capacidade de organização coletiva e a conquista de autonomia implicam na liberdade e no desenvolvimento. Sendo que o conceito de liberdade ao qual nos asseguramos está relacionado à possibilidade de acesso às condições básicas de vida e que estes fatores são essenciais para que o ser humano seja um ser livre.

O desenvolvimento significa ainda reduzir as vulnerabilidades e promover a diversificação dos meios de vida. As vulnerabilidades, se trabalhadas para melhoria das condições de vida podem ampliar as liberdades, e assim, possibilitar uma mudança no acesso às condições básicas de vida. Tais situações, por sua vez, estão imbricadas no processo de desenvolvimento como forma de acesso à liberdade (SEN, 2000).

Assim, podemos considerar que as agricultoras familiares precisam de um conjunto de fatores para que possam ter acesso à liberdade e que por sua vez irão implicar nas demais

esferas do desenvolvimento, sendo necessário considerarmos ainda que parte deste processo também está ligado às condições da natureza.

Schneider (2010) por sua vez, traz com estas tratativas que o ambiente que cerca o agricultor também é essencial no desenvolvimento. A capacidade de promover através de agrupamentos, análise do ambiente e das oportunidades dadas pelo espaço rural, mostra que o desenvolvimento vai além do que é dado pelo espaço natural. Aqui, não tratamos da natureza propriamente dita, mas do contexto em que os indivíduos estão inseridos, devendo estes ser promotores de escolhas e que estas escolhas podem levar ao desenvolvimento.

A participação de todos os sujeitos como promotores do desenvolvimento é fundamental para o uso das liberdades. No que compete às discussões sobre desenvolvimento no meio rural, entendemos ainda que – *considerando o montante da população rural inserida nos índices de crescimento e seus reflexos diretos no campo do desenvolvimento em suas diferentes perspectivas* – o trabalho feminino na agricultura familiar jamais estará descolado ou poderá ser considerado marginal.

Veiga *et. al* (2001) aponta o fortalecimento da agricultura familiar como essencial no âmbito das tratativas sobre desenvolvimento rural e relaciona a diversificação econômica nos territórios, com perspectivas para atividade agrícolas e não agrícolas e o incentivo a empreendimentos locais. Tal diversificação está relacionada à ampliação do número de empregos, aumento e/ou conquista da autonomia feminina, diversificação da produção, valorização dos saberes tradicionais, seguridade da soberania alimentar e a valorização do trabalho feminino, que, recentemente tem sido transformado no rural a partir dos afazeres não rurais ligados ainda à abertura de novos negócios no meio rural.

As mulheres representam, segundo o IBGE (2006), 26% da mão de obra da lavoura e que a agricultura familiar emprega aproximadamente 75% da mão de obra do campo, esta sobre responsabilidade da agricultura familiar, evidencia-se de inúmeras maneiras a importâncias desta categoria para o desenvolvimento.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITOS E PERSPECTIVAS

Para tratardo contexto da agricultura familiar e das mulheres que vivem e trabalham neste espaço, faz-se necessário entender melhor sobre a construção desta categoria. Não cabe aqui a tarefa de esgotar este universo, mas sim contextualizar, a partir das perspectivas de estudiosos da temática, a conceituação de *agricultura familiar*.

Diante da relevância da agricultura familiar na conjuntura brasileira atual e da diversidade de conceitos existentes sobre agricultura familiar, Abramovay (2000) distingue agricultura familiar e agricultura patronal. A *agricultura familiar* não emprega trabalhadores permanentes, porém, os estabelecimentos agrícolas desta categoria podem contratar até cinco empregados temporários anualmente. Já, a *agricultura patronal* pode ter relações empregatícias com empregados permanentes e/ou temporários e estes indefere em número.

Até se reconhecerem e serem reconhecidos como agricultores familiares, homens e mulheres do meio rural que tinham como base de trabalho a mão-de-obra agrícola familiar, foram chamados de colonos e pequenos agricultores.

Tais diferenciações não estão concentradas apenas na forma de emprego da mão de obra, mas no acesso às políticas públicas, acesso ao crédito, tamanho da propriedade e a forma como este se relaciona com o meio rural.

Neste certame, cabe ressaltar ainda, que os estudos sobre a categoria são bastante recentes e que efetivamente foi a partir de 2006 que, no Brasil, passamos a entender de forma diferenciada e mais abrangente a agricultura familiar no país. No Rio Grande do Sul, isso surgiu com o desenvolvimento do primeiro Senso Agropecuário, embora ainda existam discordâncias entre os cientistas sociais brasileiros sobre a forma como o IBGE trata a classificação da agricultura familiar.

Nesse sentido, Navarro (2010) contribui com essa reflexão, na medida em que questiona o fato de não ser levada em consideração nas análises dos dados do Censo Agropecuário Rural, as diferenças sociais presentes no meio rural brasileiro.

Segundo Grando (2011), no Rio Grande do Sul os estudos sobre os agricultores que se enquadram hoje na categoria de agricultores familiares estiveram vinculados a sua importância no processo de formação das colônias, onde os estabelecimentos dos chamados *colonos* não ultrapassavam 80 hectares. Assim, o *colono* “correspondeu ao pequeno proprietário agricultor em terras de mata” (Bernardes, 1997, p. 92). Em suas atividades estavam o cultivo de pequenas lavouras e o primeiro plantio, a derrubada de matas para abertura de novas áreas de plantio ou até mesmo para a construção de sua casa. Tais atividades eram desempenhadas com a contribuição de todos os membros da família, principal característica dessa categoria – *a utilização da mão de obra da família* – em terras com pequenas extensões, de sua propriedade, contribuindo com atividades coletivas junto à comunidade.

As famílias colonas desempenham o cultivo de produtos para consumo familiar e interno na propriedade. Com a obtenção de excedentes, estes produtos passariam a ser comercializados com intuito de gerar renda e comprar mercadorias não produzidas na propriedade, mas que apresentassem necessidade de uso no interior da propriedade.

Os colonos que estabelecem relações também com os *caboclos*, para dinamizar o uso das terras, conseguiram se fixar nestas áreas rodeadas de mata com a exigência de muito esforço coletivo para estabelecer moradias e passaram a morar seguramente neste local, trazem consigo diferentes dimensões do uso da terra. Os caboclos eram considerados aqueles que possuíam origem portuguesa miscigenada com a indígena. Estes habitavam diferentes regiões do Estado antes da chegada dos imigrantes no final do Século XIX.

A derrubada da mata para construção das residências, as trocas de serviços entre os próprios colonos, além do uso de mão de obra dos caboclos em regime de trocas, desenvolvia a base para a construção de uma nova vida, além de reafirmar seus traços culturais criava-se, nestes locais, um ambiente de coletividade.

A estruturação agrária da região, na perspectiva de sua estruturação a partir das colônias, é tratada por Picolotto (2008) de forma a destacar que a estruturação fragmentada constitui elementos de sociabilidade, organização socioeconômica e cultural. Estes elementos somados formaram um “maciço regional de “colonos” [...] que hoje se concebe como “agricultores familiares” e neste maciço, os agricultores de base familiar ou “colonos” mantêm-se entre os principais sujeitos sociais na atualidade” (PICOLOTTO, 2008 p. 2).

Pesavento (1980), Bernardes (1997), Silva Neto & Basso (2005) e Schneider (2006) apresentam dados significativos sobre estes grupos, ao denominar como colonos os imigrantes europeus instalados nas terras dos estados da Região Sul.

O uso do termo camponês também integra as denominações da categoria agricultura familiar. Wanderley (1996) considera, por exemplo, que a agricultura camponesa não é simplesmente uma agricultura de subsistência, mas também um meio de produzir excedentes comercializáveis.

A prática do campesinato seria uma das formas sociais de agricultura familiar. Pois, o camponês apresenta a relação entre propriedade, trabalho e família. Não há nesta categoria, necessariamente, a produção de excedente para a comercialização, mas sim, a relação de troca entre os integrantes do mesmo grupo de produtos que cada um tem em maior número e que pode ser trocado ou partilhado.

O campesinato constitui-se ainda a partir da demanda de trabalho necessária de ser empregada para o sustento. Assim, “a lei básica da existência camponesa poderia ser resumida na expressão *balanço entre trabalho e consumo*, cujo principal objeto econômico era organizar o ano de trabalho para atender a demanda da família” [...] (SIQUEIRA, 2014 p. 123).

No estabelecimento rural camponês a obtenção de lucro não era o critério para a escolha das ações a serem realizadas, mas o intuito era satisfazer as necessidades básicas da família. No que se refere ao sistema camponês, a renda familiar era indivisível e sua origem era única. O que determinava o que seria feito não era o interesse de cada um, mas a necessidade.

Segundo Paulilo (2004), o campesinato apresenta algumas diferenciações entre os estudos e movimentos, visto que o termo campesinato, é reconhecido apenas para países que tiveram o modelo de produção feudal, enquanto outros usam o termo para tratar dos agricultores pouco ligados às práticas de mercado. O camponês é aquele que emprega em suas atividades rurais a mão de obra familiar aplicada a pequenos e médios agricultores.

Temos ainda a definição de *pequeno produtor*, fortemente utilizada na década de 1970, com a Revolução Verde e a política desenvolvimentista pautada na mecanização do campo. Esta nomenclatura pautava-se como antagônica ao grande produtor. E sua principal característica está no tamanho da propriedade e no emprego da mão de obra.

Em Schneider (2009), a agricultura familiar tem a base nas manifestações políticas que ocorre a partir da década de 1990 relacionada às atividades dos movimentos sindicais. Schneider (2009) e Navarro (2010) argumentam que o surgimento da expressão *agricultura familiar* está correlacionado ao Tratado de Assunção, o qual deu origem ao Mercosul em 1991.

Na década de 1990, as ações político-sindicais comandadas pela CONTAG e o departamento rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT) deram origem à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF). Essas instituições, buscando defender interesses dos *pequenos produtores*, passaram a organizar-se em torno dos agricultores familiares com a consagração do uso desta expressão, fundamentada com a consolidação em 1996 do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

As políticas de governo implantadas a partir do PRONAF institucionalizaram a noção de agricultores familiares, delimitando o grupo de produtores que podem participar do programa, sendo então definidos os critérios de enquadramento nesta categoria que definem

então o *agricultor familiar*. São as mulheres, pertencentes a esta última categoria teórica e política de agricultoras que trabalharemos.

Pautados ainda em Schneider (2009) são apresentadas quatro manifestações que caracterizam este grupo. Sobre o uso do trabalho, o agricultor familiar usa a força de trabalho dos membros da família e eventualmente trabalho temporário, não podendo o contratado ter carteira assinada e sim um contrato temporário. O segundo é a economia de escala: a maximização dos recursos naturais atrelados à preservação. Quanto menor a agressão ao seu ambiente, maior será a potencialidade de produção e aproveitamento de recursos. O terceiro elemento trazido pelo autor está relacionado à capacidade da adaptação das famílias ao ambiente econômico e social. Já o último elemento está ligado diretamente à questão familiar, em que às relações de parentesco e herança para uso da terra apresentam-se como elemento central da natureza nas unidades – *propriedades agrícolas*.

Assim, ao analisar as mudanças na forma de compreender ao longo da história e do processo de organização social da categoria de agricultores familiares, tem sido construído historicamente em função de uma hierarquia e de uma estrutura de poder, que faz com que homens e mulheres tenham estereótipos limitadores. As relações de diferenciação entre os sexos esta nitidamente presente nas relações sociais e possuem maior expressividade no espaço das propriedades rurais e no modo de organização social destas estruturas.

Pode-se perceber ainda que embora haja uma maior visibilidade por parte da sociedade para aqueles que estão ligados à agricultura familiar, existe ainda um olhar diferenciado para as mulheres rurais, colocando estas à margem dos espaços de igualdade, empoderamento, processo de tomada de decisões, acesso a terra, visibilidade e acesso as relações sociais no ambiente que cerca sua propriedade ou os grupos aos qual o espaço rural se relaciona. Assim, embora se tenha percebido mudanças no que tange as percepções sobre o rural agrícola familiar, pode se atentar para o fato de que tais transformações não ocorrem de forma linear e igual para todos que se reconhecem e pertence à categoria da agricultura familiar e mais ainda para as mulheres.

2.2 OS DIVERSOS OLHARES PARA: MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES, GÊNERO E TRABALHO

O reconhecimento legal da categoria de segurado especial na agricultura familiar como garantidora de direitos básicos às mulheres foi garantido ao longo das últimas décadas sem

que ainda houvesse o reconhecimento legal da categoria de *agricultura familiar*. Em 1991, foi aprovada a Lei que dava direitos de aposentadoria ao trabalhador rural, embora a Legislação que trata do trabalhador rural tenha sido aprovada com vários ganhos naquela década, foi apenas em 2008 que o texto da Lei ganha complementações que garantem a classificação do segurado especial da agricultura familiar.

A Lei 11. 718/2008 qualifica o segurado obrigatório da Previdência Social, e coloca no quadro de segurado especial produtor seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgado, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade em regime de *agricultura familiar*, limitados a quatro módulos fiscais, sendo considerado como membro do grupo e também segurado especial cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesesseis) anos de idade ou a este equiparado e que trabalhem com o grupo familiar respectivo. O texto ainda aponta que:

Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes (BRASIL, 2014).

As *mulheres rurais* passaram a ter, por Lei, os mesmos direitos que os homens rurais no que se refere à aposentadoria. Sendo que neste período foi reduzida a idade mínima para solicitação de aposentadoria especial - trabalhador rural, porém, o reconhecimento do direito às agricultoras familiares ao auxílio maternidade ocorreu apenas neste século.

Neste universo é preciso evidenciar que o fato de a Lei ser garantidora de direitos, não necessariamente possibilita que este direito seja de fato acessado. Grande parte das mulheres rurais não tem acesso a algumas demandas básicas que são preliminares à busca e acesso destes direitos. Podemos citar aqui o acesso à documentação, pois milhares de mulheres do meio rural não possuem a documentação básica. Quando se trata da busca da aposentadoria, acesso à terra e financiamentos, esta lacuna é um dos empecilhos para o cumprimento dos seus direitos.

A falta de renda no meio rural, através do trabalho desempenhado pelas mulheres ou da impossibilidade de comprovação dos ganhos, restringe o acesso ao crédito. Neste contexto, *a agricultora ainda é desafiada a reconhecer seu próprio trabalho como potencializador e fomentador do desenvolvimento*, tendo como pressuposto o fato de que o trabalho feminino é tido como ajuda. Em outras palavras, para a mulher rural em regime de

economia familiar, o trabalho agrícola é uma extensão das suas tarefas domésticas, e, portanto, não considerado como trabalho (HEREDIA & CITRÃO, 2006).

O modelo patriarcal de sucessão familiar, a baixa escolaridade e as limitações para o casamento com jovens do campo, têm causado efeito significativo de grandes impactos no meio rural: o esvaziamento rural da população jovem, a partir das décadas de 1970 e 1980.

Historicamente, mulheres e homens, vêm assumindo diferentes papéis no contexto social, porém, de acordo com os sistemas sociais em que estão inseridos, as formas de organização social e os modelos comportamentais vão sendo padronizados e reproduzidos. Com a adoção de padrões comportamentais excludentes ao sexo feminino, muitas mulheres conseguiram transpor as barreiras do papel de serem apenas esposa, mãe e dona do lar.

Ao abordar o trabalho desempenhado pelas agricultoras familiares e sua participação no desenvolvimento, destaca-se a expressiva carga de trabalho destinada às mulheres nas propriedades rurais de economia familiar e a invisibilidade das atividades desenvolvidas por estas mulheres quando se tratam das atividades ligadas ao lar (TRINGO, SANT'ANA & TARSITANO, 2009).

No entanto, no que diz respeito à ocupação dos espaços e os processos produtivos no meio rural, LECHAT (1996) afirma que a participação das mulheres nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Rio Grande do Sul, é bastante específica. Sua inserção no espaço rural se dá pela unidade familiar, sendo que neste modelo as práticas de trabalho e as definições do patrimônio são coletivas.

As relações de divisão sexual do trabalho estão implicadas nestas relações, embora haja um movimento de resistência a estes padrões sendo construídos a partir da percepção das mulheres para as desigualdades estabelecidas neste processo.

Ainda na perspectiva de discutirmos os novos modelos de comportamento, podemos observar que estes têm implicações na macroeconomia, visto que WAQUIL & SOUZA (2014) apontam, entre os vetores de mudanças na perspectiva macroeconômica do Rio Grande do Sul, a participação das mulheres no mercado de trabalho. Neste cenário, podemos somar o fato de que, com a saída das mulheres do campo, este vetor é potencializado e os deslocamentos de trabalho das atividades rurais para atividades urbanas aumentam. Estas mudanças, segundo os autores, implicam alteração de hábitos alimentares com inserção de dietas alimentares e consumo de alimentos que garantiriam a *segurança alimentar*.

O meio rural brasileiro tem sofrido intensas transformações nas últimas décadas que se manifestam em diferentes espaços sociais – como é o caso de Rolante. A saída de milhares de

famílias do campo, em todo o país, em um processo conhecido como êxodo rural acrescido da modernização e mecanização do campo, tem tornado o ambiente rural cada vez mais masculino. Assim, são reafirmadas as forças do patriarcado, minimizada a necessidade do emprego de mão-de-obra e aprofundada a expulsão feminina da zona rural (ANJOS & CALDAS, 2005 p.675).

O uso de novas tecnologias, o acesso à comunicação (SILVEIRA e SCHWARTZ, 2011) e ainda a mecanização do campo, fazem com o trabalho se transforme, mas, também tem ampliado nas últimas décadas a masculinização do campo.

Contudo, estas mudanças se expressam nas *relações de gênero*. Onde a sucessão familiar está ligada à permanência dos filhos homens no campo e uma leva expressiva de mulheres que buscam no espaço urbano, trabalho, escolas e um novo modo de vida, motivadas pela busca da independência financeira.

O trabalho doméstico, o cuidar do marido e dos filhos são impostos às mulheres como uma obrigação a ser aceita e realizada por ela. Tais afazeres se somam ao trabalho rural no caso das agricultoras e envolve ainda, um conjunto diferenciado de atividades agrícolas.

Na perspectiva do desempenho destas atividades pelas agricultoras familiares no espaço rural, e a sucessão geracional dos estabelecimentos rurais, a divisão sexual do trabalho têm contribuído para ampliar a invisibilidade do trabalho feminino. Prevalece a visão padronizada de família, em que o homem realiza as atividades com perspectiva de geração de renda monetária e que suas decisões representam os interesses da mulher e dos filhos (BRUMER, 2004; MELO et al. 2003).

Alves (2006) aponta em seus estudos para o fato de que essas representações são cada vez mais naturalizadas desta divisão sexual, reafirmando o lugar de mulheres e homens no espaço rural. A produção das atividades femininas e a reprodução familiar são vistas como obrigações do sexo masculino e assim, sua invisibilidade não é percebida pela sociedade. Estas relações são fortemente reafirmadas com o processo de mecanização do ambiente rural.

A mecanização representa ainda uma mudança na concepção da lógica agrícola familiar tradicional, fazendo com que o chefe da família desempenhe de forma diferente as atividades agrícolas, reduzindo a necessidade de contratação de mão de obras. Pode se atentar ainda neste processo que, esta lógica interrompe o processo de transformação do modelo de inserção feminina nas práticas rurais, onde novamente a mulher restringe suas praticas ao trabalho reprodutivo, ou seja, a esfera privada do rural.

Outra problemática das agricultoras está centrada na inexistência de ações afirmativas ao trabalho desempenhado pelas mulheres. Suas atividades de trabalho não são vistas como importante, para o desenvolvimento – *o que contribui para sua invisibilidade social* (SPANEVERELLO, 2008).

Assim, Cruz (1996 p. 148) chama atenção para as tratativas da Comissão Mundial do Meio Ambiente e do Desenvolvimento, concluindo que “as mulheres (enquanto sujeitos de direitos e recursos humanos disponíveis) são importantes no desenvolvimento, não só como beneficiárias, mas como autoras”. Sendo que, estando elas na agricultura e, em sua maioria, desempenhando atividades relacionadas ao cuidado com as crianças e afazeres domésticos, representam importante papel para ampliação dos rendimentos familiares, contribuindo para a garantia da sustentabilidade financeira do empreendimento rural, embora maior parte do seu trabalho seja invisível.

Acrescenta-se ainda, a *invisibilidade do trabalho* e da renda monetária feminina, sobre a perspectiva de gênero, no reconhecimento da renda gerada pela mulher no meio rural. Assim como a percepção de que o endividamento da família é de exclusiva responsabilidade masculina. Tal perspectiva toma dimensões ainda maiores quando analisada a autonomia feminina para acesso ao crédito rural, que é em sua maioria inexistente (ROMANO & BUARQUE, 2001).

Sendo o Rio Grande do Sul um dos maiores produtores agrícolas do Brasil, o reconhecimento aos geradores de recursos através das atividades agrícolas, está centrado nos grandes proprietários de terra, a aqui surge outro fator de invisibilidade ao trabalho e a renda feminina no campo.

Os grandes produtores agrícolas são os que possuem capacidade empresarial e com aptidão para geração de renda (CARNEIRO, 1997). Nesta perspectiva, os agricultores que desenvolvem atividades em pequenas propriedades, enfrentam dificuldades de acesso ao crédito e na comprovação de sua capacidade financeira. O acesso ao crédito rural é dificultado e restrito às agricultoras familiares por diversos fatores, mas, a falta de documentação básica e a ausência de posse legal da terra estão entre os que ficam mais visíveis. A partir destes problemas, apresentamos alguns fatores evidenciados nos estudos de Copetti (2008), que trata das dificuldades de acesso a recursos relacionados às políticas de crédito rural, em especial para mulheres e jovens.

A inexistência de documentação pessoal dos integrantes das propriedades rurais, ou a falta de conservação destes documentos e os prazos vencidos, além da falta de titularidade da

terra pelas mulheres, são fatores que impossibilitam as mulheres e/ou famílias a acessarem políticas de crédito que contribuam para uma melhor estruturação da propriedade e melhoria na condição social das famílias. O que possibilitaria maior autonomia feminina, bem como sua participação direta nos processos de tomada de decisão.

Outro fator que impossibilita as mulheres de acessarem crédito é o endividamento do marido. O que, muitas vezes, não é de conhecimento das mulheres, por não serem as responsáveis ou corresponsáveis pelo financeiro da propriedade. Além disso, a falta de conhecimento dos profissionais que trabalham com o crédito em relação a essas linhas específicas e os projetos elaborados pelos técnicos limita-se, muitas vezes, às atividades primárias da agricultura familiar. A rede de assistência técnica disponível não apresenta formação para realizar trabalhos, visando à inclusão positiva das mulheres (COPETTI, 2008).

Tais demandas nos fazem atentar para o processo de autonomia feminina e à incapacidade de acesso a recursos oriundos de programas ou projetos com enfoque para as mulheres rurais, ou até mesmo outras linhas de crédito junto às instituições financeiras. Sua impossibilidade de acesso ao crédito e de participação na gestão financeira da propriedade, fazem com que as mulheres não possuam autonomia financeira.

A análise das múltiplas desigualdades percebidas também a partir do que nos trouxe a autora evidencia o quanto determinadas práticas ou políticas reafirmam as diferenças entre os sexos e as relações de poder. Para estabelecermos estas discussões sobre as relações de poder é necessário ter como ponto central a análise da categoria de Gênero.

Heredia e Cintão (2010), ao abordarem o trabalho das mulheres na perspectiva da participação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), evidenciam que o trabalho remunerado das mulheres no âmbito do programa faz com que passe a haver algumas mudanças no contexto das atividades desempenhadas dentro das propriedades, fruto das políticas afirmativas.

Segundo SCOTT (1995) *as diferenciações das normatizações de comportamento*, as separações de ocupação dos espaços públicos e privados destinados a cada sexo, assim como as relações de trabalho – são todos elementos que se apoiam na diferença biológica como pressuposto para a reprodução e legitimação das práticas e das teorias da divisão sexual – o que impossibilita a quebra de paradigmas e comportamentos atribuídos a este ou aquele.

Se as *relações de gênero*, ancoradas nos conceitos biológicos ainda direcionam fortemente as relações sociais, percebemos que os comportamentos no seio familiar também implicam nas *determinações simbólicas do fazer*. No âmbito da produção de alimentos no

meio rural, em especial na agricultura familiar, a importância das mulheres reside justamente na responsabilidade a ela delegada do cultivo diversificado de gêneros alimentícios especialmente para o sustento da família. Como, por exemplo, cultivo de hortaliças e a criação de pequenos animais, que normalmente não são reconhecidas como práticas de trabalho, sem remuneração e sem reconhecimento fomentam ainda mais a invisibilidade das mulheres neste espaço (BRUMER,1996).

Segundo Andrade & JR (2013) a articulação das mulheres e o trabalho em conjunto, reafirmam suas identidades e contribuem para a desestabilização dos espaços tradicionais ocupados no seio da agricultura familiar, a partir do trabalho desempenhado por elas. Ainda, de acordo com Brumer (1996, 2004), as mulheres desempenham atividades ligadas ao trabalho do lar, cuidados com os animais e produção para o autoconsumo, enquanto os homens desempenham atividades ligadas à compra de insumos, gerenciamento da propriedade, destinação dos recursos e investimentos.

As *desigualdades de gênero no meio rural*, segundo Heredia e Cintrão (2006), estão relacionadas com a educação, infraestrutura, acesso à água e a energia elétrica, que historicamente chegam muito tarde ao espaço rural, afirmam. As condições de trabalho das agricultoras brasileiras nos últimos 20 anos, sofreram inúmeras transformações que impactaram em sua dinâmica de relações e atividades desempenhadas. Ao abordar sobre o trabalho desempenhado pelas agricultoras familiares e sua participação no desenvolvimento, as autoras destacam a expressiva carga de trabalho destinada às mulheres nas propriedades rurais de economia familiar.

Além disso, se destaca a *invisibilidade das atividades* desenvolvidas por estas mulheres, quando se trata das atividades ligadas ao lar e ao trabalho em outras esferas da propriedade, sendo que as ações de trabalho realizadas junto ao esposo e aos filhos são consideradas como ajuda (BARBOSA, 2013; CAVALCANTI, 1999; SCHNEIDER, 2003, LOPES, 1996).

Embora haja uma histórica exclusão das mulheres das atividades produtivas no meio rural em termo da divisão das tarefas, assim como na decisão dos gastos, as novas ocupações femininas em atividades não agrícolas remuneradas tem contribuído para “estancar o êxodo agrícola” (STADUTO et al., 2007, p. 22). Estes espaços tem proporcionado uma nova organização, mesmo que ainda tímida, na divisão sexual do trabalho dentro das propriedades rurais, possibilitando maior integração nos diferentes espaços de comercialização e tomada de decisão sobre a produção agrícola e de insumos na propriedade.

Os movimentos femininos tiveram, e continuam tendo, um papel fundamental para proporcionar a *visibilidade do trabalho feminino no campo*, bem como para efetivação da garantia de seus direitos. Ainda Heredia e Cintrão (2006) analisam que a construção e consolidação de políticas públicas contribuem para a mudança do olhar da sociedade sobre o papel das mulheres no desenvolvimento e ainda para a auto-percepção das trabalhadoras rurais, como atores sociais e políticos. Tal importância, não reside apenas no emprego de mão-de-obra, mas, também nas atividades relativas à continuidade da produção do tipo familiar, porém, esta última sofre invisibilidade e configura-se diferente entre os sexos (BRUMER, PANDOLFO & CORADINI, 2008).

A migração juvenil também sofreu transformações no contexto da ocupação de espaços nas últimas décadas. Os espaços ocupados pelas jovens e mulheres no meio rural, sob a perspectiva do trabalho, apontam para importância do trabalho feminino na agricultura. Neste contexto, diversos estudos relatam a diminuição da presença feminina no campo, e, recebem atenção especial no debate sobre a sucessão familiar.

Segundo Brumer et al. (2008), a participação das mulheres na tomada de decisões e a permanência das mulheres no campo com o desenvolvimento de atividades consideradas não rurais neste ambiente, tem contribuído para um amplo debate acadêmico e social acerca das demandas deste cenário.

O acesso a terra e a criação de políticas públicas que garantam às agricultoras familiares o direito de terem sob sua posse, terras em assentamentos, assim como de propriedades adquiridas através de programas de acesso ao crédito, ou ainda quando a terra for adquirida em “parceria” com o companheiro, só se consolidou com mudanças no Código Civil. “Tal fator se consolida com a reformulação das políticas de acesso a terra e a exigência de que cartórios realizem os registros com a titularidade também feminina, fortalecido ainda pelos mutirões de documentação rural” (BRASIL, 2013, p.65).

No entanto, a efetividade de acesso a diferentes mudanças implicadas pela Lei, ocorre de forma lenta em todas as regiões do Brasil. Esta implicação, não se deve apenas à cultura comportamental de que o homem é o proprietário por ser “o detentor” dos recursos financeiros da família, necessários para a compra. Está ainda, na ausência de rigidez para fiscalização que aplique a legislação vigente, acrescido ainda à falta de conhecimento das próprias mulheres sobre seus direitos.

Destacam-se, assim desde a implementação da nova Política Rural do país, as contribuições do trabalho feminino nas atividades agrícolas de comercialização a partir do

PAA. As atividades por elas desempenhadas refletem expressivamente no campo da divisão do trabalho, vistos a partir das diferenças sexuais e geracionais, com a participação das mulheres produtoras rurais nas atividades de comercialização.

As mudanças incluem o espaço familiar, “não apenas das rotinas de trabalho, mas também com relação ao seu papel social” (CINTÃO & SILIPRANDI, 2010, p. 03). Os homens perdem força no que diz respeito à concentração da renda e da centralidade do poder de decisão sobre o uso dos recursos adquiridos nas atividades produtivas, valorizando o trabalho desempenhado pelas agricultoras e ainda as impulsionando para ocupar novos espaços sociais.

Na base da divisão sexual do trabalho, a ideia de que as mulheres por serem mães são as únicas responsáveis pela educação dos filhos, pelo trabalho doméstico e de cuidados com aqueles que estão sobre seu lar, referenciam-se como se essa atribuição fosse própria da sua natureza (GUEDES & DAROS, 2007).

Isso significa dizer que prevalece, ainda, a visão padronizada da família, em que o homem representa os interesses do conjunto, ou seja, da mulher e dos filhos, deixando transparecer que os interesses são comuns e que se complementam de forma harmônica. A família assim estruturada possui uma *hierarquia de gênero e geração*, colocando as mulheres e jovens na condição de subordinação. Nesse contexto, as mulheres jovens ocupam o menor lugar na hierarquia familiar, submetida à lógica patriarcal e aos padrões de sucessão rural que privilegiam os jovens homens (MAGALHÃES, 2009).

Existe, nesse sentido, o controle moral dos corpos e dos espaços por elas ocupados, e uma naturalização do trabalho, reafirmando a construção histórica do não reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho (CARDOSO, RIBEIRO & BARLETTO, 2009). Tal afirmativa reforça a necessidade de construir espaços de desnaturalização da divisão do trabalho, e a ampliação da visibilidade sobre o trabalho das mulheres. Isso nos leva a acreditar que a *rígida divisão sexual do trabalho* (Siliprandi & Cintão, 2010; Mesquita, 2014), as diferenciações de papéis geracionais e a permanente atribuição do trabalho feminino não remunerado às mulheres, não potencializam maior geração de renda nos espaços rurais.

Nessa perspectiva, Maia e Lopes (2001) abordam o trabalho das mulheres agricultoras familiares no contexto do desenvolvimento humano e na promoção dos espaços de desigualdades, reafirmando a divisão sexual do trabalho como “colaborador para a reprodução da invisibilidade do trabalho das mulheres” (2001 p. 11).

Embora as mulheres constituam a categoria mais pobre do mundo, tem importante contribuição para minimização das situações de pobreza de equidade no processo de desenvolvimento humano. “Será resultado do investimento na capacidade das mulheres e na produção de igualdades nas relações de gênero, a partir, principalmente, de uma redistribuição e reavaliação dos papéis e valores público e privado de homens e mulheres” (NASCIMENTO, RODRIGUES e SANTOS, 2013; MESQUITA, 2014; NACISO & HENRIQUES, 2008), e destacam ainda, que as relações desiguais são determinadas culturalmente.

Mesmo com avanços, *as representações do feminino* e do masculino – no universo da agricultura familiar – ainda carecem de significativas mudanças. Menasche (2004) discute as representações do feminino e do masculino no universo da agricultura familiar a partir de uma pesquisa realizada com agricultores no Rio Grande do Sul. A autora aborda o comportamento dos agricultores frente ao trabalho da capina na horta, sendo este considerado como trabalho feminino. No entanto, a partir do expressivo uso de agrotóxico acaba sendo representado como uma atividade de trabalho masculina, fomentada pelo “saber” e uso de equipamentos tecnológicos. “Isso leva a supor que a particular exclusão das mulheres dessa atividade encontre legitimidade em outras justificativas, construídas no imaginário social” (MENASCHE, 2004 p. 33.).

A autora aborda que a exclusão das mulheres das atividades agrícolas no contato com os agrotóxicos está ligada à preservação da fertilidade, e ao fato de que o uso de tecnologias está associado como “um elemento de afirmação de sua masculinidade” (2004 p. 35), e que o fato de capinar, estando à horta no espaço da propriedade direcionado ao autoconsumo o homem estaria “fora do lugar” (2004 p. 35). Conclui ainda que, “a capina passa a ser na agricultura familiar, verbo conjugado no feminino, um trabalho desvalorizado, ou um não trabalho [...] “coisa de mulher” (2004 p. 35)”.

Para Silveira e Schwartz (2011), o uso de novas tecnologias, o acesso à comunicação e a mecanização do campo, fazem com que o trabalho se transforme. Tal fator tem contribuído, ao longo de sua implantação, para ampliar a masculinização do campo (STROPASOLAS, 2004).

Outro fator de exclusão está ligado à visão sobre incapacidade feminina: o uso de tecnologias, sendo este “um elemento de afirmação de sua masculinidade” (STROPASOLAS p. 35, 2004). Desta forma, se reafirmam as atividades relacionadas ao autoconsumo como atividade feminina, assim como a capina, e aos homens reservaram-se os demais espaços.

Para tanto, se evidencia que as dinâmicas de trabalho no meio rural possuem diversidade no que se refere às posições políticas nestas estruturas ligadas às questões de gênero, principalmente, no que diz respeito às atividades consideradas não geradoras de renda, ou seja, aquelas práticas dentro das propriedades, na invisibilidade dos lares.

No âmbito do desenvolvimento, as mulheres tem importante contribuição para minimização das situações de pobreza e ampliação dos espaços de igualdade nas relações sociais e de trabalho que buscam promover a redução de sua invisibilidade. Sendo as *relações desiguais e determinadas culturalmente* (NASCIMENTO, 2013; MESQUITA, 2014; HENRIQUES & NARCISO, 2008), o território se apresenta como um espaço de construção das *dinâmicas de produção*.

Embora haja um expressivo aumento do agronegócio, as mulheres desenvolvem a capacidade de interagirem no trabalho da agricultura familiar. As agricultoras criam condições de autonomia e de resgate a antigos conhecimentos e costumes, garantindo a produção em pequena escala e para consumo familiar. “A importância das mulheres não se limita à sua participação nas atividades agrícolas e não agrícolas, estando também diretamente ligada aos costumes, tradições e valores” (HENRIQUES & NARCISO p. 02, 2008).

Percebe-se que diferentes saberes, hábitos culturais, formas de plantio, espécies de sementes, são preservados a partir do trabalho desempenhado pelas mulheres, perpassando a forma de produção agroecológica e refletindo ainda em diferentes espaços por elas ocupado.

A capacidade de resistência da agricultura familiar no Maranhão, com foco no trabalho desempenhado pelas mulheres é tema central das pesquisas realizadas por NASCIMENTO, RODRIGUES e SANTOS (2013).

O território apresenta-se como um espaço de construção das dinâmicas de produção, sendo que, embora haja um expressivo aumento do agronegócio, as mulheres desenvolvem a capacidade de interagirem no trabalho da agricultura familiar. Tais perspectivas do território potencializam a autonomia feminina, o resgate de antigos conhecimentos e costumes. Garantem a produção em pequena escala para consumo familiar, valorando assim, o trabalho feminino na agricultura familiar.

Maronhas, Cardoso, Schottz & Matos (2011) por sua vez, relatam as experiências agroecológicas de mulheres na região nordeste e Sul da Amazônia, a partir das *relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho*, trazendo à luz potencialidades e dificuldades de organização das mulheres para produção agroecológica nas pequenas propriedades.

Podemos identificar as *relações de trabalho sexuadas*, assim como a hierarquização do masculino sobre o feminino para o desempenho das atividades, “com os papéis tradicionais de gênero” (GOMES JUNIOR & ANDRADE p.393 2013). A agroecologia tem como base o trabalho das mulheres no cuidado com a conservação do solo e dos alimentos para a “segurança alimentar das famílias rurais” (GOMES JUNIOR & ANDRADE p.399 2013).

Evidencia-se, nos estudos citados, que os modelos conservadores implicam uma menor expressão das atividades produtivas agroecológicas e do trabalho desempenhado pelas mulheres nesta área.

Michelin et.al (2011) ao estudar o trabalho da mulher na feira agroecológica em Santa Cruz da Baixa Verde, no Sertão de Pernambuco, destaca o papel das mulheres na construção do modelo agroecológico de produção para comercialização. Mostra que a partir da experiência da feira, as mulheres, ao integrarem esta organização, passam a desenvolver o trabalho de comercialização dos produtos que possibilita a garantia da autonomia pessoal e financeira das agricultoras familiares. Os autores apontam ainda para a quebra de comportamentos no que diz respeito à ocupação do espaço do lar e das atividades domésticas, isso, antes da participação das agricultoras no projeto da feira unicamente destinado à ocupação das mulheres agricultoras familiares (MICHELIN, et.al , 2011).

O trabalho desempenhado pelas mulheres na agricultura familiar apresenta-se como um importante patrimônio sociocultural de ruralidade, acompanhado dos saberes tradicionais e as práticas agroecológicas. Além das diferentes culturas produtivas e do cuidado com o solo e com o meio ambiente, onde estão inseridas suas estruturas familiares. Suas contribuições para a diversificação da produção, a reprodução e a preservação dos saberes adquiridos ao longo do tempo, permitem a reafirmação dos espaços ocupados pelas mulheres (KARAM, 2004).

No entanto, não é apenas nas formas de produção que os espaços femininos precisam ser reafirmados. Determinados padrões estabelecidos às mulheres no rural, fazem com que as mulheres migrem em maior número para a cidade e ampliem a invisibilidade do meio rural.

Os comportamentos e padrões de sucessão das propriedades são reproduzidos através das gerações de agricultores familiares, em um processo acelerado de mobilidade social. É atribuído culturalmente à mãe o papel de realizar a iniciação das filhas no aprendizado, sobre os cuidados com o lar, com o esposo e com os filhos, e neste contexto, está à preparação para o casamento. Ao pai, cabe função de balizar os passos dados nessa direção (STROPASOLAS,

2004). O modelo de sucessão, a padronização dos comportamentos e as atribuições dos papéis, a partir da divisão sexual promovem ainda a saída dos (as) jovens do campo.

Nesse sentido, Stropasolas (2004, p. 266) considera que, o casamento “assumia um papel fundamental na reprodução do patrimônio familiar e na organização do processo do trabalho e busca reproduzi-lo com modelos e padrões típicos de família”. O casamento é visto como um fator importante no contexto da ocupação de atividade e permanência neste espaço.

Brumer (2004) aponta que a emigração rural é maior entre as jovens mulheres, o que provoca assim a emigração dos jovens homens do campo para a cidade, em função de que eles vão à busca de moças para casar, devido à redução populacional feminina no campo. Neste contexto, evidenciam-se as formas de sucessão das terras. A moça oriunda de família de agricultores tem maior possibilidade de garantir o direito às terras dos pais, em caso de ser filha única. Ainda neste caso, em muitas vezes, o direito de uso da terra é confiado ao esposo da moça quando ela opta pelo casamento, sendo que este direito ganha maior expressividade quando a atividade profissional do esposo esta relacionada à agricultura. Ainda quando os moços ficam no meio rural e seus relacionamentos se dão com moças oriundas do meio urbano, estas dificilmente tendem a emigrar para o campo e residir no meio rural (Brumer, 2004).

Em busca de emprego e escolaridade, as jovens saem do meio rural e passam a morar e estabelecer diferentes laços no meio urbano. Estas motivações ou fatores contribuem para redução do número de mulheres no meio rural e incidem significativamente no celibato masculino (SILIPRANDI, 2009). A diferença no acesso aos recursos produtivos e a participação nos processos decisórios apontam as desigualdades existentes na *distribuição de poder* e acesso a *diferentes espaços por homens e mulheres*.

Relacionando o processo de *sucessão familiar* e de *tomada de decisões* dentro da propriedade rural, Weisheimer (2009) aponta que neste contexto há o favorecimento aos homens. O autor considera que são impostas às mulheres múltiplas jornadas de trabalho sem que haja um reconhecimento do trabalho desempenhado por ela.

É possível observar ainda que há menor acesso à renda nas atividades agrícolas por parte das mulheres. Enquanto solteiras, o pai concentra os recursos e quando casadas a gestão é atribuída ao marido.

No que tange à saída das moças do meio rural Spanevello (2008) aponta que o caráter seletivo do êxodo leva cada vez mais moças a deixarem o campo, e que a possibilidade de retorno é muito remota. As jovens agricultoras familiares procuram evitar para si as

dificuldades do trabalho agrícola e doméstico. Tais fatores tornam-se motivadores para a rejeição de casamentos com jovens agricultores. Sen (2000) aponta que, para a permanência das moças no campo é fundamental que usufruam de liberdades instrumentais, as quais contribuirão para melhor nível de desenvolvimento do espaço onde estão inseridas. Assim, é perceptível que a permanência das mulheres no rural tem sido cada vez mais desafiadora, visto as oportunidades de trabalho na cidade, a imposição de comportamentos sociais e modelos culturalmente determinados, além da falta de perspectivas muitas vezes no próprio processo de sucesso.

Embora se perceba, ao longo da literatura, que as mudanças nos usos do rural implicam novos comportamentos das mulheres do campo, potencializa a conquista de sua autonomia e a ocupação de outros espaços no rural e para além dele, existem ainda a expressiva divisão sexual do trabalho e a colocação das mulheres em espaços de menor visibilidade e expressão.

2.3 GÊNERO E TRABALHO

Para as discussões sobre as relações de gênero, podemos partir da concepção de que o conjunto de características sociais, culturais, políticas, psicológicas, jurídicas e econômicas são atribuídas às pessoas de forma diferenciada, de acordo com o sexo. De acordo com Perrot (2005, p 11) “as mulheres agricultoras ou de artesãos, cujo papel econômico era considerável, não são recenseadas, e seu trabalho, confundido com as tarefas domésticas e auxiliares. Torna-se, assim, invisível”. Tal pensamento nos leva a observar que o trabalho desempenhado pelas mulheres, não sendo visibilizado, coloca as mulheres em um espaço marginal.

O uso do gênero, enquanto categoria de análise na historiografia, é recente e tenta estabelecer compreensões teóricas acerca dos questionamentos que emergem das esteiras das práticas políticas. Estas discussões marcam o percurso de alguns movimentos sociais, sobretudo, o feminista, trazendo para a cena política um amplo questionamento e debates sobre posturas e comportamentos que, tradicionalmente, *vinham sendo adotados como explicações naturais* para atitudes discriminadoras e práticas políticas de dominação e submissão.

No seu uso recente mais simples, gênero é sinônimo de mulheres (SCOOT, 1995) as construções teóricas que tinham como tema a história das mulheres substituíram, passaram a substituir nos seus títulos o termo de mulheres pelo termo de gênero. Em alguns casos, este

uso, ainda que referenciando vagamente em conceitos analíticos, tratando-se de uma aceitação política desse campo de pesquisa.

Tedeschi (2010 p.4) aponta que o uso do termo “gênero é então um meio de decodificar o sentido de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana”. Discorre ainda, que a legitimação do conceito de gênero, se dá no campo da história pelas mulheres como uma busca pela compreensão da natureza das relações sociais compreendendo a reciprocidade que há neste campo. Onde as relações políticas que se estabelecem nas discussões teóricas é que legitimam o uso e a compreensão de gênero, sendo que um apresentasse como complemento do outro- político e social.

Ao longo da história das mulheres e de suas relações sociais, às mulheres estiveram excluídas da possibilidade de participar do processo de construção das ciências, não podendo assim contribuir ao longo dos séculos para produção do conhecimento. “A concepção leiga de razão pura e conhecimento desinteressado que surgiu nesse contexto reflete o compromisso ascético cristão em purificar a alma da poluição do corpo e excluir as mulheres do caminho da razão pura” (SCHOTT, 1996, p. 109). Estando as instituições religiosas no centro do processo da construção do conhecimento e das instituições de ensino, coube a estas a concentração do saber.

Na religião estava centrado o primeiro espaço de exclusão ou limitação da participação e capacidade das mulheres no fazer ciência e em diversos outros aspectos sociais e no campo do conhecimento. Visto que até determinado período da história caberia apenas aos homens à inserção nos bancos escolares e mais ainda às universidades – e nestas estava à centralidade das construções de pesquisas e sua vertente estava voltada para os dogmas eclesiásticos. “Como as universidades surgiram literalmente da Igreja, as mulheres foram também excluídas dessas novas instituições, assim como haviam sido excluídas da pregação evangélica” (SCHOTT, 1996, p. 109).

A sexualidade deve ser entendida como uma construção histórica, e não como um objeto natural. Louro (1997, p.73) afirma que as concepções de gênero e sexualidade devem ser abordadas de forma articulada, considerando a construção histórica, social e cultural, pois ambos os conceitos apresentam estreitas relações quanto à formação dos indivíduos.

É certo e já estabelecido que *gênero*, como um conceito, surgiu de forma efetiva em meados dos anos de 1970. As características de gênero são construções socioculturais que variam através da história e se referem aos papéis psicológicos e culturais que a sociedade atribui a cada um do que considera *masculino* ou *feminino*.

Com a necessidade de pensar sobre as diferenças, as relações entre indivíduos e os grupos sociais, RUBIN (1987) *apud* BURKE (1992 p. 56) aponta que “gênero foi um termo usado para teorizar a questão da diferença sexual.” Além disso, nos Estados Unidos, o termo tem relações com a gramática e com os estudos sociológicos. Sendo que na gramática o mesmo é posto para determinar sobre as “convenções ou regras feitas pelo homem”.

Já, na sociologia, o termo está imbricado nas definições dos papéis sociais destinados aos homens e às mulheres. No entanto, mesmo que no campo da sociologia o termo gênero tenha sido eleito para ancorar as discussões funcionais ou essencialistas, as feministas escolheram enfatizar as conotações sociais de gênero em contraste com as conotações físicas de sexo.

As *relações de gênero* devem se correlacionar com as formulações culturais, as quais definem o papel do masculino e do feminino em cada sociedade. As características de gênero são construções socioculturais que variam através da história e referem-se aos papéis psicológicos e culturais que a sociedade atribui a cada um dos que considera “masculino” ou “feminino”. Segundo Scott (1995, p.26), “gênero deve ser visto como elemento constitutivo das relações sociais, baseadas em diferenças percebidas entre os sexos, e como sendo um modo básico de significar relações de poder”.

Ainda, segundo Scott (1995, p.25), o termo gênero foi proposto por mulheres que admitiram uma pesquisa sobre o sexo feminino e acreditavam poder mudar os paradigmas. O autor defende o pensamento de que havia feministas que possuíam um olhar diferenciado na perspectiva da construção de *um olhar*, não apenas na nova história das mulheres, mas na busca pela compreensão dos movimentos de ambos os gêneros.

Estabelecendo relações entre a epistemologia e gênero, em Hegel (1980, p. 317), encontramos sua teoria pautada nas relações da família e da sociedade, sendo que “à família possui na comunidade sua universal substância e subsistência, assim, inversamente, a comunidade tem na família o elemento formal de sua efetividade, na lei divina sua força e legitimação”. Percebe-se que os padrões de comportamentos estão alicerçados nos modelos construídos socialmente e que estes são determinantes sobre a família, que por sua vez, ao reproduzi-los fomentam ainda mais este modelo, mesmo que muitas vezes de forma inconsciente.

Cabe relacionarmos *gênero e trabalho*, em especial neste estudo, ligados à *agricultura familiar*, sendo que as *relações de gênero e trabalho* são socialmente construídas – e no que tange às discussões sobre a divisão sexual do trabalho, que está intrinsecamente ligada à

dinâmica familiar, em especial no ambiente rural – estão alicerçadas no gênero masculino, não seria possível realizarmos estas discussões sem que estes temas estivessem na centralidade.

Segundo Tedeschi (2010), que se vale da concepção foucaultiana, *o poder* é algo complexo e difuso, sendo este imposto de cima para baixo. No que se relaciona às relações de gênero e poder, em especial no meio rural, se faz necessário observar a sua capacidade de afetar exercício do poder, e sua capacidade de ser afetado, provocando resistência. Assim, a resistência e relações de poder estão interligadas em uma relação dialética, ou seja, existem inter-relações, ou, dependência de um para o outro. Segundo o autor, para Foucault, a resistência é a força superior às demais, já que são os seus efeitos que provocam mudanças nas relações de poder.

O *papel das mulheres na agricultura familiar*, embora evidenciado em diversos estudos nos últimos anos a partir dos diferentes campos da ciência, fica evidente que não é valorizado, é visto somente como ajuda e não como potencializador do desenvolvimento (BARBOSA, 2013; CAVALCANTI, 1999. SCHNEIDER, 2003, LOPES, 1996; HERNÁNDEZ, 2009; SPANEVELLO, 2008; BRUMER, 2004; CINTRÃO & SILIPRANDI, 2010).

No processo de socialização se desenvolve o aprendizado sobre o que é ser mulher e ser homem na sociedade, ou seja, o padrão diferenciado, e mesmo antagônico, de ser e de se comportar de homens e mulheres. Esses valores e padrões de comportamento são difundidos como se fossem definidos pelas diferenças entre os sexos, portanto, baseados na natureza de cada sexo. Assim, os padrões definidos pela sociedade do que é ser mulher e do que é ser homem são naturalizados, ou seja, considerados naturais a cada sexo.

Desse modo, passa despercebida a imposição dos padrões de gênero masculino e feminino, e se reproduzem desigualdades entre os sexos, apoiadas nas diferenças biológicas. Assim, as mulheres são consideradas naturalmente responsáveis pela reprodução e pelo espaço privado, e enquanto tal, sua obrigação é lavar, passar, arrumar a casa e cuidar dos filhos, o que é ensinado desde cedo às meninas por meio de brinquedos considerados de uso exclusivamente feminino. Aos homens, têm sido atribuídas as atividades produtivas e o espaço público, de poder e decisão política.

A história tem mostrado que este modo de pensar o mundo, as pessoas e a natureza gera desigualdade, cria hierarquia, privilegia os homens, submete, desvaloriza e oprime as mulheres. A ideia dominante é de que a sexualidade deve obedecer à natureza, determinada

pelas diferenças biológicas entre os sexos, e que os homens e mulheres trazem consigo, uma natureza que define o modo de sentir, manifestar e realizar a sua sexualidade.

Essa ideia obedece aos padrões de gênero, que definem o caráter amoroso e passivo da sexualidade feminina, em contraposição, ao caráter ativo, viril e insaciável do homem. Deriva dessa *concepção de sexualidade*, um padrão de comportamento sexual, considerado normal, que se realiza entre um homem e uma mulher.

A sociedade brasileira, de estrutura patriarcal, tem na base de sua história o domínio, a subordinação e a violência sexual contra as mulheres indígenas e negras. São de amplo conhecimento os casos de mulheres indígenas *pegas a laço*, como também de negras, escravas, subjugadas sexualmente por seus senhores. Neste contexto, é comum responsabilizar as próprias mulheres, pelo comportamento violento dos homens, taxando-as de *provocantes, fogosas, de irresistível erotismo e sensualidade*.

As discriminações ao corpo e à sexualidade das mulheres, em grande parte resultam de desinformação e expressam tabus ainda vigentes na sociedade. O padrão de beleza e saúde da mulher, disseminado pela mídia, revela a mercantilização do corpo das mulheres e para o qual há um amplo mercado de produtos desde a juventude à terceira idade, abrangendo a maternidade e outros aspectos da vida feminina.

Nesse contexto de análise, observamos que a agricultura familiar é desenvolvida pela família que desempenha na propriedade o trabalho produtivo e é proprietária dos meios de produção, bem como, é um espaço de direcionamento de comportamentos. Este modelo de (re)produção de comportamentos e de *estrutura produtiva que relaciona família, produção e trabalho* tem importantes resultados econômicos e sociais (Wanderley, 2001).

Sobre a agricultura familiar e o desenvolvimento, Lamarche (1993 p.13) trás que “em alguns lugares, a exploração familiar é a ponte-de-lançado desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado”. O autor aponta também para o modelo de produção voltado para atender as necessidades da família, sendo considerado este como um modelo arcaico.

Pauta-se ainda que em determinados lugares a agricultura de subsistência que é mantida e reconhecida como sendo um modelo de economia e organização social, suficiente para a promoção do desenvolvimento, sendo que, ter uma dada região desenvolvida passa pelo fato de as famílias terem o suficiente para sua organização, sem a necessidade de geração de excedente ou renda a partir deste excedente. No entanto, existe o modelo de desenvolvimento em que esta forma de agricultura é excluída de todo desenvolvimento, sendo

que este modo de produção e organização é em muito desacreditado ou até mesmo descartado como um todo.

As mulheres, histórico e socialmente são colocadas em espaços invisíveis. Desde modo, cabe destacar que a construção das relações sociais e dos espaços ocupados por homens e mulheres passa pelo modo que uma dada sociedade ou grupo social, se comportam a partir da percepção que estes têm sobre o conceito de gênero.

Neste contexto, pautamos este estudo e discussões a partir do conceito de gênero, abordado por Scott (1995), onde trabalharemos a partir do universo das mulheres agricultoras, as construções hierárquicas das relações estabelecidas nos espaços em que as mulheres estão inseridas. Tais relações apontam para refletirmos embasados na teoria pós-estruturalista nas quais o autor bebe na fonte, onde a partir desta ancora suas reflexões a respeito do direcionamento de comportamentos diferenciados para homens e mulheres. As relações de poder que estão enraizadas nestes cenários, além da legitimação das próprias mulheres a comportamentos a elas impostos.

2.3.1 MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES

Parte-se nessa pesquisa, do pressuposto de que as discussões sobre *gênero* estão associadas às *temáticas do trabalho*, se fazendo necessário aprofundar a investigação sobre o papel da mulher nas diferentes esferas do trabalho e em especial na *agricultura familiar*. Em relação a essa última categoria, nos últimos anos, diversos estudos em torno da temática demonstra que ainda existe uma lacuna a ser preenchida, dando ênfase aos estudos sobre o *trabalho feminino na agricultura familiar*.

Através da literatura e das práticas sociais vistas cotidianamente, evidencia-se que a divisão sexual do trabalho ainda é uma das principais características da organização familiar. A partir dos estereótipos sociais, esta se encontra ainda mais enraizada e fortalecida no meio rural, em especial nas propriedades em que a base econômica está sustentada no regime da agricultura familiar. Hernández (2006) reafirma que esta divisão designa, prioritariamente, aos homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva, trazendo a valoração do trabalho. Apontando que este tem maior valor quando é desempenhado por homens do que quando é desempenhado por mulheres.

Os dados gerais apresentados reafirmam a necessidade e a importância de estudarmos a realidade das mulheres do campo. Na contramão do aumento dos estudos sobre essa

questão, notamos que entre 2000 e 2010 houve a maior queda percentual no número de mulheres na agricultura familiar do RS, passando de 15,01% em 2000 para 14,77% em 2010 (BRASIL, 2013). O número de mulheres que dirigem estabelecimentos de agricultura familiar no RS, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, é de 9,63%, enquanto as que atuam frente a estabelecimentos não familiares correspondem a 6,96%.

Nesse cenário regional, devemos considerar a desigualdade de gênero existente no Brasil e que constitui, ainda hoje, um dos principais fatores de agravamento das condições de precariedade e exclusão nas quais vive uma significativa parcela de mulheres no país. Diferentes situações de desigualdade e exclusão são percebidas no campo e na cidade.

A gerência dos recursos da propriedade minoritariamente é executada pelas mulheres. A árdua rotina de trabalho aliada a responsabilidade de ser mãe e esposa é vista como algo comum. Poderíamos dizer que não é vista (SILVA; PORTELA, 2006). Embora estudos mostrem que 40% dos lares brasileiros são gerenciados por mulheres, a realidade do campo ainda é bem diferente, visto a invisibilidade ao qual o trabalho das mulheres está submetido (BRUMER, 2004).

No que se refere à agricultura familiar e à organização social do trabalho, percebemos que as mesmas se dão em duas esferas. Às mulheres está destinado o trabalho da casa e aos homens o trabalho da roça. Mas não cabe neste estudo reforçamos esta organização, visto que tal visão, se reforçada, poderá causar uma maior invisibilidade às atividades por elas desempenhadas. Mesmo apresentando-se com um importante papel no meio rural e na agricultura familiar e com diversas contribuições para o desenvolvimento, o trabalho das mulheres ainda é visto como ajuda, como força marginal (BRUMER, 2004).

No entanto, isso tem sido evidenciado nas práticas cotidianas como forma de dar visibilidade ao trabalho feminino rural, e compreender a importância do trabalho das mulheres para a segurança alimentar e para a economia familiar, visto que existem vários fatores que são implicados positivamente a partir do trabalho realizado pelas mulheres para esta prática. Segundo dados do IBGE (2004), a taxa de participação nas atividades de autoconsumo esteve representada por 68% da população feminina rural, enquanto os homens representavam 31%.

As mulheres ativas na agricultura, nas propriedades de economia familiar, são mães, esposas, filhas, irmãs dos chefes da propriedade, cunhadas e/ ou sogras. Considerando a diversidade das propriedades do Rio Grande do Sul, as mulheres envolvem-se nas diferentes etapas da produção. Porém, como os estabelecimentos no Estado são relativamente pequenos, a mecanização se dá com o aluguel de máquinas e isso deve ser acrescido ao custo da

produção. A operação dos equipamentos é feita, em sua maioria, pelos homens. As mulheres tem participação principalmente no plantio e na colheita, sendo que nestas etapas sua carga de trabalho chega a representar até três vezes mais atividades e horas trabalhadas do que os homens.

Na atividade leiteira, na horta, quintal e atividades domésticas, as mulheres têm significativa importância e participação, pois integram desde o cuidado com os animais e/ou preparo do solo e o cuidado com a terra.

Segundo Brumer (1996), quando considerado o trabalho feminino em atividades que são geradoras de renda monetária, nas propriedades com área inferior a 10 hectares, o tempo destinado pelas mulheres para desempenho das atividades é equivalente a estabelecimentos de agricultura familiar de 21 a 40 hectares.

As agricultoras familiares, quando não estão se dedicando integralmente ao trabalho da propriedade, assumem outras tarefas que lhe possam ser geradoras de renda. Tais tarefas são assumidas e realizadas nos períodos de entressafra, quando apenas uma parte do dia é destinada a tais atividades. As demais horas podem ser destinadas aos cuidados com a casa, família, e demandas que são delegadas a elas dentro das propriedades.

As mulheres dedicam-se ainda a desempenhar atividades temporárias e remuneradas fora das propriedades, ligadas a práticas domésticas ou se dedicam a realizar atividades ligadas ao trabalho agrícola em propriedades vizinhas, nos períodos de entressafra das suas propriedades ou em períodos em que há menor demanda de empenho de mão de obra. E muitas atividades por elas desempenhadas estão ligadas a alimentação.

Segundo dados da Contag (2011), no ano de 2009 as mulheres rurais representavam 47,9% da população rural do país e 31,79% da população economicamente ativa do Brasil. As mulheres participam na produção de 70% dos alimentos, sendo que 25,41% da população rural são compostas por mulheres entre 18 e 34 anos (CONTAG, 2011). No que diz respeito à renda, das 15 milhões de mulheres rurais (PNAD/IBGE, 2009), cerca de metade delas trabalham para o autoconsumo sem ter qualquer tipo de renda monetária. De acordo com estimativas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, apenas 1% das terras de todo o mundo estão nas mãos das mulheres (Contag, 2011). Dados da PNAD (2008) mostram que no país, em 2002, o número médio de titulações de lotes de terras em nome da mulher era de 13%, em 2006 foi para 25,6%, e em 2007 para 55%. Pode se considerar que, a duração da jornada de trabalho é bem desproporcional entre os sexos nos dados oficiais. Enquanto as mulheres rurais declaram trabalhar apenas 21 horas semanais, os

homens declaram trabalhar em média 39 horas semanais (PNAD, 2009). Sendo que, dentre esses dados, possivelmente as mulheres não tem considerado as atividades de trabalho ligadas ao desempenho de práticas domésticas.

Na análise do tempo total gasto pelas mulheres e homens ocupadas/os no trabalho em todas as esferas, não apenas no meio rural, as mulheres têm uma jornada de trabalho média de 58,5 horas semanais. Os homens, por sua vez, trabalham em média 52,7 horas por semana (BRASIL, 2013).

Considerando a informação anterior, as mulheres trabalham em média 36,2 horas por semana, sendo que destas horas, um total de 22,3 horas é dedicado, semanalmente, aos afazeres domésticos (BRASIL, 2013).

A autonomia econômica significa para as mulheres ter independência financeira, acesso aos recursos necessários para produzir, controle sobre seu tempo, mas também ter controle sobre o próprio corpo e sobre sua vida.

A vida financeira da agricultora familiar está diretamente ligada aos recursos oriundos da produção da propriedade que ficam sobre responsabilidade de administração do esposo e/ou do filho homem. As filhas mulheres, em sua maioria, não permanecem ao longo de sua juventude e vida adulta na propriedade dos pais.

A divisão sexual do trabalho diz respeito à separação entre o trabalho de homens e de mulheres, com uma hierarquia de valor em que o trabalho dos homens sempre é mais valorizado do que o trabalho das mulheres.

A divisão sexual do trabalho esta atribuída socialmente às mulheres e, por serem mães, são as únicas responsáveis pela educação dos filhos, pelo trabalho doméstico e de cuidados com aqueles que estão sobre seu lar, referenciam-se como se essa atribuição fosse própria da sua natureza.

Na divisão sexual do trabalho, o trabalho doméstico e de cuidados é compreendida como uma obrigação natural e exclusiva das mulheres, sendo esta relação, mais perceptível no espaço rural e da agricultura familiar, onde elas são as responsáveis pelo trabalho nos quintais, horta, pomar e na criação de pequenos animais. Tais atividades não são, em sua maioria, percebidas como trabalho.

A falta de percepção de que tais atividades são consideradas *trabalho* ocorre pelos entes que integram as propriedades rurais e pelas próprias mulheres, as quais entendem seu trabalho como ajuda. Assim, os trabalhos realizados por elas no espaço agrícola ou de outros

afazeres na propriedade, são considerados um complemento ao trabalho do homem, em sua maioria sem valor financeiro agregado.

A inserção das mulheres no trabalho agrícola, extrativista e não agrícola, está marcada pela estruturação patriarcal da família, definida a partir do poder do homem e pela divisão sexual do trabalho. Significa dizer que prevalece a visão padronizada da família, em que o homem representa os interesses do conjunto, ou seja, da mulher e dos filhos, deixando transparecer que os interesses são comuns e que se complementam de forma harmônica.

A família, assim estruturada, possui uma *hierarquia de gênero e geração*, colocando as mulheres e jovens na condição de subordinação. Nesse contexto, *as mulheres jovens ocupam o menor lugar na hierarquia familiar*, submetida à lógica patriarcal e aos padrões de sucessão rural que privilegia os jovens homens. Esta estrutura e dinâmica resultam na desvalorização das mulheres e inviabilidade do seu trabalho.

Faz-se necessário, portanto, consolidar ações de valorização do trabalho feminino e da participação das jovens mulheres na construção de relações produtivas e sociais sustentáveis. Nesse sentido, as jovens mulheres compatibilizam vida profissional e trabalho doméstico, e, essa realidade, limita as possibilidades de continuidade dos estudos e a própria vivência da condição feminina e juvenil.

No modelo atual de sociedade, em que a economia do consumo é dominante, há uma tendência em valorizar a produção de mercadorias, que podem ser comercializadas. As relações de troca não são mais estabelecidas. No atual modelo, há uma enorme quantidade de trabalho que não é reconhecido, assim como a produção para o autoconsumo realizada nas propriedades da agricultura familiar pelas mulheres.

Da mesma forma, outros trabalhos femininos não são reconhecidos, como o cuidado com a casa e com os filhos. Além destes fatores, inúmeras atividades realizadas pelas mulheres são consideradas uma extensão das atividades domésticas. Sendo que neste sistema só é considerado produtivo aquilo que gera troca no mercado ou que pode virar de fato mercadoria.

No entanto, Perrot (2005) ao estudar as mulheres camponesas aponta para a divisão sexual do trabalho. “Numa rígida divisão dos papéis, tarefas e espaços. Para o homem, o trabalho da terra e as transações do mercado. Para a mulher, a casa, a criação de animais, o galinheiro e a horta, cujos produtos [...]” (PERROT, 2005 p. 111).

Além disso, apresentam-se quais são as práticas de trabalho das mulheres camponesas, sendo que tais práticas estão ligadas diretamente a idade das mulheres. De acordo com a idade

e com a posição da família, elas trabalhavam no campo por ocasião da colheita de todos os tipos, de batatas e vindimas, curvadas sobre a terra ou sob o peso de cargas. “A velha camponesa é a mulher recurvada” (PERROT, 2005 p. 111). Sendo que, a partir da sua força de trabalho é que são determinadas quais atividades são de responsabilidade de quem. “Elas cuidam do rebanho, das vacas que vigiavam e ordenhavam, das cabras, cujo leite servia para fabricação artesanal de queijo, que também era serviço delas” (PERROT, 2005 p. 111).

Coloca-se em evidência a importância da mulher para a organização da propriedade e a obtenção dos resultados no que diz respeito às entregas. Podemos considerar ainda que, tais situações conversam diretamente com o papel da mulher para o desenvolvimento. “Sem mulher não há vaca, nem leite, nem galinha, nem frango, nem ovo” (PERROT, 2005 p. 111).

As mulheres ainda são colocadas como potencializadoras de novos recursos junto às propriedades. Visto que estas eram vistas apenas está podendo colocar seu trabalho a disposição de um outro mercado, que não aquele necessariamente tradicional, ou ainda podendo colocar no mercado aquilo que antes era apenas visto como um produto que deveria suprir as necessidades básicas da família e que o mercado consumidor não teria interesse.

“A camponesa é uma mulher ocupada, preocupada em vestir (ela fia) e em alimentar os seus (autossustentação e a confecção das refeições) e, se possível, trazer para casa um suplemento monetário a partir do momento em que o campo se abriu para o mercado: mercado alimentar, mercado têxtil” (PERROT, 2005 p. 111).

As mulheres ainda são colocadas na invisibilidade, mas também há um processo crescente de visibilidade e reconhecimento das agricultoras familiares e das mulheres do meio rural num todo. A maioria da população feminina no país, na atualidade, permanece sem acesso aos direitos básicos como saúde e educação, sendo que as mais jovens são as mais afetadas pelo processo constante de saída do campo para as cidades e/ou os grandes centros.

A partir da perspectiva de compreendermos melhor qual é o papel das agricultoras familiares no desenvolvimento, no próximo capítulo abordaremos as conexões entre a agricultura familiar e o desenvolvimento regional. Buscaremos evidenciar as relações destes temas com o trabalho feminino no campo, suas implicações e potencialidades. Apresentaremos também um panorama da Agricultura Familiar no cenário nacional, estadual e ainda sua historicidade na busca por apresentarmos ainda como se deu a construção do modelo de agricultura familiar em nosso cenário de pesquisa: o município de Rolante/RS.

3 AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O desafio de abordar, sem riscos de cometer possíveis equívocos, o tema da *agricultura familiar* e sua vinculação com o *desenvolvimento regional*, certamente não é uma tarefa fácil. Com isso busca-se identificar e caracterizar, a partir dos estudos já realizados e das estatísticas, o papel das mulheres e as interações entre os temas, como também, em meio às diferentes vertentes dos estudiosos do desenvolvimento, discutir de forma crítica esse cenário e suas perspectivas.

Consciente deste risco, o trabalho contextualiza o espaço rural e dessa forma, trabalharemos com foco no período temporal do século XXI, embora esteja evidente que se faz necessárias referências às cinco últimas décadas do Século XX, uma vez que devemos considerar a historicidade desse espaço e de sua dinâmica de funcionamento. É necessário ainda, nessa etapa da pesquisa, apontar as novas abordagens sobre a agricultura familiar, apresentando os dados mais atualizados e disponíveis através do Censo Agropecuário de 2006. Com base nesta abordagem é que compreenderemos a *participação feminina na agricultura familiar e o seu papel para o desenvolvimento*.

Abramovay (1999) está entre os grandes estudiosos da Agricultura Familiar no Brasil e procura estabelecer as relações com o desenvolvimento. O pesquisador defende que a agricultura familiar tem papel importante no desenvolvimento brasileiro. Para ele, se analisarmos o desenvolvimento das cidades nas últimas décadas e sua organização territorial, bem como sua divisão populacional, iremos perceber que houve uma inversão no que diz respeito ao uso dos espaços, onde o rural passa a ser esvaziado e o urbano passa a ter maior concentração populacional a ponto de que sua organização, na grande maioria do território nacional, tenha sido feita de forma não planejada. Estas ocupações e inversões implicam diretamente na forma de relacionamento da população e os usos dos espaços rurais e urbanos. Existem diversas atividades urbanas no rural, e um menor distanciamento entre estas regiões das cidades.

É preciso que existam ligações dinâmicas e diversificadas entre o espaço rural e as cidades. Abramovay (1999) afirma que a mobilização de forças sociais, interessadas em valorizar o meio rural, é fundamental para que as regiões condenadas ao atraso e abandono, possam prosperar e impulsionar seu desenvolvimento. Inclui-se o fato de que o rural prospecta-se como um espaço para implantação de indústrias e/ou atividades que não são essencialmente de sua natureza em função da necessidade de uso de seu território.

Para que o desenvolvimento possa acontecer em outras esferas e haja dinamicidade no uso deste espaço não ficando concentrado apenas para uso das atividades agrícolas a mão de obra do meio rural tem cada vez mais se especializado em outras práticas que não a das atividades agrícolas.

Aqueles que ainda migram do campo para a cidade são exatamente os que vêm enfrentando mais dificuldades em sua integração aos mercados urbanos de trabalho. Existem oportunidades no campo, capazes de gerar renda e promover melhor integração das populações rurais e das urbanas, sem que ocorra a migração para as cidades. Cabe ressaltar que, entre as décadas de 1960 e 1970 no Brasil, houve uma significativa redução da população rural, fazendo com que houvesse inclusive uma escassez de mão de obra, em especial da população jovem.

Abramovay (1999) mostra que a população que deixa as áreas rurais é jovem e as moças em maior número. Na década de 1960, quando houve no Brasil um maior incentivo à entrada das indústrias, a faixa etária de 40 a 49 anos predominava. Porém, cabe evidenciar que houve alterações nas faixas etárias da população que migrava do campo nas últimas décadas. Na década de 1990, o grupo de 15 a 19 anos foi o que mais apresentou redução na migração, ficando em maior número no campo, os rapazes. No entanto, na atualidade, o processo de masculinização vem atingindo o meio rural e os pequenos municípios do interior, onde a oferta de melhores empregos e salários impulsiona a saída de jovens para municípios com maior densidade populacional e, em especial, nas regiões metropolitanas. As moças que saíam do campo, segundo o autor, na década de 1990 ocupavam postos relacionados a atividades domésticas e serviços públicos, como por exemplo, as professoras que saíam do campo para estudar na cidade. 19% da mão de obra feminina urbana estavam ocupadas com o trabalho doméstico (ABRAMOVAY, 1999). Sendo que este setor é o que menor apresenta oportunidade de remuneração.

Outro estudo de grande valia para nossos propósitos e desenvolvido também por Abramovay et al (1998) -cujos estudos servem de referência para essa área – mostrou que no Brasil ainda predomina a cultura de que para permanecer na propriedade “não é preciso estudar.” Tal estudo foi realizado na região oeste de Santa Catarina e demonstra que a expressiva maioria das moças dessa região mudariam para a cidade se houvesse essa possibilidade. Esse dado aponta, conseqüentemente, para uma ampliação dos índices de masculinização no campo.

Estudos similares, realizados por Brumer (2004) e Spanevello (2008), na busca pela identificação da dinâmica sucessória e da permanência dos jovens no meio rural, no sul do Brasil, evidenciam também o processo de masculinização do campo.

Seus resultados mostram amplos índices de saída das jovens do campo em busca de emprego e escolaridade na cidade, e a permanência dos jovens homens no campo, ampliando não apenas a masculinização, mas a sucessão de terras para os homens. Neste cenário, aos moços ficava o poder de conduzir a propriedade e fazer uso das terras, no entanto, enquanto os pais ainda estivessem vivos, o gerenciamento da propriedade e o processo de tomada de decisões estão ligados ao pai - na figura masculina e mais velha da propriedade.

A não visibilidade do trabalho desempenhado pelas moças no meio rural, e as incertezas em relação à sucessão da propriedade ao quais as jovens estão condicionadas, faz com que muitas destas busquem construir seus projetos de vida não alinhados com a perspectiva de permanência no campo.

Estas moças saem da esfera privada para a pública, e da invisibilidade ao desempenharem trabalhos que geram renda. Como no caso das hortas e dos produtos relacionados às práticas manuais e ao excedente. Estes fatores estão relacionados ao desenvolvimento quando trabalhada a perspectiva do desenvolvimento endógeno, e mesmo do desenvolvimento como liberdade (SEN, 2000).

O processo de escolhas e tomada de decisões de cada pessoa, está relacionada à liberdade e ao desenvolvimento. Sendo que para alcançar este nível a pessoa deve ter capacidade de acessar direitos básicos, como saúde, educação, habitação e lazer.

A melhora na qualidade de vida e na possibilidade de acesso aos direitos básicos proporciona o desenvolvimento do cidadão e do lugar onde ele está inserido, tornando-o multiplicador dentro do território.

O acesso a estes direitos torna, segundo Sen (2000), as pessoas mais racionais e por consequência, capazes de alcançar maiores resultados no que diz respeito ao desenvolvimento. Estas liberdades estão ligadas ainda ao processo de escolhas políticas, maior autonomia financeira e de escolha do modo de vida conjugal, entre outros processos em que a liberdade para as escolhas influencia diretamente na qualidade e no modo de vida.

No que diz respeito ao desenvolvimento regional, Furtado (2003) aponta de que maneira ações públicas e privadas regionalmente contribuíram para o desenvolvimento brasileiro.

A partir dos “ciclos de desenvolvimento” do Brasil – o ciclo da produção do açúcar, do ouro, da borracha, do café – apontamentos para a produção de riquezas que promoveram a concentração de renda e por sua vez, provocaram consequências em relação à ocupação e ao deslocamento das populações no território brasileiro (FURTADO, 2003). O autor busca mostrar ainda como a industrialização beneficiou a região Centro-Sul, prejudicando o Nordeste, região objeto de preocupações e ações por parte do autor.

Assim, pode-se refletir ainda sobre as tratativas de desenvolvimento e de crescimento, onde, segundo a visão de Sen (2000), o fato de uma dada situação gerar riquezas econômicas não se apresenta como fator de desenvolvimento.

Estas discussões ficam ainda mais próximas quando vimos em Furtado (2003), que estes deslocamentos populacionais, em sua maioria, não promoveram uma melhora na qualidade de vida da população como um todo e, por sua vez, não promovem o acesso às liberdades fundamentais trabalhadas por Sen.

Retomando as ideias de Furtado, percebemos que o autor trabalha fortemente suas preocupações com as desigualdades regionais e a necessidade de pensar políticas públicas que atendam as demandas regionais, no território macro do Estado brasileiro. Perpassando aqui, a ideia de desenvolvimento regional tida até a Segunda Guerra Mundial, em que as discussões brasileiras sobre desenvolvimento regional centravam-se nas atividades econômicas (FURTADO, 2003).

Assim, quando trabalhadas as propostas de desenvolvimento regional a partir das divisões estabelecidas pelos governos, encontramos uma série de disparidades nas análises e aplicabilidade de políticas públicas no âmbito do desenvolvimento regional.

As políticas públicas acabam tendo lacunas ainda maiores quando trabalhadas nas perspectivas do urbano e rural para a promoção do desenvolvimento regional. Estes fatores, segundo Diniz (2010), são fomentados pelo fato de as políticas públicas serem pensadas a partir das divisões territoriais e não a partir as dimensões de integração territorial, social, econômica e política.

Por outro lado, segundo Aguiar (2011), a partir da análise do desenvolvimento regional, passa-se a discutir o desenvolvimento territorial e por sua vez o desenvolvimento rural. Para o autor, o desenvolvimento rural e as discussões de sustentabilidade são fundamentais nas diferentes dimensões do desenvolvimento e incluem os diferentes atores que integram os espaços ao qual o rural se relaciona, pautando ainda, as dimensões do desenvolvimento.

No Brasil existem algumas disparidades no que se refere à classificação dos territórios como urbanos e rurais, sendo que para Veiga (2001), o parâmetro para classificar os municípios seria a densidade populacional de 150 habitantes por quilômetro quadrado, no entanto, esta classificação não é seguida e diversas vilas, vilarejos e regiões que deveriam ser consideradas rurais, não são. Estas classificações precisam de novos olhares, visto as dinâmicas de trabalho, economia e modo de vida que se estabelecem nos lugares.

A partir do que é apresentado por Abramovay (1999), compreendemos a importância das relações entre o urbano e o rural e o estabelecimento de redes entre estes dois espaços. O dinamismo do urbano influencia no rural, mas para que estas redes tenham resultados em torno do desenvolvimento, é necessário que o produtor rural tenha acesso aos bens ou condições necessárias para que haja o dinamismo e que aconteçam os resultados para o desenvolvimento. Há necessidade do espaço de promoção do desenvolvimento considerar os aspectos identitários e culturais.

Esta integração entre o campo e a cidade é também tratada por Paiva (2004), uma vez que o autor aponta a importância dos agentes locais e de seu conhecimento sobre a dinâmica do território. Segundo Paiva, relacionando o meio rural e o desenvolvimento endógeno, fatores como fertilidade do solo, formas de uso e a identificação do potencial de um dado território, são primordiais para que se promova o desenvolvimento.

Ploeg (2008), por seu turno, trata do desenvolvimento rural, também a partir do desenvolvimento endógeno, onde os atores locais, compreendendo o cenário em que estão inseridos, aproveitam a dinâmica econômica e aquilo que o ambiente no qual está inserido produz ou promove, e coloca seu produto no mercado, fazendo com que possam ser gerados novos produtos, serviços e até mesmo mercados.

Ploeg (2008) aponta ainda que o desenvolvimento rural pode ser otimizado a partir das concepções do novo rural com a estruturação e os novos usos do rural. Tal afirmativa relaciona ainda a dinamização do rural com a aproximação da cidade e a oferta de serviços e produtos ociosos no território.

Schneider (2004) contribui com essa análise, na medida em que aponta que as práticas do rural devem ser autônomas, fazendo controle de produção, conhecendo o mercado, fazendo uso de tecnologias, e afirmando que este universo é favorável para promoção da qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e a promoção do desenvolvimento rural.

As reflexões em torno do desenvolvimento nos fazem observar que estes espaços são produzidos a partir de suas formas de uso. E mais ainda, por atores locais que promovem as

ações nestes espaços. Em se tratando do rural, embora ainda apareça de forma muitas vezes de forma ofuscada, está *o papel das mulheres na promoção do desenvolvimento* e, em especial, trabalhando no contexto da *agricultura familiar*.

3.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Sabemos que a agricultura no Brasil vem passando por diversas transformações ao longo das últimas décadas. Estas modificações não acontecem apenas impulsionadas pela dinamização das regiões e do espaço rural, mas também pela organização social, acesso a tecnologias, formas de uso do rural e ainda pelo apoio e/ou desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o rural brasileiro, com direcionamentos específicos para a agricultura familiar, que ao longo da história do Brasil teve sua visibilidade de forma marginal. Neste contexto ainda, podemos recorrer à história para compreendermos os processos de transformação do sistema agrário brasileiro e suas categorizações de forma breve e não exaustiva.

O processo de ocupação do território nacional por povos estrangeiros teve início por volta do ano de 1500 com a chegada dos Portugueses. Em algumas aldeias indígenas a organização social girava e gira em torno das mulheres. Sendo as índias chefes das casas. As anciãs sempre são ouvidas para assuntos que interfiram diretamente a vida na aldeia. Os homens podem ter mais de uma mulher, desde que possam sustentá-las.

Os grupos indígenas passaram de nômades a caçadores coletores em alguns grupos sedentários. Passaram a dominar técnicas de plantio e cultivo de alimentos, e, dominar técnicas agrícolas. Muitos grupos ocupavam regiões muito acidentadas dos territórios e ali desenvolveram inúmeras técnicas de produção, aproveitando aquilo que a natureza lhes oferecia, incluindo o desenvolvimento de tecnologias que auxiliavam no plantio, antes mesmo de terem acesso aos metais.

O domínio de algumas regiões levou, no Sul do Brasil, os grupos indígenas, a selecionar e armazenar variedades de alimentos. O cultivo se dava a partir do fazer de coivaras e quiçaças - onde a floresta era derrubada e queimada para produção de alimentos, apenas na quantidade de área que consideravam suficiente para a organização do grupo.

Com a ocupação europeia e a exploração do território nacional, o primeiro produto agrícola que passou a ser explorado para exportação foi a cana de açúcar. Este produto

necessitava de grandes extensões de terra e mão-de-obra capaz de suportar o clima e o processo de organização exigido para que fosse lucrativo.

O chamado *processo civilizatório indígena* não se adaptou à necessidade dos senhores de engenho para o trabalho nas plantações, passando a impulsionar então, o trabalho escravo e as relações dos senhores de engenhos com o tráfico negreiro, o que impulsionou a divisão de terras em algumas regiões do Brasil a pequenos grupos de senhores.

O trabalho que, em sua maioria, estava voltado exclusivamente para práticas manuais e do empenho de grande quantia de mão de obra, com o passar dos anos, foi sendo substituído pelo uso de máquinas e novas tecnologias, reduzindo a necessidade do uso maciço da força do trabalho humano.

Mais tarde, no século XIX, o ciclo do café utilizava mão de obra escrava e também estava centrada na agricultura patronal, com o uso de grandes dimensões de terra. O poderio dos barões do café estava sustentado na quantidade de pés de café e no número de escravos que possuíam.

As disputas políticas entre os estados do Brasil estavam pautadas também na representatividade econômica das regiões produtoras e ainda nas dependências que estas tinham sobre outras regiões, como evidenciamos, já no século XX, na República do Café com Leite.

Na medida em que o trabalho escravo africano se tornava cada vez mais escasso e caro – e considerando-se que a Abolição da Escravatura se deu oficialmente apenas em 1888 –, foram surgindo grandes levas de trabalhadores destinados pelas companhias colonizadoras, já na segunda metade do século XVIII.

A concentração de terras estava nas mãos dos *grandes senhores*. Com o fim do trabalho escravo e com a distribuição de algumas áreas de terra para os libertos, surge também, de forma mais intensiva o trabalho das companhias. Estas companhias eram responsáveis pela comercialização de terras em áreas destinadas pelos governos, para promover o projeto de substituição da mão de obra escrava e potencializar a ocupação de terras nas partes do território ainda não ocupados. Também cabia a estas, demandar nova força de trabalho em regiões produtivas do país.

Através de diversos acordos entre o Brasil e países aliados permitiu à entrada dos imigrantes italianos nas regiões cafeeiras de São Paulo, em que as terras poderiam ser compradas com a força do trabalho empregado na plantação dos barões, ou das próprias companhias em áreas próximas as fazendas.

No processo de organização das fazendas para acomodação das famílias de imigrantes que estavam chegando, em especial na região sudeste do Brasil, as famílias eram instaladas nas colônias que ficavam no interior das fazendas. Para facilitar o deslocamento das pessoas para o trabalho nas plantações, as casas eram feitas em diferentes espaços da plantação sendo que ficavam distantes umas das outras e tinham como responsabilidade, cuidar de uma parte da fazenda.

Além disso, os parentes ficavam em grupos de casas mais próximos, para facilitar a adaptação ao novo ambiente e as novas formas de trabalho. SILVA (2004) aponta ainda para a organização dos demais espaços da fazenda: “Ficavam também distantes - umas mais, outras menos - da sede da fazenda onde se localizavam o terreiro, a casa do proprietário, a casa de beneficiamento do café, o escritório, a capela, a serraria e outras dependências necessárias à produção cafeeira” (SILVA, 2004 p. 555).

A partir desse momento, a agricultura familiar passa a ser impulsionada, quando os pequenos proprietários de terras ou os que estavam em regime de comodato, passam a plantar parte do que era necessário para alimentação da família. Porém, em alguns casos, as famílias em regime de comodato, eram obrigadas a entregar parte de sua produção ao dono da terra. Assim, minimizava a necessidade de comprarem tudo do barão que era quem possuía a Casa de Comércio.

A produção para o autoconsumo, não se apresentava como de grande importância para o governo. A preocupação estava centrada nos produtos com potencial de exportação e ainda na promoção do desenvolvimento das regiões a partir da sustentabilidade financeira das grandes fazendas. Neste sentido, podemos observar que não havia preocupação com a segurança alimentar, com o emprego da renda, nem mesmo com a seguridade da permanência das famílias não possuidoras de pequenas propriedades de terra no meio rural, em especial nas áreas em que a agricultura no modelo patronal dava sustentabilidade econômica e política ao governo.

As mulheres integram o contexto da agricultura familiar e também das grandes propriedades no Sul do Brasil, e, possuíam grande importância na produção para alto consumo. “A fabricação de sabão, costura de roupas para toda a família, confecção de colchões e cobertores, produção de rapaduras, queijo, manteiga, além das tarefas relativas ao beneficiamento de arroz e café nos pilões, eram outras obrigações das mulheres” (Silva, 2004 p. 556).

As mulheres e crianças eram envolvidas na produção de outros gêneros alimentícios, bastante comuns no sul, como a produção de polvilho e farinha de mandioca. Além disso, “a indústria doméstica tinha um peso importante na produção para o consumo da família colona: preparo de carnes de vaca e de porco, gordura, doces, conservas, farinha de milho, de mandioca e polvilho” (Silva, 2004 p. 556). Já a participação dos homens na chamada indústria doméstica, dava-se na produção de objetos voltados ao processo de produção das culturas como, balaios e cestos, ou ainda, em móveis e utensílios para casa e/ou para as demais estruturas da propriedade.

O ciclo do ouro impulsionou também as atividades produtivas no Brasil. Sendo necessária grande quantidade de alimentos e animais para o transporte de produtos, em especial, da região sul e sudeste do Brasil para a região central, onde estava acontecendo o apogeu do ouro no país. Esta demanda impulsionou a criação das grandes estâncias no sul e uma maior participação da região para o desenvolvimento. Impulsionou assim o fortalecimento das grandes propriedades, onde os caboclos, os meeiros, e os pequenos produtores em sua maioria, demandavam mão de obra para as grandes fazendas ou iam para o centro do país em busca da “*sorte*”- *encontrar ouro, ficar rico e voltar*.

Já no século XX, houve o início do processo de industrialização de forma maciça e impulsionado pelo governo no Brasil, a agricultura familiar passa a demonstrar seu potencial para o desenvolvimento. O urbano passou a impulsionar que o excedente de alimentos produzidos nas propriedades rurais fosse enviado para diferentes regiões do país ou circulassem em maior volume e com maior valor agregado ainda nas próprias regiões.

Com a crescente demanda de trabalho sendo ofertada no espaço urbano e a forte migração das famílias rurais, o processo de produção de alimentos passa a ser fundamental para o equilíbrio no processo de desenvolvimento que estava sendo pautado pelo Estado.

A partir de 1950, o meio rural brasileiro passa a sofrer as influências do processo de industrialização com o uso de tecnologias, impulsionado pela indústria e o apoio do governo em detrimento às quedas das importações de produtos agrícolas do país. Tais influências impulsionam a saída de milhares de pessoas, nas quatro décadas seguintes, para o espaço urbano em busca de colocação no mercado de trabalho formal e com renda fixa.

Este movimento impacta no processo de produção e comercialização de alimentos, mas também no maior empobrecimento da população em diversas regiões do país, visto que diversas cidades não tinham estrutura para receber tamanha demanda populacional, fruto do processo migratório. Milhares de propriedades são abandonadas ou vendidas por preços

mínimos, incapazes de promover a compra ou construção de uma moradia digna no espaço urbano.

Wanderley (2009, p. 46) considera que o processo de modernização, apoiado pelo governo, ocorreu de forma a prejudicar a população rural: “a modernização adotada foi dolorosa, pois reproduz o atraso, uma vez que esta cristalizou o predomínio do proprietário sobre o produtor”.

Foi somente na década de 1990 que a agricultura familiar passou a ser – efetivamente – pauta do governo e integrar as agendas políticas do país. Neste período, houve a implantação do Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF. Tal tema foi impulsionado pelas pressões estabelecidas pelos organismos de defesa e organização da Agricultura Familiar no Brasil. O PRONAF foi considerado, em 1995, uma das principais vitórias da categoria dos agricultores familiares na efetivação das políticas públicas voltadas a este seguimento e liderada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG.

O intuito do programa estava centrado na destinação de crédito ao meio rural brasileiro, com base nas pequenas propriedades impulsionando a geração de emprego e renda, promovendo a diversificação produtiva e uma melhor qualidade de vida aos integrantes desta categoria, que passa a ser reconhecida no âmbito das políticas públicas.

Havia uma série de dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores para manter-se na atividade agrícola nas décadas de 1990, sendo que o PRONAF, a partir da luta do movimento sindical foi fator de fortalecimentos e novas perspectivas. “[...] o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aquele localizado nas regiões Sul e Nordeste, passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas” (Schneider, 2006 p. 1).

Neste período, emerge no ambiente acadêmico as discussões sobre o rural. Promovendo assim, “além das discussões acerca dos impasses e das possibilidades da reforma agrária e dos assentamentos, questões relacionadas aos impactos do progresso tecnológico ou das migrações” (Schneider, 2006, p.02).

Wanderley (2009) pondera que a agricultura familiar não teve a devida prioridade no que se refere às ações de políticas públicas, sendo que, segundo a autora, nem os direitos básicos foram garantidos aos agricultores, levando em consideração os espaços de escolarização do produtor rural.

Após o PRONAF uma série de outros programas foram sendo implementados nos espaços das políticas rurais, inclusive o Programa de Crédito Fundiário com financiamento de propriedades para famílias enquadradas no regime de agricultura familiar, para aquisição de propriedades rurais, também chamado de Banco da Terra.

De acordo com dados do Governo Federal (BRASIL, 2006), entre os anos de 2000 e 2003, o Programa Banco da Terra, na região Sul do Brasil, financiou aquisição de terras para mais de 16 mil famílias (agricultores com pouca terra, agricultores sem terra e filhos de agricultores familiares). Nesse período, a procura pelo programa foi superior a sua capacidade de financiamento.

Ainda em 2003, o Banco da Terra foi substituído pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário. O objetivo era financiar a aquisição de terra e a execução de obras de infraestrutura básica no valor de até R\$ 40 mil, a serem pagos no prazo de vinte anos.

O programa Banco da Terra (BT) foi criado pela Lei Complementar nº 93, de 04/02/1998, tendo início em 1999. O programa esteve em vigor até 2003, sendo então substituído pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O PNCF possui três linhas de atuação: Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), Nossa Primeira Terra (NPT) e Combate à Pobreza Rural (CPR). Alguns contratos foram financiados pelo Banco da Terra até 2003, por terem sido empenhados no período anterior à substituição pelo PNCF. (BRASIL, 2006 p. 02).

O programa previa também o acesso ao financiamento do PRONAF A, linha destinada a investimentos produtivos para beneficiários da reforma agrária e do crédito fundiário, com descontos de 40% para os beneficiários que pagam as prestações até a data do vencimento. A gestão do Programa e o acesso dos produtores ao mesmo, no Brasil, foram feitos através de associações ou organizações sindicais, acompanhados pelas estruturas públicas de apoio à agricultura, bem como pelas instituições financeiras habilitadas a gerenciar os recursos do programa.

Surge então, o Programa de Aquisição de Alimentos centrado na aquisição de produtos para a merenda escolar. Esta é uma alternativa de comercialização para os agricultores familiares. A Lei 11.947/2009 dispõe sobre o atendimento à alimentação escolar dos alunos da educação básica, sendo que os governos estão obrigados a comprar no mínimo 30% da alimentação escolar de agricultores familiares ou de cooperativas e organizações locais de agricultores desta categoria. Tal programa se apresenta como uma alternativa de renda, ampliação da produção, maior autonomia para as famílias com a garantia de que a produção terá mercado consumidor. Potencializa a ampliação da participação das mulheres na gestão da propriedade, visto que, diversos espaços da propriedade antes ocupados apenas

pelas mulheres, até então, não serem geradores de renda, passam a ser visibilizados. As agricultoras passam a colocar produtos que antes eram utilizados apenas para o sustento da família, também nos espaços que geram renda em forma de espécie financeira.

Esses programas passam a influenciar na organização da agricultura familiar, em sua dinamicidade e também no seu crescimento, fazendo com que entre 1996 e 2006 houvesse um crescimento no número de estabelecimentos familiares no Brasil. Segundo o IBGE (Brasil, 2009) de 85,17% para 87,48 % respectivamente.

Embora tais números sejam favoráveis, assim como boa parte dos programas ligados à agricultura familiar, há um entendimento de alguns autores, como Abramovay (2007), de que tais ações não foram e não são suficientes para atender as demandas do rural e que, além disso, acabam por fortalecer a agricultura patronal que vem na contramão das possibilidades de desenvolvimento evidenciadas na agricultura familiar.

De acordo com Guilhoto et al. (2005), os agricultores familiares geraram 1/3 do agronegócio brasileiro no período em que o agronegócio foi responsável por 30,6% do PIB do país. O segmento familiar da agropecuária brasileira, composto pela agricultura e pecuária familiar foi responsável, segundo o IBGE (2014), por aproximadamente 10% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro entre 1999 e 2003.

Informações do Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo IBGE e publicado em 2009, de todos os estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil 84,4% (4.367.902) pertenciam à agricultura familiar, sendo que a área total ocupada por esses estabelecimentos correspondia a 24,3% da totalidade. Já, o Valor Bruto da Produção (VBP) no ano de 2006 da agricultura familiar correspondia a 38% do total gerado na agropecuária, equivalendo naquele período a R\$ 54 bilhões.

Segundo o IBGE/PNAD (2009), a população total do Brasil era de 191.796.00, sendo a população rural equivalente a 16% do total da população brasileira com 30.755.000 pessoas. Os pequenos municípios brasileiros representam 70,5% dos municípios do país, sendo que estes possuíam no período, menos de 20 mil habitantes, segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2009.

Já, de acordo com Stoffel (2013), na Região Sul, a atividade agrícola se destaca pela capacidade de ocupação de pessoas e geração de renda, havendo locais nos quais o dinamismo parece ser maior do que em outros.

No contexto das ações afirmativas para a agricultura familiar e considerando neste campo, a *participação das mulheres*, podemos apresentar ainda algumas medidas e políticas

públicas propostas não apenas em âmbito nacional, mas que tiveram importantes reflexos em nosso cenário a partir da adequação e aplicabilidade destas.

Nas duas últimas décadas (1990/2000), ocorreram significativos avanços no campo das políticas públicas, na promoção dos direitos das mulheres, em que se aprofundam as discussões acerca da significância das políticas de gênero e de ações de prevenção e enfrentamento à violência de gênero que passam a serem estudadas e construídas juntamente com os atores sociais envolvidos com a questão.

Esses avanços que ocorreram nas *políticas públicas voltadas para as mulheres*, com ênfase na *agricultura familiar*, serão apresentados a seguir, através de um histórico que buscará conciliar as políticas públicas planejadas e dispostas por meio de programas propostos pelos governos com a problemática, anteriormente exposta, que vem sendo enfrentada pelo setor rural. Assim, almeja-se, sem esgotar o assunto, verificar quais as ações nacionais ou aquelas que o Brasil esteja envolvido, no âmbito das políticas públicas, que têm contribuído com ações afirmativas para atendimento às demandas das mulheres agricultoras familiares.

No intuito de eliminar – ou pelo menos diminuir – a discriminação contra a mulher e assegurar a sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país, em 1985 é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, vinculado ao Ministério da Justiça até o ano 2003, quando é criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, da qual passa a integrar. A Secretaria de Políticas para as Mulheres tem como propósito desde a sua criação promover e apoiar todas as formas de diversidade incluindo a do campo, da floresta (BRASIL, 2014).

De acordo com dados do site da SPM, até janeiro de 2014 no Brasil eram 205 conselhos cadastrados, sendo que, 14 estão na região norte, 48 no nordeste, 14 no centro-oeste, 63 no sudeste e 66 no sul e 43 no Rio Grande do Sul. Dos 497 municípios gaúchos, 43 já possuem seus Conselhos dos Direitos das Mulheres, recadastrados pela Coordenação-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM.

A Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres, criada em 2003, tem entre suas atribuições ações voltadas às mulheres agricultoras com o Programa das Trabalhadoras rurais para promoção e a valorização e o reconhecimento da contribuição das mulheres do campo, incentivando, em parceria com outros Ministérios (BRASIL, 2014).

A também criada Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – SEV, e a Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas - SAIAT, apontam em sua

estruturação, a promoção, a prevenção e o combate à violência contra as mulheres. A SEV foi ampliada com a criação de diferentes programas para minimizar as diferentes formas de violência contra a mulher.

Esta estrutura de governo potencializou a inclusão da perspectiva de gênero em políticas públicas voltadas para relações de poder, participação política, educação, cultura, saúde e diversidade. Assim, as agricultoras familiares passam a ser atendidas também nestas dimensões, visto o entrelaçamento de diferentes políticas públicas com outros ministérios e instituições para efetividade das propostas.

Ainda em 2003, com toda a discussão ampliada que já vinda sendo construída em âmbito nacional foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, que possui caráter consultivo e assessor à Presidência da República. O CONSEA “foi inspirado nas resoluções da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional” e serve como “um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil” (Brasil, 2014).

A partir da criação da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, foram realizadas, desde 2004, três Conferências Nacionais de Políticas Públicas para Mulheres com a construção de planos nacionais reavaliados e refeitos a cada conferência, com destaque para os eixos temáticos que abordam a realidade das agricultoras familiares.

Apontamos ainda, a importância de algumas outras estruturas de fomento *à igualdade de gênero* que tem alavancado importantes debates no que diz respeito à inclusão das agricultoras familiares nas discussões e para a construção de novas políticas voltadas a este público a partir de organismos multilaterais, como a Reunião Especializada da Mulher no Mercosul (REM).

A REM está composta por representantes do Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai sendo criada em 1998 e das Reuniões Especializadas sobre Agricultura Familiar – REAF, criada em 2005, que constitui o espaço formal do Mercosul - *Mercado Comum do Sul*. Os governos e agricultores/as discutem políticas públicas para a agricultura familiar e campesina e criam neste mesmo ano o Grupo de Trabalho de Gênero.

A partir da Resolução do Grupo Mercado Comum – GMC, da REAF, em setembro de 2007, a agricultura familiar foi reconhecida oficialmente como “segmento econômico diferenciado no processo de implantação de políticas que promovam, de forma sustentável, o desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental do meio rural” (BRASIL, 2014).

A partir de 2009, foram criados 84 Territórios da Cidadania, as Comissões ou Grupos de Trabalho de mulheres nos Colegiados Territoriais para levantamento dos grupos

organizativos de mulheres agricultoras. Somente em maio de 2011 foi criado Grupo de Trabalho sobre Gênero do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2014).

Segundo Costa (2012), os organismos de políticas para as mulheres se multiplicaram no país, sendo que em 2009 já existiam 1.043 estruturas executivas em nível municipal. No que diz respeito às *políticas públicas ligadas às agricultoras familiares*.

Em 2009 foi criado o PRONAF Sustentável, através do Decreto nº 6.882 que: “institui, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Unidade de Produção Familiar” (BRASIL, 2004).

E em 2010, a Lei nº 12.188 que “institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária” (MDA, 2014).

Estas leis procuram regular as ações municipais e o exercício das instituições financeiras e de assistência técnica e extensão rural, às demandas relacionadas ao empoderamento das mulheres, independência financeira e ao acesso a financiamentos e a assistência técnica direcionada a realidade das agricultoras. Tais criações objetivam uma aproximação maior das políticas governamentais à realidade rural brasileira e aos modelos de organização das propriedades.

Com o intuito de ampliar a reflexão sobre os conceitos norteadores das políticas para as mulheres rurais, a realidade das mulheres rurais e a implementação das políticas públicas, bem como realizar uma análise mais profunda das políticas voltadas para as mulheres rurais nas diversas regiões do mundo, foi realizado em 2010, o *Seminário Internacional de Políticas para Mulheres Rurais: Diálogo Sul-Sul*, que reuniu em Brasília representantes de governo e sociedade civil de 23 países da América Latina, África e Ásia.

3.2 AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL

O processo migratório no Rio Grande do Sul teve significativa importância para desenvolvimento do estado e se apresenta como ponto de partida para trabalharmos o contexto da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul. Cabe ressaltar que o processo de colonização do Estado se deu inicialmente pelos açorianos no século XVIII, para que houvesse o início de uma organização social capaz de promover a defesa do Estado, sendo que a distribuição de

terras como sesmarias no Estado, se deu inicialmente a pessoas que estavam ligadas ao exército e que se mostravam dispostas a proteger o território sulino.

A imigração europeia do século XIX, primeiramente ocorrida em maior número com colonos alemães, seguida pelos italianos, mediadas pelas Companhias Colonizadoras que se apoiavam nos incentivos públicos para a ocupação do território brasileiro, em especial no Sul do Brasil, impulsionou o processo de produção agrícola e em especial da agricultura familiar no Rio Grande do Sul.

A ocupação dos espaços se dava a partir da distribuição dos lotes de terras, em grande parte, comprados pelas famílias imigrantes nas colônias. Ao chegarem às terras, as famílias precisavam derrubar a mata, fazer a queimada, iniciar o processo de plantio de alimentos e a construção de suas residências. Durante o período em que estavam promovendo a organização das novas colônias, as famílias se ajudavam mutuamente para que pudessem garantir sua sobrevivência em terras desconhecidas. Ainda em diversas regiões do estado, era constante a presença de “índios e caboclos”, que em algumas relações mais amistosas, ajudavam as imigrantes no processo de organização da terra e de suas propriedades.

Segundo Pesavento (1980), os colonos tinham forte iniciativa para organização coletiva. Tinham como forma de mão de obra o trabalho da família e buscavam organizar a produção para o abastecimento das necessidades da família, seguida pelo excedente que poderia ser comercializado ou trocado por produtos que não possuíam. Estavam os alemães mais centrados na produção de alimentos, havendo, então, por parte dos italianos também a partir da experiência trazida de suas regiões de origem, a opção pela especialização no plantio de uvas e produção de vinho.

Com o aumento populacional nas colônias e as limitações para o uso do solo, foram surgindo no Sul do Brasil, as Novas Colônias. O sistema de organização social e do uso do solo seguia os mesmos moldes das velhas colônias, porém, as regiões que passaram a ser ocupadas eram mais íngremes e desafiavam o processo de organização, bem como para a produção de alimentos. Este processo impulsionou ainda a saída dos imigrantes que estavam nas velhas colônias, para algumas regiões de Santa Catarina e Paraná, as novas fronteiras agrícolas moviam o desejo destas migrações (PESAVENTO, 1980).

De acordo com Schneider (2006), o excedente de produção no final do século XIX e início do século XX abastecia os grandes centros urbanos do país, garantindo assim a subsistência das famílias no meio rural.

O último Censo sobre a Agricultura Familiar no Brasil foi realizado em 2006, quando ficam definidas em lei, as diretrizes para a Agricultura Familiar no país. Este estudo prospectou a categoria que a muito vinha esquecida pelas estatísticas e por sua consequência pelas próprias políticas públicas moldadas pela invisibilidade econômica a esta atribuída.

A Lei Federal nº 11.326, de julho de 2006 apresentou como resultado a adequação das informações levantadas para o Censo Agropecuário de 2006, aos conceitos propostos na citada Lei, embora haja discordância entre alguns estudiosos sobre a forma como são levantados e categorizados os dados relacionados à agricultura familiar.

Navarro (2010) aponta que a noção institucional de agricultura familiar também no meio acadêmico necessita de maiores discussões teóricas, entendendo que se faz necessário um aprofundamento sobre as diferenças sociais brasileiras. Não há uma análise mais profunda sobre as disparidades regionais na definição das diretrizes que norteiam a categorização da Agricultura Familiar, o mesmo aplica-se às análises realizadas nos dados censitários.

Neste sentido, é importante destacar que dadas às proporções dos diferentes estudos sobre a Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul, a participação desta categoria apresenta-se como significativa para o desenvolvimento do Estado, não apenas no cenário micro, mas também pelos seus impactos e resultados no âmbito nacional.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do total da produção do agronegócio no Rio Grande do Sul, a agricultura familiar representava 55% da geração de recursos no PIB sendo que no cenário nacional esta participação representava 33% entre o período de 1995 a 2003 (BRASIL, 2005).

Analisando os dados do censo Agropecuário de 2006, a área média dos estabelecimentos fica entre 16,3 hectares e 9,1 hectares. A agricultura familiar foi responsável por 10,7% da produção estadual de arroz, 84,2% da produção de feijão, 66,5% da produção de milho, 35,7% da produção de soja e 23,1% da produção de trigo (GRANDO, 2012).

Waquil & Souza (2014) ao analisarem os dados do Senso Agropecuário revelam que o número de estabelecimentos agropecuários chega a aproximadamente 441 milhões neste universo. São 20,3 milhões de hectares, sendo 1.231.825 pessoas ocupadas. A maioria destes estabelecimentos apresenta elevado grau de diversificação produtiva, possivelmente relacionada à agricultura familiar. Destes 80,9% cultivam lavouras temporárias, 63,5% pastagens, 58,6% matas e florestas e 31,0% lavouras permanentes. Dos estabelecimentos rurais existentes no RS no ano de 2006, 86 % da ocupação desta está representada pela agricultura familiar.

Hoff & Lazzari (2014), ao analisarem a dinâmica Setorial e a evolução da produtividade gaúcha considerando os anos 2000, apontam que o modelo de crescimento da economia brasileira na última década privilegiou as regiões produtoras de commodities e fez com que a economia gaúcha se beneficiasse deste cenário, principalmente no que tange a evolução dos preços de alguns produtos no mercado internacional.

No período analisado pelos autores, o Valor Adicionado Bruto (VAB) da produção agropecuária acompanhou a média nacional ficando em torno de 11%, enquanto estado como o Mato Grosso subiu de 3,0 % para 8,04%. Para este cenário Hoff & Lazzari (2014) apontam fatores que influenciaram: produtos como minérios e petróleo que tiveram valorização nacional não são produzidos no estado; a capacidade de expansão da fronteira é reduzida.

Outro ponto importante para o posicionamento da economia agropecuária gaúcha frente à média nacional está relacionado aos períodos de estiagem, que podem ter tido significativos impactos para as análises das taxas de crescimento, fazendo desta forma, com que a economia do estado comparada com a média nacional tenha ficado estável e em alguns períodos, menor (HOFF & LAZZARI, 2014).

Outro fator que causa impacto no processo de desenvolvimento é o processo de crescimento ou decréscimo dos índices populacionais. Entre 2000 e 2010 o Rio Grande do Sul foi o estado com menor crescimento populacional, ficando com 5% contra 12,5% do Brasil (ZUANAZZI, BANDEIRAS & STAMPE, 2014).

Tais dados podem ser justificados pelo fato de que o RS teve uma significativa redução das taxas de fertilidade. Este cenário, segundo os autores, poderá caracterizar o Estado como o primeiro da Federação a reduzir sua população.

Além disso, a Razão de Dependência aponta para significativos impactos no cenário econômico do Estado, visto que este fator implicará sobre a oferta de trabalho, educação, taxas de poupança, serviços oferecidos relacionados à saúde e a educação (ZUANAZZI, BANDEIRAS & STAMPE, 2014). O estado precisará, nas próximas décadas, se reestruturar para manter o equilíbrio e o desenvolvimento, tanto no âmbito da sustentabilidade econômica do estado, como no que é oferecido em termos de qualidade de vida à população.

Quando tratamos dos índices de dependência no espaço rural, percebemos que ao longo das últimas décadas tem havido um maior envelhecimento da população rural, e um menor índice de crianças e jovens alocados nestes espaços. Ainda um fator importante a ser considerado é que mais homens estão no meio rural, podendo trazer impactos no processo de segurança alimentar, bem como das diversas relações estabelecidas no rural. O Censo de 2010

revelou que houve redução de 276 mil pessoas em 10 anos, da população rural do estado, representando uma taxa média anual em decréscimo de -1,59% (ZUANAZZI, BANDEIRAS & STAMPE, 2014).

Embora tenham sido reduzidos os índices de mortalidade no Estado, também houve uma redução nas taxas de fecundidade, embora o estado tenha significativa proporção de mulheres em idade fértil. No entanto, sabemos que estes fatores impactam diretamente nas divisões etárias da população, considerando que com a taxa de fecundidade reduzida vem ocorrendo um maior envelhecimento populacional e um aumento nos índices de expectativa de vida.

Um comparativo entre 1980 e 2010 evidencia uma redução de 32,4% para 20,8% da população com menos de 15 anos de idade e um aumento de 62,9% para 69,9% da população entre 15 e 65 anos. Já a população com mais de 65 anos, subiu três vezes mais nas três décadas estudadas, passando de 4,7% para 9,3%. Nesta última faixa etária as mulheres estão em maior número, totalizando 100 mulheres para cada 71 homens (ZUANAZZI, BANDEIRAS & STAMPE, 2014).

Para evidenciar os índices de crescimento da população e seu grau de dependência, se faz necessário um olhar atento ao espaço rural, visto que este representa cada vez mais importância na economia do Estado, não apenas no que diz respeito aos impactos econômicos, mas, em número de pessoas ocupadas. Estes dados refletem a dinamização que a agricultura vem sofrendo nas últimas décadas com a ampliação da exploração de atividades agroindustriais e ainda pelos diferentes serviços oferecidos nas propriedades rurais, não estando necessariamente ligados às práticas de cultivo agrícola.

Este cenário tem sido ainda impactado pelas “políticas comerciais, a regulação dos mercados, o apoio diferenciado à agricultura familiar, a infraestrutura no meio rural, a logística para o escoamento das safras, comunicações e informação, a adequação de normas para garantir a sanidade dos produtos” (WAQUIL & SOUZA, 2014 p. 73-74).

Além disso, apresenta-se como importante, uma estruturação do mercado, com ênfase na colocação de produtos diferenciados e sua diversificação, ligados ainda a atividades não agrícolas (WAQUIL & SOUZA, 2014). Neste contexto é perceptível as alterações nos processos de uso da terra, sendo otimizados os espaços rurais com ênfase à qualidade de vida e a maior rentabilidade das estruturas produtivas rurais.

No que diz respeito às formas de acesso à terra ou a sua titularidade, Grando (2011 p. 11) mostra que “dentre os não proprietários, 6,5 mil enquadravam-se na categoria de

assentados sem titulação definitiva e, com acesso temporário ou precário às terras havia 21,5 mil arrendatários, 8,4 mil parceiros e 17,9 mil ocupantes”.

Do total de estabelecimentos, 9,6% estavam dirigidos por mulheres, sendo que estas totalizavam 36,4 mil mulheres agricultoras familiares. Ainda neste universo, cabe ressaltar que em 2006, no Rio Grande do Sul, a Agricultura Familiar representava 9,4 % da População Total Ocupada. Em 2009, no Estado, do total da população ocupada 94,3% possuíam laços de parentes com o produtor proprietário ou usuário da terra em regime de economia familiar (GRANDO, 2011 p. 11).

Do total de terras do estado destinadas à produção agrícola, cerca de 30% estão destinadas a agricultura familiar. Destas, 39,8% estavam ocupadas em lavouras temporárias, 3,5% em lavouras permanentes, 27,6% em pastagens naturais e 5,0% em matas /florestas destinadas às áreas de reserva legal ou preservação permanente (BRASIL, 2015). Neste universo, 80% dos produtores declaram trabalhar apenas no estabelecimento, não exercendo assim atividade fora dele. Os demais 20% declararam ter atividade remunerada fora da propriedade. A maior parte destes está envolvida com atividades não agrícolas, sendo 55,85%, enquanto 42,08% desempenham atividade agrícola remunerada fora de sua propriedade e 2,06% combinam atividade (WAQUIL & SOUZA, 2014).

Os tipos de renda dos estabelecimentos agrícolas familiares no Rio Grande do Sul apresentam um cenário diferenciado em especial na última década. Com a aplicabilidade de diversas políticas públicas que apoiam os processos produtivos e a compra da produção agrícola familiar. Nesse contexto, muitos estabelecimentos rurais familiares têm adquirido novas funções no rural.

Do total da população que desempenhava atividades na Agricultura Familiar, 9,8 mil produtores trabalhavam em regime de produção integrada, representando um montante de 13,6% da renda total e 7,9 % assistida por programas governamentais (GRANDO, 2011).

Ainda, em relação às rendas ou receitas, percebemos que 32,2% do total de produtores recebem pensões ou aposentadoria (GRANDO, 2011). Isso evidencia o processo de envelhecimento do rural que vem crescendo nas últimas décadas, assim como o grau de dependência da população neste espaço, refletindo diretamente nos índices do Rio Grande do Sul.

No contexto da Agricultura familiar, no Rio Grande do Sul, Brumer (2004) traz diversas contribuições sobre a participação das mulheres e o espaço rural. A autora destaca que tem havido significativa redução das mulheres na agricultura familiar do estado e em sua

consequência tem havido uma ampliação do celibato masculino. Este fator implica diretamente no desenvolvimento das atividades agrícolas em especial no que diz respeito ao trabalho do cuidado da casa, dos filhos ou as atividades, que a autora traz, como sendo da mão de obra familiar não remunerada.

Ainda fica evidente em seu estudo que a *migração de moças* reflete também no cotidiano do espaço rural, e que a diminuição no número de moças neste meio, faz com que muitos moços saiam em busca de novas alternativas no urbano, por não encontrarem parcerias dispostas ao trabalho e à permanência no meio rural (Brumer, 2004).

Alguns fatores apresentam-se condicionantes para a saída das moças do rural, entre estes, a falta de oportunidade de inserem-se nas atividades produtivas ou geradoras de renda na propriedade. A atribuição de que o rural é um espaço sofrido e sem perspectivas e ainda o processo de sucessão e herança, onde a prioridade da terra é destinada ao filho homem, assim como o processo de tomada de decisões, que, em sua maioria, se dá pelo pai ou pelos irmãos homens, acaba trazendo pouco ou nenhum envolvimento das moças nestes processos.

Assim, Siliprandi (2009) aponta que o fato de as *mulheres serem vistas como colaboradoras* e seu trabalho tido como simples ajuda nas propriedades agrícolas familiares, faz com que estas contribuam significativamente com força de trabalho para o processo de produção de alimentos e/ou produtos destinados à comercialização para fins de geração de renda.

3.3 AGRICULTURA FAMILIAR EM ROLANTE

Tendo a atividade rural e o modelo de produção e organização rural ligado à agricultura familiar, o município de Rolante possui entre suas principais forças produtivas, o setor agrícola.

Buscando percorrer parte da trajetória que marcou o passado do atual município de Rolante, sabemos que foi em 1880, que se deu o início do processo de ocupação de Rolante pelos imigrantes alemães, vindos de São Leopoldo, Taquara e São Sebastião do Caí. Naquele momento, parte da economia regional se concentrava na leva de gado do Rio Grande do Sul até o estado de São Paulo, e foi assim, fazendo este trabalho, que moradores da região passaram a utilizar o caminho que tinha início em Viamão, passando por Rolante e seguindo até o território paulista. Assim, os tropeiros tinham Rolante em seu roteiro.

Os primeiros a habitar o Vale do Rio Rolante foram as populações indígenas. Para o autor, é difícil precisar a forma de organização do sistema agrário indígena no território estudado, no entanto, a região se apresentava rica em recursos naturais e os primeiros grupos viviam como caçadores coletores. Há estudos que apontam para a presença destes grupos datados em mais de sete milênios (GEHRGE, 2010).

Os grupos que habitaram esta região, aos poucos, foram dominando técnicas para produção de ferramentas, novas formas de organização social e de convívio com o que a natureza lhes oferecia. Passaram a plantar o que era necessário para sua sobrevivência, realizavam a técnica da derrubada e queimada das matas, e atraíam para próximo de suas habitações os animais silvestres, que também lhes serviam de alimentos.

Houve a passagem dos tropeiros, que seguiam por trilhas saindo do Sul do estado com destino a São Paulo e Minas Gerais. Alguns pontos do vale serviam como pousada para tropeiros. Os tropeiros tinham como caminho as localidades da Antiga Areia, Glória, Colônia Monge, Itagiba e Ilha nova, seguindo por São Francisco de Paulo até o planalto, Curitiba e conseqüentemente seus destinos SP e MG.

Schierholt (2004) menciona que entre os anos de 1737 a 1818, a localidade passa a receber imigrantes açorianos, sendo que, por estarem distante das regiões de comércio e da pouca estrutura, a organização das propriedades e das sesmarias se dava a partir da demanda de consumo daqueles que ali viviam. Com a passagem dos tropeiros, o excedente da produção das famílias agricultoras de Rolante era comercializado.

Em 1882 que chegaram à Rolante os primeiros colonizadores alemães, vindos das colônias velhas, fixando moradia em Alto Rolante, hoje distrito de Rolante. As terras foram cedidas por uma empresa colonizadora aos imigrantes alemães. Já os ítalo-brasileiros chegaram por volta de 1905, procedentes de Caxias do Sul, Salvador do Sul, Farroupilha, Gramado, entre outras levas das primeiras e velhas colônias.

No que diz respeito ao trabalho das mulheres italianas em Rolante, havia uma rígida divisão sexual do trabalho, assim como a submissão da mulher ao homem. “Toda a família participava do trabalho. O pai era chefe de família e quem comandava tudo. A mulher era muito submissa ao marido embora fosse também enérgica e trabalhadora” (SCHIERHOLT, 2004, p. 41).

Com a chegada das companhias colonizadoras, o modelo agrário indígena e o modo de produção para subsistência adotada pelos açorianos foram se extinguindo, visto que a

ocupação do homem branco em maior número causou inúmeras mortes pela transmissão de doenças às populações indígenas, agravados ainda pelo processo de extermínio.

Para as companhias colonizadoras e para o próprio governo, os índios representavam uma ameaça à população que estava se instalando em terras brasileiras e neste caso, nas colônias do Sul do Brasil. Além disso, devemos considerar o estreitamento das possibilidades de uso do território, que reduziram significativamente o volume de alimentos necessários para o sustento das populações indígenas residentes neste território.

A mão de obra disponível para o trabalho era a familiar. Todos os membros da família colaboravam para a estruturação da propriedade. Abriam trilhas, derrubando as matas, fazendo as queimadas para preparar o solo e construindo suas residências. O trabalho de todos era importante e aos poucos as organizações das localidades foram sendo ampliadas (SCHIERHOLT, 2004).

No caso das famílias colonizadoras em Rolante, o homem, chefe da família, tomava a frente para o trabalho, distribuía as tarefas e organizava a produção; a mulher trabalhava junto na roça, cuidava da horta e da ordenha, além de preparar a comida e realizar outros afazeres da casa, com apoio das filhas nestas tarefas.

Além disso, as mulheres costuravam e bordavam e as moças preparavam seus enxovais, estas últimas atividades eram mais comuns em dias de chuva, pois não atrapalhavam o andamento das demais atividades da propriedade (SCHIERHOLT, 2004).

Os imigrantes traziam consigo o conhecimento da indústria. Aos poucos foram construindo atafonas, engenhos, casas d'água e até mesmo geradores de energia elétrica. Desde o início da colonização, a mão de obra familiar era a matéria prima disponível para fabricação de casas e das atividades do cotidiano (CAMBRUZZI & GEVEHR, 2009).

Em 19 de abril de 1909, por designação do Governo da Província, Rolante passou a ser Distrito de Santo Antônio da Patrulha. Logo, passaram a chegar as famílias húngaras, seguidas pelas suecas, polonesas, italianas e alemãs. Em algumas localidades estas novas famílias passam a dividir suas rotinas com os caboclos que já estavam estabelecidos.

Rolante teve sua emancipação político-administrativa, concedida em 28/02/1955. Neste período, algumas localidades do município, passavam por mudanças no sistema de produção agrícola, visto que o solo foi tomado por uma série de doenças que impedia a colheita. O rural passou por um longo período de escassez e a busca por novas alternativas de renda fez com que surgissem as cooperativas, as novas indústrias e ainda a busca por novos

mercados de produtos produzidos pelos colonos, o que impulsionou o movimento emancipatório.

O município de Rolante faz parte do Vale do Paranhana, na Encosta da Serra Gaúcha e integra a Região Metropolitana de Porto Alegre, estando ainda inserido na Reserva Biosfera de Mata Atlântica. Tem como municípios limítrofes: Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula, Riozinho e Taquara. Sua população total em 2010 era de 19.493 habitantes (IBGE, 2014).

FIGURA 1- Mapa de localização do Município de Rolante



Fonte: <https://trespinheirosdaserra.wordpress.com> (2015)

As principais atividades econômicas do município são a indústria, serviços ou comércio e a agricultura. No espaço rural Rolante apresenta grande concentração de propriedades com atividades produtivas ligadas à agricultura familiar vistas o tamanho médio das propriedades e o regime de produção. O desenvolvimento econômico de Rolante esteve alicerçado no excedente econômico agrário. As famílias costumavam promover a troca de excedentes por produtos que não eram produzidos em suas propriedades e ainda praticavam o comércio na capital do Estado ou em cidades vizinhas com maior concentração urbana.

Este cenário, seguido pelo fortalecimento da indústria coureiro calçadista no Estado em especial nos municípios do entorno como: Novo Hamburgo, Campo Bom e Taquara, impulsionou o surgimento de diversas indústrias no município na década de 1980. Neste período houve um intenso esvaziamento do rural, tendo como maior número de saídas do rural, mulheres jovens.

Entre as décadas de 1970 e 1980, houve significativa redução da população rural em todo o município, impulsionados pela oferta de trabalho nas empresas de calçados que em 1996 empregavam formalmente 3.056 funcionários em 09 fábricas e 450 funcionários em atelieres (EMATER/RS, 1996 p. 07).

A tabela 1 mostra ainda que a população Rural teve maior diminuição na década de 1980 no município de Rolante, tal fato pode ser explicado pelo advento do calçado, onde a população rural vendeu em grande parte suas terras para empregar-se nas fábricas de calçados, na zona urbana deste município.

TABELA 1- População Urbana, Rural e Total e Respectivas Taxas Anuais de Crescimento. Para o Rio Grande do Sul e Rolante entre 1970 e 2010

Variável	Ano	RS	Rolante	Período	RS	Rolante
Pop Urb	1970	3.111.885	2.481	Tx Var Anual 1970-1980	5,37%	8,27%
Pop Rur		3.553.006	12.385		-3,37%	-6,57%
Pop Tot		6.664.891	14.866		1,55%	-2,31%
Pop Urb	1980	5.250.940	5.491	Tx Var Anual 1980-1990	2,43%	7,15%
Pop Rur		2.552.897	6.278		-1,34%	-1,92%
Pop Tot		7.773.837	11.769		1,36%	3,29%
Pop Urb	1990	6.841.450	11.738	Tx Var Anual 1990-2000	2,21%	3,83%
Pop Rur		2.175.958	5.071		-1,69%	0,84%
Pop Tot		9.017.408	16.809		1,38%	2,99%
Pop Urb	2000	8.317.984	16.809	Tx Var Anual 2000-2010	0,69%	0,96%
Pop Rur		1.869.814	5.466		-1,59%	0,62%
Pop Tot		10.187.798	16.456		0,31%	0,88%
Pop Urb	2010	8.912.692	15.318	Tx Var Anual 1970-2010	3,09%	5,05%
Pop Rur		1.593.638	4.175		-1,98%	-1,75%
Pop Tot		10.506.330	19.493		1,14%	1,21%

Fonte: FEE (2014)

Elaborado: A autora

Observando a Tabela 2, entre a década de 1970 e 2000 a população rural de Rolante foi reduzida em 61,89%, embora ainda esteja abaixo da média Estadual. É importante destacar

que, no final da década de 1980, Rolante perdeu o território de Riozinho e isso pode ter refletido nos índices da população rural. Já na década de 1990, Rolante teve anexado o então Distrito do Rolantinho, antes pertencente a Santo Antônio da Patrulha, o que pode ser um fator influenciador para que não tenhamos nos dados gerais, perda no número da população total, considerando a saída de Riozinho.

TABELA 2 - Índices Populacionais no Município de Rolante – RS

Ano do Censo	Total Habitantes	Urbana(hab)	Rural(hab)	Rural(%)
1960	16.326	-		-
1970	14.866	2.481	12.395	83,31%
1980	11.769	5.491	6.278	53,34%
1991	13.420	9.970	3.450	25,71%
2000	17.851	13.928	3.923	21,97%
2010	19.493	15.318	4.175	21,42%

Fonte: IBGE (2014)

Elaborado: A autora

O período de 1970 a 2010 todo é marcado pela aceleração do êxodo rural em todo o Rio Grande do Sul (cuja população rural diminuiu em 55,14%), sendo que a queda da população rural de Rolante neste período ficou abaixo da queda Estadual, com 61,89%. Mesmo aparentando uma queda na população ativa no meio rural e menor expressividade de geração de rendas e de produção de alimentos, a agricultura permanece atualmente como um dos pilares econômicos do município.

A realidade do município foi se transformando e sua dinâmica de trabalho também. Isso impulsionou mudanças no trabalho desempenhado pelas famílias no meio rural. Tais dinâmicas foram alteradas também para as mulheres que passam a ocupar postos de trabalho fora da propriedade rural, além de contribuírem com alternativas de renda para as famílias.

TABELA 3 – População de Rolante em 2010: Urbana e Rural na divisão por sexo

Idade	Total	Urbana	Mas	Fem	Rural	Mas	Fem
0 a 4	1.190	993	506	487	197	101	96
5 a 9	1.334	1.071	579	492	263	101	162
10 a 14	1.575	1.322	702	620	253	123	130
15 a 19	1.691	1.348	639	709	343	209	134

20 a 24	1.620	1.287	633	654	333	194	139
25 a 29	1.514	1.242	671	570	272	121	151
30 a 39	2.838	2.410	1.148	1.262	428	268	160
40 a 49	2.973	2.321	1.169	1.152	652	335	317
50 a 59	2.068	1.587	801	786	481	249	232
60 a 69	1.492	906	435	470	586	299	287
70 (+)	1.190	823	299	523	368	185	183
Total	19.485	15310	7582	7725	4176	2185	1992

Fonte: PAIVA (2014)

Elaborado: A autora

A maior parte da população de Rolante está em idade produtiva, tanto no meio urbano como no rural. O grau de dependência no meio rural, considerando a população em idade de 0 a 14 anos e de 60 a 70 anos ou mais, é de 9%, já no meio urbano o grau de dependência é de 10%. No que tange à divisão da população urbana e rural, a população masculina urbana apresenta um grau de dependência de 13,30% sobre a população total, enquanto a feminina 12,94%. Já a população rural, na faixa de dependência, corresponde a 4,15% masculina e 4,40% feminina. A população urbana além de corresponder a 78,57% da população total, apresenta um maior grau de dependência, sendo ainda que, a população masculina ganha destaque. No rural, embora haja maior quantidade de homens, as mulheres ainda são as que apresentam maior grau de dependência.

A fertilidade natural do solo estava se esgotando e o processo produtivo havia reduzido significativamente, implicando na redução da renda das famílias e no seu modo de vida e sobrevivência.

As intempéries naturais, como fortes temporais, chuvas de granizo e até mesmo o descontrole sobre pragas que atingiam as plantações fizeram com que o sistema produtivo rural entrasse em um ciclo de decréscimo.

As terras em áreas íngremes não permitiam o confinamento e abate de determinados animais em grande quantidade. A extração da madeira estava sendo minimizada pelas implicações da legislação, a atividade da fumiicultura e de produção dos parreirais dependiam das condições climáticas e vinham sendo afetadas por grandes temporais, implicando na redução da produção.

Logo, o modelo de produção foi sendo alterado para o uso de máquinas e agroquímicos, com a perspectiva de que iriam ampliar a produção e conseqüentemente garantir renda e a permanência no meio rural. No entanto, o que os agricultores não vinham se

dando conta era de que este movimento traria implicações para a saúde física dos produtores e também da própria terra, mesmo que a longo prazo.

A segurança alimentar foi assegurada, visto que o trabalho do plantio e manipulação de alimentos para as famílias era de responsabilidade das mulheres, que por sua vez não dominavam as tecnologias e o uso de máquina, assim como a manipulação de agroquímicos. Os cuidados com a horta eram de responsabilidade das mulheres e os agroquímicos agrícolas, manipulados pelos homens não atingiam os alimentos consumidos cotidianamente pelas famílias.

Algumas localidades ficaram praticamente abandonadas. Casas e estruturas produtivas foram virando ruínas. Muitas propriedades foram literalmente abandonadas, e o agricultor passou a trabalhar e a morar sem ter como base para este processo migratório a qualidade de vida. Nesse período, muitas propriedades foram cobertas por plantações de eucalipto.

Com o advento do setor coureiro calçadista, o meio rural também passa a se utilizar de processos de industrialização, com equipamentos e implementos no período chamado de Revolução Verde, que no Brasil teve início na década de 1930. O Sistema Agrário Colonial Industrial Rolantense teve maior visibilidade nos primeiros 20 anos da segunda metade do Século XX. Nesse contexto, surgem os agroquímicos. Seus usos proporcionavam maior produtividade e menor envolvimento de mão de obra, porém, suas consequências para a segurança alimentar não estavam num todo sendo medidas. As mulheres não participaram de forma expressiva com esses usos, visto que o trabalho empregado para o uso do agrotóxico era realizado pelos homens.

Às mulheres cabia, conforme já trazido anteriormente, o cuidado com a casa, com os filhos, com os pequenos animais e o cuidado com a horta, onde a tecnologia empregada era a enxada, pá, rastel, garfo e, para o combate as pragas, eram utilizados produtos caseiros como a calda de fumo ou a calda bordalesa. Esta última, adquirida nas agropecuárias ou cooperativas, e a outra, tida como um subproduto do fumo em corda, bastante presente nas propriedades da época.

O cuidado e a reprodução de pequenos e grandes animais, utilizados para o trabalho e alimentação das famílias, também estavam sob-responsabilidade das mulheres, e ainda, das crianças. Galinhas, patos, gansos, marrecos, suínos e bovinos procriados em menor escala possibilitavam maior geração de renda no meio rural. Estes últimos, em especial, com maior expressão, visto que dos bovinos eram obtidos o leite e a carne, que eram consumidos pelas

famílias e seu excedente era comercializado entre os vizinhos como objeto de troca ou vendidos para o comércio local, em especial a produção de leite.

A comercialização do leite inicialmente era feita de porta em porta, por produtores de propriedades mais próximas da *Vila*. Cabe evidenciar que, embora as práticas do cuidado com o animal e a ordenha fossem feitas pelas mulheres, a comercialização era papel do homem. Com o aumento da produção e também do mercado consumidor, inicialmente, quem assumia o recolhimento do leite e sua comercialização era a Cooperativa local, a Cooperativa de Produtores Rurais de Rolante - CAPROL.

Pode-se observar ao longo do processo histórico, que a ordenha foi sendo aos poucos assumida pelos homens. Quando tal atividade passa a representar maior volume de recursos na propriedade e melhores possibilidades de geração de renda, a mulher passa a ser somente a ajudante do homem.

A cooperativa local passa a dar suporte à distribuição e comercialização e também se estruturar de forma diferenciada para atender outras demandas do rural. É importante destacar ainda, que a cooperativa não surge com o advento do calçado e da industrialização. A CAPROL foi constituída na década de 1950 e teve maior expressividade até os anos de 1990, quando passou a minimizar suas estruturas e atividades.

Além da produção leiteira, o excedente de uva, ovos, batata doce, batata inglesa, feijão, aipim, milho, frutas e verduras eram vendidos pela cooperativa para a região metropolitana e litoral. As mulheres estavam envolvidas no processo produtivo e a comercialização e negociação eram feitas pelos esposos e filhos.

Na década de 1990, com expressivo êxodo rural e dificuldades para uso do solo, devido ao seu esgotamento e a necessidade e sua recomposição, os agricultores passam a enfrentar dificuldades para produção de alimentos e passa a haver maior competitividade de valores para colocação dos produtos no mercado consumidor, havendo a necessidade de uma maior organização coletiva local para minimizar tais prejuízos.

Ainda na década de 1970, a produção leiteira estava em expansão, e a Cooperativa CORLAC de Taquara atendia toda a região. As áreas de várzea do município eram propícias para a produção de leite. Este processo foi impulsionado pela mecanização, e pela inserção de fertilizantes.

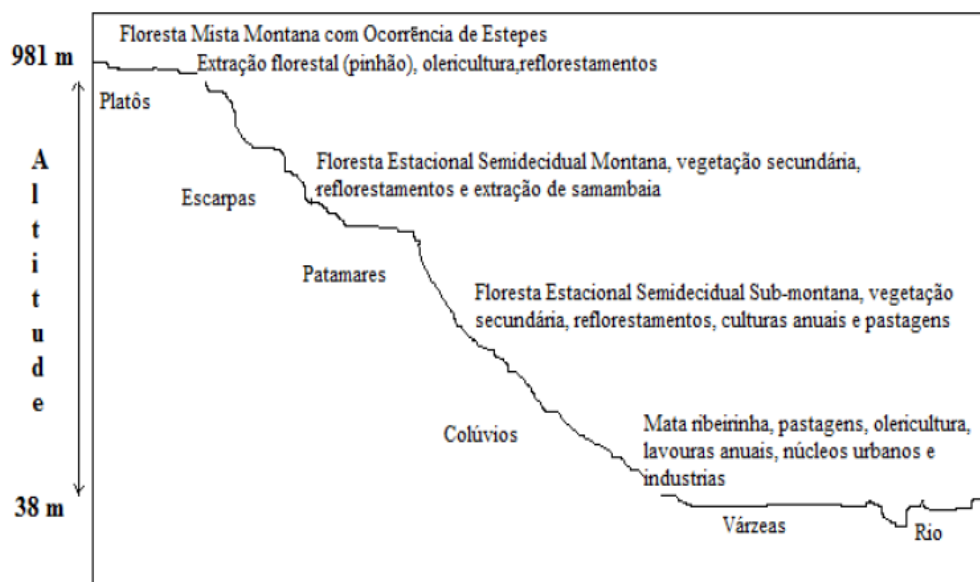
Entre os anos de 1950 e 1970^o município de Rolante estava entre os maiores produtores de fumo do estado. Era plantado nas propriedades agrícolas familiares e nos períodos de colheita, o fumo deveria ser secado nas estufas e nos fornos era utilizada à lenha.

Esta era retirada das matas próximas às residências. A representatividade deste produto na economia agrícola local e regional foi perdendo forças no final da década de 1980, quando a região Vale do Rio Pardo, no Estado, passou a ter expressivo volume de produção.

As propriedades seguiam produzindo mandioca, feijão, milho e hortaliças, em sua maioria para o alto consumo e o excedente era comercializado no mercado local e nos municípios da região metropolitana, como Novo Hamburgo e a própria capital do Estado, Porto Alegre. A tipologia do solo faz com que os agricultores se adaptem às culturas e aos períodos de produção também, levando em consideração, as implicações das estações do ano, visto que em alguns períodos do ano, as áreas de várzea, propícias a culturas sazonais tendem a sofrer inundações.

As encostas são utilizadas para culturas permanentes, tendo como exemplo o plantio de uva, banana, eucalipto, pinus. Tais culturas necessitam de menor empregabilidade de equipamentos mecanizados, sendo necessário, apenas em determinados períodos do ano, o emprego de mão de obra e uso de tração animal devido à declividade das terras e a escolha da cultura.

FIGURA 2- Tipo de utilização do solo em Rolante



Fonte: Gehrge (2010- p 57)

Na região da encosta, em especial onde hoje está localizado o município de Riozinho, antes pertencente a Rolante, teve grande importância o cultivo do pireto. Tal planta era

comprada por apenas uma indústria na região, que por sua vez, vendia para a exportação. Embora o cultivo fosse um pouco difícil e nem sempre os preços de venda fossem bons ao produtor, o período de duração das mudas atraía os agricultores, motivados pelo fato de que o sustento da família, através das atividades agrícolas, até então desempenhada nas propriedades, não era suficiente para atender as demandas da propriedade.

O pireto foi cultivado por quase cinquenta anos no vale e o término desta produção ou comercialização, aconteceu a partir da entrada de agroquímicos considerados mais modernos e/ou eficientes. Na atualidade não existem exemplares desta cultura agrícola na região (GEHRKE, 2010).

Como já citado anteriormente, as duas últimas décadas do século XX foram de intenso êxodo rural e de expansão do setor industrial, em especial o coureiro calçadista. Neste período houve crescimento significativo na arrecadação tributária dos municípios e o rural passou a ser visto como atrasado. Diversas entidades ligadas ao rural sofriam o mesmo processo de enfraquecimento, assim como havia um empobrecimento do rural em diversas regiões do país, que surtem resultados ainda nos dias atuais.

No entanto, lideranças ligadas ao rural entenderam como necessária a busca por uma solução para o rural e para as pessoas que estavam nele e/ou dependiam deste, visto que a necessidade do rural não está relacionada apenas ao processo de produção de alimentos, seguridade alimentar ou geração de renda, mas tem toda uma cadeia intrinsicamente ligada e com implicações nas diferentes instâncias do desenvolvimento. Assim, passaram a buscar alternativas para minimizar os impactos que o rural estava sofrendo, bem como, seus reflexos.

Neste período surgem as Secretarias de Agricultura nos municípios de Rolante e Riozinho, já emancipado. A partir do acompanhamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, as Secretarias passam a desenvolver projetos, em sua maioria, financiados por recursos oriundos do Governo Federal. Os projetos são relacionados as alternativas de renda no meio rural: Roteiro Turístico Caminho das Pipas, além do relacionado à preservação ambiental: Projeto Papa Mel.

O roteiro turístico *Caminho das Pipas* teve como propósito impulsionar a geração de renda, agregar valor aos produtos locais, impulsionar a visita de turistas nas propriedades rurais, melhorar a infraestrutura das propriedades e o acesso a essas. Localizado no 4º Distrito de Rolante - na Colônia Italiana Boa Esperança, o trajeto é composto por nove cantinas de produção de vinho e suco colonial artesanal, além de uma casa de massas, um restaurante e

uma pousada. O roteiro agrega ainda a Cascata Três Quedas e espaços de comercialização de produtos coloniais em cada uma das cantinas e demais empreendimentos locais.

Através do roteiro e das diversas atividades desenvolvidas através do projeto liderado pela Emater, Prefeitura e Sindicato dos Trabalhadores Rurais verificou-se uma sensível diminuição do êxodo rural na *Boa Esperança*, passando a contar com a perspectiva de novas atividades no rural, entre as quais mulheres e jovens também participavam ativamente.

O roteiro possui uma marca própria e registrada, sendo que todos os empreendimentos estão identificados com placas além dos demais pontos turísticos e de visitação. Pipas de vinho que orientam as entradas das cantinas e periodicamente são desenvolvidos materiais que potencializam informações e a divulgação do roteiro, com apoio da administração pública e/ou parceiros, além do investimento direto dos agricultores.

A *Boa Esperança* – colônia tipicamente ítalo-sul-rio-grandense – conta atualmente com aproximadamente 80 famílias que residem ou possuem casas de *final de semana*. Além das atividades agrícolas desenvolvidas na comunidade, como forma de geração de renda para as famílias, o roteiro potencializa a comercialização do milho, farinha, uva, vinho, queijo, schimier, pães, massas, agnoline, além de outras frutas, verduras e produtos advindos da produção familiar.

O *Projeto Papa Mel*, previa a recuperação da mata ciliar para promoção do processo de polinização de forma abrangente e, conseqüentemente, proporcionando maior qualidade e quantidade de mel produzido em Rolante. Além da conscientização dos agricultores sobre a importância de preservar a mata atlântica com a realização de ações conjuntas, no eixo econômico, o intuito do projeto, era também, introduzir a apicultura como meio de renda do pequeno agricultor.

Diferentes ações foram realizadas para dar viabilidade a este objetivo: cursos de capacitação, estudo de mercado, doação de materiais para manejo apícola e núcleos ou colmeia e a construção e estruturação da casa do mel, onde atualmente é processado o mel de todos os produtores ligados à associação Papa Mel. Foi construído um viveiro municipal para produção de mudas nativas, utilizadas para reestabelecer a mata ciliar do município que possui em seu território uma das últimas reservas de mata atlântica preservada do Brasil e possível de ser acessada, *a pé*.

O projeto Papa Mel foi o impulsionador de diferentes outras ações, entre eles, parcerias com a Pontifícia Universidade Católica (PUCRS) através do fornecimento de cursos e tecnologia para melhoria do manejo e divisão de abelhas nativas sem ferrão ou as

Melíponas, inclusive com recurso do Ministério do Meio Ambiente. Dessa forma, se buscava a venda para o mercado local, e a garantia do produto na merenda escolar, ampliação da quantidade de mel produzido e abastecimento do mercado por um período de tempo maior.

Entre 2002 e 2011 a associação desenvolveu, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, o projeto de capacitação dos apicultores para multiplicação de abelhas nativas. Com resultado dos projetos desenvolvidos pela a associação, ela ficou entre os sete projetos viáveis no âmbito da preservação ambiental e de otimização de recurso financiados e investidos do Ministério do Meio Ambiente em todo o território Nacional.

Em 2011 com a reestruturação da Associação, um termo de cooperação entre a administração pública e a associação, possibilitou a retomada do uso da estrutura produtiva da casa *Papa Mel*. De forma coletiva, os produtores que processam os produtos nesta estrutura possuem uma marca única e ali realizam o processo de embalagem e distribuição do mel para mercado consumidor. A prospecção das vendas também é feita de forma conjunta, atendendo o mercado consumidor local e ainda a merenda escolar.

Ainda em 2011, a Associação firmou parceria com a Associação de Bombeiros Voluntários de Rolante, para captura de enxames em situações que promovam riscos. Em conjunto, as entidades já realizaram diversos resgates e salvamento de enxames, bem como minimizaram os riscos da população local, a qual recebe orientações sobre como proceder em situações de riscos com invasões de enxames em residências ou propriedades no centro ou no interior do município.

Como exemplo do êxito alcançado pelo projeto, em 2012 foram comercializados trezentos quilos de mel para merenda escolar e em 2013 foram vendidos dois mil quilos para o comércio local com o Selo de Inspeção Municipal – SIM, e mais trezentos quilos para merenda escolar.

Parte do que é entregue para a merenda escolar, integra o termo de cooperação entre a administração pública e a associação, visto que a prefeitura contribui com parte das despesas de manutenção da casa, como com as taxas de água e luz. A perspectiva da entidade era de que em 2014 fossem comercializados seis mil quilos de mel para uma indústria local, setecentos para a merenda escolar e outros quatro mil no mercado local, e ainda para diversos consumidores dos demais setores;

Diversos agricultores familiares têm como importante fonte de renda a atividade apícola, garantindo assim a permanência no meio rural e melhor qualidade de vida a toda família. Em torno de 10 famílias estão relacionadas ao projeto e a associação conta com

aproximadamente 50 associados, a qual passa por um processo de reestruturação e de ampliação para otimização de uso da estrutura da casa.

Tal projeto potencializou o trabalho feminino e deu uma maior visibilidade às propriedades rurais com menor emprego de mão de obra feminina no processo de manipulação do mel. Visto que, a Casa do Mel esta equipada para fazer a retirada do mel dos favos, bem como promover todo o processo de embalagem. Passando a não haver necessidade de que as etapas de processamento antes realizadas manualmente demandem agora tanto tempo e emprego de força de trabalho.

Além disso, o projeto possibilitou um olhar mais atento nas atividades femininas no rural, visto que, todo o processo do cuidado com as abelhas é de responsabilidade dos homens e as mulheres ficavam invisíveis nos demais elos desta cultura agrícola mesmo que participando do processamento.

Também potencializou uma melhor organização das propriedades e do seu entorno, onde, nos locais onde as propriedades rurais não estão alicerçadas apenas no trabalho rural agrícola, atividades como o turismo e venda de produtos coloniais foram ampliadas. O embelezamento e melhor visibilidade de suas propriedades, também foi resultado do Projeto, pois, o cuidado com a mata ciliar e com os demais espaços potencializam um maior cuidado com as abelhas e todo o restante da cadeia produtiva sofre impactos positivos.

Pode ser perceber que, embora tenha sofrido expressiva redução populacional, nas últimas décadas, o rural em Rolante ainda apresenta-se como um dos principais elos da cadeia produtiva do município e merece um olhar atento para as constantes transformações.

O trabalho feminino rural em Rolante tem como principal característica as relações regidas da divisão sexual do trabalho, porém, em algumas atividades, o cenário tem sido alterado, devido à entrada de atividades não agrícolas nas propriedades, como o caso do turismo e das agroindústrias. O trabalho desempenhado pelas mulheres, antes visto como ajuda ou *passa tempo*, ganhou novas dimensões e potencializou um novo olhar para as agricultoras familiares. E estes são temas que pautarão nossas discussões no próximo capítulo.

4 MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

Este capítulo pretende caracterizar e analisar as *agricultoras familiares* de Rolante, considerando como categorias de análise sua *idade média, estado civil, nível de escolaridade, tamanho média das propriedades, número de filhos e o processo de sucessão familiar*. Focaliza-se, nesse sentido, o processo de ocupação e uso da terra, bem como sua forma de acesso à propriedade rural.

Em seguida, busca-se interpretar as *percepções enquanto agricultoras familiares* e o fato de *assumir-se* como integrantes desta categoria. Aponta-se a partir desses critérios, quais as atividades desempenhadas pelas mulheres agricultoras familiares em Rolante, as formas de divisão do trabalho, o acesso à renda e as relações existentes entre o trabalho feminino, renda e tempo dispendido para o desenvolvimento das atividades na propriedade.

Assim, descrevem-se as transformações observadas pelas agricultoras familiares no espaço rural e suas relações com a mecanização das atividades agrícolas e o acesso a eletrodomésticos.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS AGRICULTORAS FAMILIARES EM ROLANTE

Em se tratando da caracterização das mulheres agricultoras integrantes desta pesquisa, busca-se analisar o perfil dessas agricultoras familiares. A idade das entrevistadas varia de 28 a 79 anos; seis delas integrantes da faixa etária que varia entre 60 e 79 anos; três entre 28 e 40 anos e uma entre 40 e 50 anos. Das entrevistadas, dez são casadas e uma está viúva. O número total de filhos varia entre 07 e nenhum, sendo que o número médio fica em 2,6 filhos por pessoa.

No que se refere aos tipos de renda das propriedades, as quais estas mulheres estão inseridas, seis delas possui renda advinda da produção rural somada à aposentadoria, sendo que quatro possuem duas aposentadorias rurais e uma delas, além da aposentadoria, recebe pensão por morte. Em umas das propriedades, a aposentadoria está relacionada à atividade não agrícola.

Além disso, identificou-se que uma das propriedades possuía pelo menos uma renda que não era oriunda de atividades agrícolas e em outra, somava-se às atividades agrícolas

desempenhada da propriedade dos pais, serviços de consultoria especializada que geram recursos oriundos não diretamente da atividade agrícola. As demais, não apresentam nenhum tipo de renda que não fosse advinda da propriedade rural.

Quanto à escolaridade das agricultoras familiares, seis delas possuem o Ensino Fundamental completo e uma, incompleto. Uma delas possui Ensino Médio completo, outra, curso Técnico, uma delas com o Curso Superior concluído e outra, incompleto. Das que possuem técnico e superior completo, uma delas a formação esta relacionada diretamente a atividades rurais enquanto outra não.

Queria estudar, não dava. Pra fazer o primário eu já tive que ir interna cinco anos no Rolante, no colégio das freiras. Pra poder fazer até a quinta série. E aí, naquela época para estudar adiante, daí depois do primário ia ter que fazer o ginásio que eles diziam né, eu tinha que ir pra Taquara interna de novo. E aí, eu não quis mais ir interna. Chega! Cinco anos chegou (AGRICULTORA,01).

A agricultora ainda possuía objetos do período em que estudou como interna. Na entrevista, durante sua fala, trazia lembranças da sua rotina na escola, dos motivos que a fizeram não querer mais continuar estudando. “Não é que era ruim. Mas o ruim é que a gente só podia ir em casa uma vez por mês”. A agricultora ainda explica como se dava o processo de ensino. “Quando tinha aula de manhã, se ia logo pra aula. E quando era de tarde, porque naquele tempo não tinha sala para todas as séries, tinha aula de manhã e de tarde, aí a gente fazia trabalhos manuais.” Ela mostrou ainda uma das toalhas que ela bordou quando estava na escola, e que a mesma estava usando em sua mesa no dia da entrevista. “Essa toalha ali inclusive eu bordei lá” (AGRICULTORA,01).

O deixar de estudar por conta da falta de condições financeiras da família ou ainda por não haver instituições de ensino na cidade que permitissem uma maior facilidade de acesso é uma situação que se repete em praticamente toda nossa amostra.

As mulheres entrevistadas, em sua maioria por apresentarem menor escolaridade, evidenciaram que o fato de não terem estado por mais tempo na escola, as deixam em um patamar de subordinação aos homens, não apenas no contexto familiar, mas, nos demais espaços em que está inserida.

Os homens possuíam maiores condições de seguirem estudando visto que possuíam maior facilidade para o deslocamento ou ainda pelo fato de que, culturalmente, as mulheres deveriam estar focadas nos cuidados com a família e que para isso não necessitavam de maior escolaridade, enquanto os homens como gestores deveriam poder ter maiores possibilidades de acesso ao ambiente escolar.

No universo do processo de *sucessão familiar*, do total das dez agricultoras com um ou mais filhos, do total de treze mulheres e dezesseis homens, apenas onze encontram-se nas propriedades, sendo que destes, sete deles estão em idade produtiva, ou seja, com idade acima de dezesseis anos. Além disso, observa-se que dos sete em idade produtiva, apenas uma delas é mulher.

Apontando aqui os estudos que tratam da masculinização e do celibato no campo, tal dado chama atenção para o processo de transferência das propriedades, visto que, em apenas uma das propriedades, a filha mulher permanece como integrante do processo familiar.

Percebe-se ainda que quanto menor a idade das mulheres do grupo entrevistado, menor é o número de filhos por unidade familiar. Embora não possamos tomar isso como regra. Stropassolas (2004) faz relação da diminuição do número de filhos nas unidades familiares, com o processo decisório assumido pelas mulheres, com reflexos importantes no meio rural. Pode-se considerar também o papel dos movimentos sociais no debate e efetividade deste tema. O autor trabalha ainda com o conceito de reprodução e reafirmação dos papéis sociais, onde a legitimação do pai como provedor da família, faz com que haja um maior distanciamento do processo de *redução de desigualdades de gênero* no meio rural.

Pode-se ainda discutir neste contexto, a particularidade de uma das entrevistadas, que não possui a propriedade rural onde desempenha atividades rurais em seu nome. Ela não tem filhos ainda e o regime de produção e trabalho acontece sob a forma de parceria com o pai e com um irmão mais novo, sendo que somente o irmão reside na propriedade.

No cenário desta amostra, em que os filhos homens permanecem nas propriedades e se encontram em idade produtiva, a idade média fica entre 20 e 50 anos. Outro fator importante para observarmos neste grupo é que os filhos homens com idade entre 40 e 50 anos são três deles, solteiros.

O tamanho médio das propriedades varia entre 7,5 e 50 hectares, sendo uma média geral de 21 hectares por família. O montante de terras é um dos pré-requisitos para o enquadramento dos agricultores na categoria da agricultura familiar. O tamanho médio das propriedades e sua localização geográfica faz com que haja uma preocupação das famílias com o processo de diversificação das propriedades. No entanto, ainda neste universo é possível observar a organização das propriedades com a escolha de uma cultura agrícola que se sobressaia às demais, sendo esta a principal garantidora da renda da família.

Das agricultoras entrevistadas, uma delas trabalha com produção de mudas e comercialização, quatro delas com uva, tendo como principais produtos o vinho e o suco.

Além de três propriedades com base na atividade leiteira, sendo que em uma destas, a produção do carvão também está entre as atividades com maior geração de renda. Uma delas desenvolve atividades relacionadas a produção e comercialização de panificados e bolachas, e outra, ao plantio de mudas de laranjeiras e o cultivo e venda de laranjas. Neste cenário, temos ainda uma propriedade em que a base principal está ligada a piscicultura.

A composição da família é predominantemente pela *estrutura familiar nuclear*. Sendo composta pelo pai, mãe e filhos. Dos núcleos familiares das mulheres entrevistadas esta é a formação tradicional, havendo um rompimento apenas no caso de três dos grupos, pelo fato de haver em uma delas a viuvez, num segundo a não permanência dos filhos na propriedade, e em outro o fato de que a mulher ainda não é mãe, porém como as atividades que a mesma desempenha se dá na propriedade de seus pais, a formação do núcleo também é característico.

4.1.1 ACESSO A TERRA

Num universo de mais de 1.100 propriedades rurais, com base agrícola familiar no município de Rolante, a forma de acesso às propriedades se dá de diferentes maneiras. Observando o processo de colonização para definição da destinação dos lotes e uso do solo, o primeiro acesso se deu por meio das concessões do governo para capitães ou para integrantes de tropas. Em seguida, com o processo de venda das terras pelas companhias colonizadoras, os núcleos familiares se estabelecem em pequenas quantias de terra e ali precisam organizar sua família e tirar o sustento das atividades agrícolas.

O município foi colonizado no ano de 1882 por alemães vindos das velhas colônias, com forte influência das companhias colonizadoras, foram seguidos pelos italianos por volta do ano de 1909, em Rolante. No entanto, a formação do seu povoamento teve início com os lusos brasileiros, tendo esta formação étnica, passando a fazer parte deste espaço no ano de 1747 (SCHIERHOLT, 2004).

As primeiras mulheres vieram como esposas ou como filhas nas primeiras levas migratórias e passam a reproduzir aqui alguns modelos do estilo de vida de seus países e cidades de origem. Neste contexto a agricultora 06 relata que:

Isso aqui foi [...] olha pai pra filho e já tá na mão de neto de bisneto que os Finger, na verdade, quando eles vieram pra cá [...] foram os primeiros habitantes que chegaram abrindo [...] e depois em seguida vieram os italianos que daí predomina a região italiana porém o meu marido é descendente de Finger com Lazzarett, Parmediane e Boniatti, mas fica o nome de Finger na família, né, que foram os

bisavós dele que vieram, depois os avós ficaram foram donos o pai dele foi dono e agora nós tamos dono e o filho tá dando sequência (Agricultora 06).

As mulheres se inserem neste contexto de primeiro acesso a terra, por meio da participação no grupo familiar. Pelas características do patriarcado, as mulheres, em sua maioria, estão excluídas do processo de sucessão das terras, e quando isso acontece por meio das divisões de heranças, muitas vezes o patrimônio adquirido não é suficiente para a permanência do novo grupo familiar ao qual ela está compondo – quando já casada – de forma a assegurar qualidade de vida e renda por meio de atividades produtivas relacionadas ao trabalho rural.

O casamento era para as mulheres uma das principais formas de mudança no cotidiano. Segundo Cambruzzi & Gevehr (2009, p. 94), “Se as mulheres, ao casarem, permanecessem morando com os pais de seu marido, deveriam assumir a nova casa, sobretudo, quando um familiar se encontrava doente.” Além disso, o marido era considerado dependente da mulher e a ela cabia cuidar e satisfazer todas as suas necessidades ou desejos. Quando se casavam passavam por um processo de conquista de poder. Entre a sogra e a nora se estabeleciam diversos conflitos, principalmente quando a moça passava a morar na casa da sogra e a centralidade estava na atenção do marido/filho (SCHIERHOLT, 2004).

Nesse contexto de análise, observamos que a agricultora 09, embora relate morar em casas separadas, ainda divide na atualidade a propriedade e as atividades com a sogra. A mesma fala como adquiriu a propriedade. “Era do meu sogro a propriedade [...] eu, já tô casada há 18 anos. [...]. Eles vendiam a uva [...] daí, depois com o [...] a gente começou a fabricar vinhos. [...] a gente tem casa separada. Aí, com o tempo, ele passou a propriedade para meu esposo” (AGRICULTORA, 09).

Ao chegar à propriedade para essa entrevista, a pesquisadora logo recebida pela sogra, visto que a casa central é dela. Foi explicado o motivo da visita e a pesquisadora convidada para entrar e conversar. No entanto, foi explicado que a conversa seria coma nora, sendo então convidada a esperar. Em seguida, veio a entrevistada. A pesquisadora se apresentou novamente e explicou o motivo da visita sendo convidada a acompanhá-la em outro espaço da propriedade para que fosse realizada a entrevista.

Analisando o contexto em que a Agricultora 09 está inserida e as responsabilidades por ela assumidas dentro da propriedade, cabe um olhar para as possíveis dificuldades que a mesma enfrentou e possivelmente enfrenta para legitimar-se como capaz de estar naquele lugar e conduzir os processos de tomada de decisão e coordenação das atividades a ela

destinadas. Visto que, culturalmente a nora deve obediência à sogra e esta, por sua vez, deve ser respeitada.

As agricultoras 10 e 05 compraram as terras juntamente com seus esposos, há mais de 20 anos após o casamento. Durante um longo período, moravam fora do município de Rolante e depois resolveram retornar com intuito de aproveitar a aposentadoria adquirida com atividades urbanas e encontrar uma alternativa para desenvolver atividades no meio rural que garantisse a sustentabilidade e a possibilidade de crescimento da propriedade.

É que nós, acho que fugimos um pouco do tradicional, é que meu marido nasceu aqui e aí a família dele foi pra cidade e agora ele sempre trabalhando. Tu depender de renda de aposentadoria, não dá. Tu tem que arrumar um complemento de renda, né? Então, esse sempre foi o objetivo. E aí, acho que as raiz chamaram mais alto. Falaram mais alto. E por isso voltou pra cá. Dai ele, veio pra cá procurar. A gente olhou muitas terras. Aí a gente adquiriu dessa forma, né? Comprou essa área de terra e começou a trabalhar nela [...]. Fazer alguma coisa que desse algum rendimento [...] (AGRICULTORA 05).

O relato da agricultora 05 traz quais foram às atividades produtivas desenvolvidas na propriedade desde que passaram a trabalhar com culturas agrícolas, e evidencia que a sustentabilidade da propriedade não depende apenas de você conhecer a cultura agrícola que vai ser implantada na propriedade, mas tem todo processo de gestão e acompanhamento. Além disso, fica claro em seus relatos, que esta agricultora tem voz ativa e participação expressiva nos processos de tomada de decisões, visto que todo o gerenciamento financeiro, embora compartilhado com o esposo, é de responsabilidade dela.

Primeiro a gente fez a primeira atividade foi palmeira real, palmito né, tinha bastante, mas aqui o lugar é muito frio, então realmente não dá. E na época quando a gente começou era bem compensador, mas com todas as perdas que a gente teve, vamos dizer assim, que a gente acabou somando e diminuindo. Vamos dizer que a gente empatou né, depois a gente passou pra uma coisa que criasse confinamento de gado, mas tem que botar no papel né, um ano deu, dois não deu, aí para né. Não tem o que fazer, aí passa pra outra alternativa né, aí vai testando né, outras coisas, aí vai vendo o que o mercado quer, aí vai indo né, aí depois a gente foi pra ovelha, a ovelha a gente, ahh o pessoal diz ahh, tem que fazer assim, assim dá. Aí fizemos. Um ano deu vermelho, aí diz não que tu tem que mudar o sistema, tem que fazer de outra forma, um abrigo com gradeado, aí a gente fez e também deu vermelho, aí a gente parou também, aí nesse meio tempo foi entrando, aí já tinha algum açude, mais [...] porque sempre gostou de peixe, essas coisa assim né, aí foi entrando a questão do peixe, porque larga uma coisa aqui outra lá, por as coisas vão indo vão indo até as coisas se encaixar (AGRICULTORA,05).

A agricultora 10 aponta que, embora não soubesse nada de agricultura quando resolveram morar no meio rural, a experiência do esposo que é oriundo da região onde moram há mais de 20 anos, foi fundamental para que ela pudesse ir se habituando com o novo espaço e com as novas atividades.

Eu pessoalmente, não sou daqui. Eu sou de São Leopoldo. Eu nasci e me criei lá, me casei lá. Depois moramos 10 anos em Charqueadas [...] mas o *esposo (grifo nosso)*, sim. Ele é daqui. [...] Mas aqui onde nós voltamos hoje é nosso. Um pouco foi, 2 hectare é herança do pai e o resto nós fumo adquirindo, de parentes que não queriam a agricultura. Então quando o M [...] se aposentou nós tínhamos que fazer uma escolha. Para onde nos íamos. Dai eu disse, vamo pro Rolante. Nós já temo terra lá. Vamo construir lá. E ai nós viemo em 90 pra cá. [...] com nossos três filhos [...] ele não podia contar com nós, porque nós não entendia nada disso aqui, só comer. [...] Daí comecei a ir com ele pra roça. E fui e gostei da coisa. Desde roçar com roçadeira, tudo eu aprendo. Aprendi porque eu não sabia nada. A capina, limpa, plantar. [...] Faz uns quatro anos que [...] meu filho mais velho resolveu assumir. A colônia é difícil. Às vezes eu ia pra roça e chorava. Mas eu consegui. A gente fez um projeto e este projeto tinha que dar certo. E deu (AGRICULTORA 10).

A agricultora 07 hoje possui residência fora da propriedade dos pais. Mas, trabalha ainda com seu irmão e com seus pais na cantina de vinhos e na agroindústria de sucos de uva. O empreendimento da agroindústria é recente na propriedade e a cantina vem passando por um processo de modernização e adequação para tornar o trabalho menos pesado e fazer com que o produto tenha maior qualidade. A agricultora foi capacitar-se em uma área que pudesse potencializar não apenas a aplicação de conhecimentos para ampliar a renda e o modo de trabalho na propriedade, mas uma forma de poder prestar serviços em outras propriedades e assim ter maior autonomia, visto que nos negócios da família, o processo de tomada de decisões ainda tem como direcionamento final a palavra do pai.

É, na verdade eu tenho parte da fábrica do suco. A fábrica, a cantina de vinho, no caso, é do pai e aí a fábrica de sucos é minha e dos meus irmãos. Nós três, no caso. Só que quem administra em si é tudo o pai. Assim, a gente tem um nome. Assim na fábrica e tem participação no trabalho, mais quem administra e quem gerencia é ele [...] (AGRICULTORA 07).

Sobre as formas de acesso a terra, encontramos no relato da Agricultora 03, um processo que tem ocorrido em outros locais do município de Rolante e possivelmente em diversos outros municípios com base agrícola familiar: o retorno de filhos que saíram da propriedade em busca de novas alternativas de trabalho, ou de novas condições de vida. Alguns destes, motivados ainda pelo casamento.

A Agricultora 03 afirma que já morava com seus pais no meio rural, e se transferiu para a cidade para desenvolver atividades urbanas e ter seu próprio negócio. Há sete anos voltou a morar e a desempenhar atividades no rural, na propriedade que pertencia a seus avós e a seus pais. “Tenho um contrato de arrendamento com a minha mãe, porque meu pai faltou e não foi

feito inventário ainda né, e como eu vim pra cá, eu preciso ter bloco de produtor porque um dia eu preciso me aposentar [...]” (AGRICULTORA 03).

Cabe ressaltar que, embora seja recente o processo de organização dos documentos nas propriedades para garantir a aposentadoria feminina, é visível a preocupação de quem está no espaço rural com a aposentadoria. O fato de ter o contrato de arrendamento permite a ela uma maior seguridade e até mesmo autonomia, para a busca de alternativas para a propriedade, visto que a comprovação de sua ligação com o meio rural, não pode ser comprovada de outra forma, que não seja com documentos que apontem este vínculo.

A agricultora mostra-se bastante segura com esta alternativa encontrada para garantir seu vínculo na aposentaria rural. Porém, foi ainda possível perceber uma certa inquietação por estar morando num local que ela chama de “improvisado”.

É, é tudo assim no improvisado. A casa improvisada, tudo improvisado. A minha casa mesmo é lá no centro, as minhas coisas tudo estão lá, que eu tenho. Aqui eu tenho tudo, né Aline, porque aqui eu fui comprando. Eu trouxe, quatro, cinco, garfo, dois, três prato, três panela e o resto ficou lá com a minha filha. Os móveis tudo ficou lá. Eu não trouxe nada pra cá, o que eu tenho aqui eu comprei usado, muita coisa eu comprei usada, né. Até porque o dinheiro era pouco também. E depois nós fumo, né. Desde 2006, acho que eu tô aqui. A metade de 2005, a metade de 2006. Agora eu não sei te dizer ao certo. O certo não (AGRICULTORA, 03).

A agricultora 03 mora em um espaço adaptado e é responsável pelo cuidado da mãe idosa, que mora em uma residência próxima à casa da agricultora, que hoje cuida, durante a semana, de um neto. A agricultora conta que tem mais dois irmãos e que o fato de ter retornado para a propriedade aconteceu de uma forma que a mesma não esperava. E hoje divide estes cuidados da mãe idosa, com seu esposo, que sempre seguiu desempenhando atividades na propriedade junto com o sogro.

A única que volto e caí de paraquedas fui eu. E daí tem a mãe, [...]. Claro, a mãe tem 74 anos, vira e mexe, tem que levar no médico tem que fazer checkape. Tem que leva no centro pra recebe, pra fazer as compra dela. Tudo isso é serviço do Cesar. Ele é que faz a parte [...] (Agricultora 03).

Seguindo a investigação, nota-se que a agricultora 04 comprou de seu pai as terras onde hoje mora e produz. “Eu comprei do meu pai. [...] o pai precisava alguém perto e os outro irmão foram pro estudo ai optei por fica do lado deles, eu e o meu marido junto” (AGRICULTORA 04). Neste caso, o cuidado com o pai, foi fator motivador para que a mesma ficasse no meio rural e adquirisse a propriedade.

Cabe destacar aqui que o ato de cuidar, *culturalmente atribuído à mulher parece estar implícito neste processo*. Os demais irmãos, sendo três homens e cinco mulheres, não permaneceram na propriedade, sendo assim, a agricultora ficou com a propriedade da terra, porém, sobre forma de compra e venda.

É importante observar que, esta foi à única agricultora que trouxe para si, a responsabilidade da compra quando ela usa expressão “eu comprei”. A relação que se faz neste contexto, difere das demais agricultoras entrevistadas. O uso do pronome “eu” atribui a si o poder de aquisição individual. Através disso, observa-se a escolha *dela* em estar ali. O que pode estar relacionado ao histórico de seu casamento, pois seu esposo não possuía relações diretas com o espaço rural até o momento da compra da propriedade.

As demais agricultoras passaram a morar e trabalhar nas terras onde seguem desempenhando atividades rurais através do *processo de sucessão* por parte da família de seus maridos, por meio de herança ou de compra. Como o caso da agricultora 01, que relata o processo de sucessão: “Meus pais eram agricultores. Eu nasci e me criei, ajudando eles desde pequeninha. Não é esse negócio que nem hoje se de 14 anos em diante 16. E ali foi indo. Esta propriedade aqui era dos pais do meu marido, e a gente tem como herança, né.” (AGRICULTORA 01).

Já, a Agricultora 02 relata a compra, “Tava no nome do J. tudo a propriedade. Era do pai dele, mas a gente comprou. Normal. Não tem nada de graça” (AGRICULTORA 02).

É possível perceber, que a maior parte das entrevistadas já tinham relações com o rural e que o processo de permanência, se deu pelo fato de terem casado com homens que tinham como profissão também atividade rural. Ou, as relações com a família que se tornaram condicionantes ou facilitadoras de sua permanência no meio rural. Cabe relatar que, embora haja processos condicionantes e não diretamente optativos por parte das mulheres, para sua permanência no meio rural, nenhuma delas nos pareceu insatisfeita ou infeliz com suas atividades e com o ambiente em que estão inseridas.

4.1.2 AGRICULTORA FAMILIAR: DOS AFAZERES À REAFIRMAÇÃO COMO TRABALHADORA

O trabalho no meio rural e a forma como as mulheres se relacionam com o espaço onde estão inseridas, implicam no modo como estas se reconhecem. Sendo *agricultora familiar* uma profissão, visto que está é uma *categoria de trabalho*, há por parte das mulheres uma percepção, muitas vezes, ainda o não reconhecimento de suas atividades e de sua condição de agricultora familiar como sendo uma profissão.

Buscamos compreender quais as percepções das mulheres sobre seu trabalho e o ambiente em que estão inseridas. Ao serem questionadas sobre seu reconhecimento pessoal, algumas das entrevistadas afirmam que o seu reconhecimento se dá pelo fato de ela estar inserida no meio rural sobre o regime de trabalho adotado na propriedade, e pela *forma* em que ela se insere nas práticas de trabalho, como expõe a entrevistada abaixo:

Eu me considero. A gente chega nisso aí com muito trabalho, muito esforço e muita persistência, né. Porque não é fácil a gente mesmo tá aqui, porque a gente ocupa este lado da uva né, na produção de vinhos i derivados né, geléia. Eu também assumo este lado junto com os outros. O filho e o esposo e agora a nora também e daí, então, a gente, eu, me considero uma agricultora familiar que eu acho que isso é muito importante pro município, pra região num geral, né? (AGRICULTORA 06).

No relato apresentado, percebemos o ato de assumir-se como agricultora. A mulher relata sua importância e fala sobre as ações e conquistas da propriedade, nas quais ela considera-se corresponsável.

Cabe destacar ainda, que seu modelo de trabalho está referenciado no trabalho dos demais membros da família. Somente o trabalho desempenhado por ela, com apoio da família, aponta-se como um dos principais fatores que fazem com que esta mulher se considere agricultora familiar.

Esse mesmo modelo aparece nas entrevistas 03, 08 e 09, conforme podemos acompanhar:

Ah, eu acredito que sim né. Nós trabalhamo aqui de três né praticamente. O [...] trabalha fora, mas nas folga dele e em fim de semana ele tá aqui. De noite ele tá em casa. Acredito que sim (AGRICULTORA, 03).

A agricultora 03 descreve sobre o trabalho do filho homem, que permanece morando e desempenhando atividades agrícolas junto à propriedade. Porém, ele desempenha ainda atividades não agrícolas, fazendo com que haja um complemento da renda familiar. Durante o relato, pode-se perceber o quanto é importante para ela ter um filho em casa, que, possivelmente, possa dar continuidade ao trabalho no meio rural, mesmo que este não venha a se dedicar em tempo integral.

Sim. Na verdade a gente trabalha em família, né. Aqui é só eu e meu esposo. Tenho dois filho, mais são pequenos, né. Então eu e ele que trabalhemos dentro da nossa propriedade. Só nós (AGRICULTORA, 08).

A agricultora faz referência ao trabalho dela e do marido, pois o casal tem dois filhos pequenos, o que não permite que estes desempenhem trabalhos no meio rural ainda. O fato de a propriedade ser de posse do casal parece dar à agricultora uma maior segurança para sua permanência no meio rural, e, ainda, para que esta se reconheça e se reafirme como agricultora. Nos chama atenção para a sua ênfase na resposta, quando trás a expressão “só nós”. Visto ainda que o regime de economia familiar implica de forma bastante expressiva na sua forma de se perceber como agricultora familiar.

Porque a gente tem nossos produtos que a gente comercializa, né a gente trabalha tudo em família né. Tenho já o meu filho mais velho que ajuda (AGRICULTORA, 09).

Nos três relatos trazidos anteriormente, assim como nas demais entrevistas, percebeu-se certa surpresa, ou até mesmo uma falta de reflexão anterior pelas agricultoras sobre o reconhecer-se como agricultoras familiares. Pareceu que elas nunca haviam se questionado sobre pertencer a esta categoria.

A resposta das agricultoras a esta pergunta, muitas vezes pareceu vir como um questionamento. Parecia que elas careciam da minha *legitimação* Bourdieu (2001) em relação as suas práticas, ou seja, que elas queriam que eu dissesse que efetivamente elas estão na condição de agricultoras familiares.

Apenas a agricultora 05 que pareceu estar menos surpresa com a pergunta e pareceu ainda que ela fizera esta reflexão após o agendamento da entrevista. Enfatizando, que até então ela não se reconhecia como agricultora familiar.

É isso que eu queria te colocar a pouco, acho que eu fujo muito desse, realmente dessa questão de agricultura familiar, eu acho que não, pela minha origem, por eu não ser de origem. Vamo dizer assim, o que eu hoje que eu tô investindo. O que a gente construiu não foi de origem daqui, né. Dessa forma eu realmente não me enquadro (AGRICULTORA 05).

A entrevistada 05 traz ainda um pouco de sua trajetória como trabalhadora e reforça não ter tido antes muitas experiências diretas com as atividades agrícolas.

Eu sempre trabalhei bastante tempo, o período mais longo que eu trabalhei foi na escola Liberato em Novo Hamburgo, na época eu assinava contabilidade lá, na verdade minha função lá era técnica, mas como a contadora saiu [...] Minha família é de raízes, mas dizer que eu sei de alguma coisa, não, o que eu sei eu aprendi assim, mas eu não me criei trabalhando na lavoura. Flor, horta, alguma coisa assim, mas não passa disso né (AGRICULTORA 05).

Podemos observar ainda que, em relação ao trabalho dos filhos menores de idade, o trabalho desempenhado por eles é considerado como ajuda. Assim, como o próprio trabalho que as agricultoras desempenham nas propriedades que é identificado por elas próprias como *ajuda*.

Tal fator implica reconhecimento próprio dentro da categoria, sendo que seu trabalho não é visto como *trabalho*, o que por sua vez, poderia levá-la a não se considerar agricultora, como por exemplo, no caso de sua atividade na propriedade não estar diretamente ligada ao processo de plantio e colheita de algum produto em específico, como é o caso da agricultora 05. Ela relata que “As minhas funções basicamente, vamos dizer assim ó, como eu te disse antes, nós temos a metalúrgica, uma pequena metalúrgica na verdade, porque ele começou a montar as máquinas pra nós, pra piscicultura” (ENTREVISTA 05).

A agricultora 10 relaciona a condição de ser agricultora familiar com suas práticas de trabalho e relata algumas destas práticas.

Me considero, porque nós trabalhamos assim, igual agora. Nós temos na entressafra, né. Mas mesmo assim, a laranja que vem de fora a gente sempre seleciona [...] eu peso, eu separo, eu seleciono [...] é tudo olhado. [...] mas na safra mesmo [...] Nós colhemos, tiramos da roça, lavamos, selecionamos e colocamos em caixa. [...] Até cem caixas por dia. Isso dá um trabalho. [...] (ENTREVISTA 10).

A relação de ajuda, apresentada anteriormente para reconhecer-se como agricultora familiar, aparece mais uma vez na fala da agricultora 01:

Pois tem que considerar, né. Porque trabalha junto com a família. Com o tempo eu ia *parelho* para a roça, junto. Dava conta do meu serviço da casa. Em roda de casa tudo. Agora não funciona mais. Eu ajudo ainda no galpão, tiro leite. Ajudo a tirar o leite (AGRICULTORA, 01).

Neste caso, a agricultora sente que o fato de não poder mais contribuir de forma tão direta com as atividades relacionadas às culturas produtivas da propriedade, fazem com que a mesma não esteja no mesmo *nível* dos demais membros da família. O trabalhar *parelho* para ela, quer dizer que até determinado período ela tinha a mesma *capacidade produtiva* que os demais membros da propriedade.

Outro fator a ser observado está relacionado à *quantidade de trabalho* desempenhado, o tempo empregado nele e seus resultados. A agricultora, ao falar que hoje *já não ajuda mais prelho*, pode no dia-a-dia da propriedade promover um ambiente onde o trabalho que ela desempenha não seja visto na sua totalidade. Ou ainda, não relacionar este trabalho aos

fatores importantes para o desenvolvimento da propriedade. Visto que, o fato de ela entender que não faz mais as mesmas coisas que fazia até determinado período pode minimizar sua participação nos demais processos da propriedade.

O ser agricultora familiar está relacionado também aos espaços que elas ocupam e quais são suas redes de relações e seus benefícios, como é o caso da Agricultora 02: “Eu sou agricultora familiar. Eu fiz parte da comissão estadual das mulheres. Quase uns 10 anos eu acho. Depois eu tava muito doente assim sempre, ficava ruim”.

Agricultora relata ainda sobre como se dava sua participação. A mesma destaca ainda a dificuldade de algumas mulheres participarem e aponta alguns fatores que eram colocados como limitadores e sobre quais temas tratavam nas reuniões ou de que forma eram direcionadas às atividades:

Todo mês tinha uma reunião na regional, daí eu ia. Vinte e dois municípios que tinha cada município tinha uma reunião. Eu não sei, parece que depois eles dividiram os municípios e tinha duas regional, eu acho. É sobre o trabalho das mulheres. Na agricultura e tudo. Como funcionava tudo, era muito legal. Nós tinha uma reunião por mês lá na FETAG, tinha às vezes os curso lá. Foi muito bom. Todo estado, de todo o município que tinha regional, tinha uma mulher que representava. Tinha às vezes as reunião, bem, três, quatro dia, de reunião, tinha lugar pra dormir. Que nem, algumas iam embora, mas quem era mais longe não. Quem podia i embora. De todo o estado ia pra lá, não tinha condições de voltar (AGRICULTORA 02)

Sobre a forma de participação no movimento sindical e em especial nos espaços de coordenação do movimento, é possível observar, conforme relato, que fatores ligados a situações familiares, implicaram diretamente no processo de participação, ou liderança das mulheres. Visto que, quando um membro da família estava doente era necessário que outra pessoa pudesse assumir o papel na coordenação do movimento e que houve certa dificuldade.

A agricultora 02 traz ainda o seu relato pessoal, justificando *o porquê* em um dado momento a mesma iria sair do movimento, e aponta como fato condicionante para sua permanência o direcionamento do esposo para que a mesma seguisse:

Depois a Vera, minha irmã entro, era junto com a Marcia. [...] Ela era a coordenadora. Depois a Vera entrou pra acompanhar. Depois ela passou pra Fetag e deixou a Vera como coordenadora. Mas a Vera ficou pouco tempo, daí o Ivo tava muito doente, daí ela disse eu não posso mais te acompanhar. No fim, a Márcia, morreu primeiro que o Ivo ainda. E a Vera também saiu, diz ela eu não posso, e agora eu acho que não tem nenhuma que representa as mulheres aqui do Rolante (AGRICULTORA 02).

Cabe destacar que sua resposta é enriquecida de detalhes, nomes, e de um misto de alegria em meio às lembranças que ela nos trouxe. Ficaram muito fortes, as lembranças de seu

marido (*já falecido*) durante toda nossa entrevista, mas em especial, quando ela nos relatava sobre sua participação no movimento sindical, por ser esta a fase em que ela foi surpreendida por uma grave doença. E o incentivo de seu esposo para que a mesma continuasse participando das reuniões e dos encontros a faziam “esquecer sua doença”.

Daí deu menos, porque todo mês tinha uma reunião se era 22 não podia fazer em todo o município. Eu sei que depois eles andaram mudando, eu sei que aí eu saí fora. Eu tava muito ruim. Eu fiz operação da vesícula, fiz operação da mama, eu já tinha feito, antes de eu participar da regional eu já tinha operado a mama, daí eles aconselharam, todo mundo aconselhou que era pra mim participar das coisa assim pra mim ter mais distração. Daí o João achou bom, daí deixo eu ia participa. Daí todo mês eu saía. Daí eu conheci muito mais os município do que ele, porque ai eu passeava bastante (AGRICULTORA 02).

Tal relato faz com que sejam observados ainda os fatores que a motivavam a agricultora a estar lá e o que a fez seguir participando dos espaços de organização do Movimento Sindical. O fato de o esposo dizer que se a mesma seguisse participando, ela estaria melhor de saúde, fez com que ela pudesse agir de forma diferente das demais, mesmo que tenha diferenças nas relações do cuidado.

Pode se observar ainda que a entrevistada 02 aponta que a sua caracterização como agricultora esteve ligada ao fato de integrar a comissão, e não relaciona diretamente às atividades por ela desempenhadas ou ainda ao regime de trabalho. Embora tais fatores tenham sido abordados por ela em outros momentos da entrevista, ela não relaciona suas atividades à concepção de *ser agricultora familiar*.

4.1.3 ATIVIDADES DESEMPENHADAS: TRABALHO OU AJUDA?

Procurou-se também identificar e analisar *quais as atividades* desempenhadas pelas mulheres nas propriedades rurais e *de que forma* elas reconhecem estas atividades. Buscou-se relacionar *quais as formas de organização e divisão do trabalho* a partir da percepção e vivências destas mulheres nas propriedades rurais integrantes da pesquisa.

Sobre os espaços ocupados pelas mulheres em Rolante, cabe mencionar que sua participação estava intimamente ligada à esfera privada, com as atividades relacionadas ao cuidado com a família, a produção de alimentos, o fazer da horta, entre outros.

Cambruzzi & Gevehr (2009) destacam que fora do lar a participação das mulheres estava ligada à religiosidade. Desde a colonização do município até os dias atuais, tais

práticas ainda são comuns em algumas famílias agricultoras. Tal apontamento dos autores nos permite melhor compreender o relato da agricultora 01, para além do cenário da religiosidade, quando a mesma nos relata sobre sua rotina na escola como interna.

Há a gente tinha as normas internas. Levantava de manhã, arrumava sua cama, deixava tudo prontinho. Descia, ia tomar café, aí tinha que ir na missa todo dia. Aí depois nós ia pra aula (AGRICULTORA 01).

Embora houvesse o ensino regular, o currículo do internato feminino previa ainda o ensino de atividades domésticas fazeres manuais. A educação feminina centrava-se não apenas no ensino formal, mas na construção de um modelo de mulher. Para ser uma boa filha ou uma boa esposa era necessário que desenvolvessem práticas *atribuídas ao fazer feminino*.

Sobre essa questão, Belloni & Gomes (2008) aponta que o ser humano passa por um processo de socialização e de direcionamento de seus comportamentos desde sua infância, e ainda, que a partir do momento em que há uma integração ou imersão de um indivíduo em um grupo que *reproduz* aquele modelo comportamental, o indivíduo passa assumir aquilo em sua personalidade.

Da mesma forma, Madruga (2009), ao falar sobre os papéis e comportamentos trazem para a discussão sobre a influência dos *comportamentos* adotados pelos indivíduos e suas interferências nos modelos adotados pelas comunidades. Ou seja, a partir do momento em que um dado comportamento passa a ser adotado como o modelo esperado, a comunidade passa a ser afetada ou influenciada por estes papéis que foram determinados. Havendo, neste caso, uma inversão do que trouxe Belloni & Gomes (2008) em seus estudos.

Porém, o que se constata a partir da análise é que os *comportamentos são criados* e depois de *reproduzidos*, se tornam *regras*, não estando o ser humano, diretamente condicionado a aceitar tal modelo. A partir deste contexto, podemos trazer as relações existentes entre o trabalho desempenhado pelas mulheres a as concepções delas sobre seu trabalho. No atual modelo de sociedade, as mulheres ainda estão condicionadas a uma dada invisibilidade em suas atividades de trabalho e mais ainda, quando estas atividades não apresentam resultados financeiros diretos sobre forma de espécie monetária.

Estes fatores implicam a divisão sexual do trabalho, ou seja, nas atividades que estas desempenham. Quando questionadas sobre quais atividades elas desempenhavam, algumas delas trouxeram a relação do termo trabalho com ajuda:

A minha responsabilidade é limpar a casa, fazer comida e se for preciso, ajudo a cortar pasto, trato os porco de manhã o J [...] trata de tarde, de noite sou eu que trato (AGRICULTORA,11).

Essa mesma relação de ajuda é trazida ainda no relato das agricultoras 06 e 07:

Então, a gente começou assim. Eu comecei logo quando eu me casei. Fazem 42 anos. Eu parti logo pra ajuda na parrera, poda, amarra, depois vem a época do tratamento, vem época da safra. Tudo é, é foi uma transformação, mais a gente seguiu [...] (AGRICULTORA, 06).

Ah a gente se ajuda bastante. A gente divide bastante. Que é claro que tem trabalhos que são mais pesados né, que eles acabam entrando com uma parte maior, mais já na rotulagem que é um trabalho mais simples, mais manual que geralmente as mulheres que fazem mais, por se mais leve, mais eles acabam fazendo também na hora do apuro o outro porque o negócio tem que tem que fluir né, tem que rende, então a gente acaba ajudando assim (AGRICULTORA 07).

O conceito das agricultoras de que o trabalho é uma simples ajuda, é trazido por elas durante as entrevistas, de forma muito natural. Não se constatou exceto na entrevista 06, um desconforto com a situação vivida por elas, de terem o trabalho como ajuda, ou de não serem elas diretamente as envolvidas nos processos de tomada de decisões.

Tal modelo e sua naturalização estão muito fortes na sua concepção e na forma de organização social da família. Os homens são quem, em sua maioria, gerenciam o processo e isso faz com que cada vez mais seja reforçado o estereótipo da mulher como colaboradora ou ajudante. Isso acaba sendo reafirmado para a sociedade que, por sua vez, segue reproduzindo este modelo.

A situação apontada anteriormente também está presente nas falas das agricultoras 02 e 09 ao discorrerem um pouco mais sobre as atividades que desempenham em seu cotidiano:

Eu levanto, ajudo no leite, eu ajudo não é nada pesado, eu ajudo a colocar as ordenha, eu ajudo a mudar porque ali é só, lavar os teto e colocar as ordenha, tu não precisa tá carregando peso nenhum. Ajudo o que posso (AGRICULTORA, 02).

Eu faço, um tudo na parreira. Eu fabrico suco no vinho. Em todas as partes eu to ajudando (AGRICULTORA, 09).

Embora as atividades por elas desempenhadas estejam entre as atividades principais de cada tipo de cultura agrícola das propriedades, as mulheres ainda percebem seu trabalho como ajuda, de forma menos importante do que o trabalho desempenhado pelo esposo ou pelos filhos homens. Tal relação de ajuda aparece de forma mais expressiva e parece incomodar as mulheres de mais idade, visto que elas dizem perceber que já não conseguem mais desempenhar com tanta agilidade e resultados como há alguns anos atrás. Este incômodo, por parte das agricultoras, nos apareceu muito visível durante as entrevistas.

Já para outras agricultoras, há uma relação de parceria para realização de atividades na propriedade. Como evidenciamos na fala da Agricultora 08:

Na verdade, tudo mundo faz de tudo né, não tem assim uma divisão, eu faço isso e tu faz aquilo. Nós faz tudo junto. Se precisa ajuda ele, fazer alguma coisa, se pedir para arrumar a roça eu vou, ou se ele me ajudar aqui nas coisa da casa, ele me ajuda enfim, é bem parceria mesmo, a gente faz tudo em conjunto. Não tem divisão (AGRICULTORA, 08).

Esta agricultora, em todos os demais relatos durante a entrevista, procurou demonstrar uma relação de igualdade entre ela e o esposo na propriedade. Na fala transcrita acima, a agricultora evidencia a não existência da divisão sexual do trabalho.

No entanto, fica implícito em sua fala que existe o trabalho que é de responsabilidade do homem, fora do ambiente doméstico e o espaço que é dela, onde a agricultora é quem direciona as atividades e determina quando ela precisa da contribuição do esposo e quando não. Havendo aqui, a importância de olharmos atentamente a existência da divisão sexual do trabalho, embora não seja reconhecido pela agricultora.

As atividades desempenhadas na propriedade estão, muitas vezes, centradas no cuidado ao marido e aos filhos e este modelo era reproduzido de geração em geração, estando o bem estar do ambiente familiar e de seus entes sobre a responsabilidade das mulheres. No contexto geral da comunidade e, em especial da propriedade, o trabalho está ligado ainda às práticas rurais e ao cuidado com a terra para produção de alimentos e a domesticação de animais. Embora exista uma expressiva divisão sexual do trabalho, *as agricultoras familiares em Rolante*, contribuem significativamente para a *organização do espaço rural* com base na agricultura.

Se somadas, as atividades de trabalho, desempenhadas pelas agricultoras familiares que compõe esta amostra, seria possível elencarmos cerca de trinta atividades de trabalho diferentes. Sendo que entre as atividades, está o trabalho com produção de uva, a poda das parreiras, a colheita da uva, a produção do vinho e do suco, o engarrafamento, a rotulagem, a embalagem nas caixas, a venda direta nas propriedades, a colheita de frutas e produção de doces e geleias; o cuidado com os animais, com a horta e a produção dos alimentos para a família; o cuidado com os filhos e as diferentes atividades domésticas.

Ainda no caso das agricultoras que trabalham com gado de leite, temos o processo do cuidado com os animais, a ordenha, a limpeza dos animais para o processo de *tirar o leite*, o resfriamento do leite, o cuidado com o produto, a recolocação dos animais no espaço de pastagem, a limpeza do espaço onde ficaram os animais durante o processo de coleta do leite.

No intuito de conhecer e elencar, de forma mais minuciosa, quais são estas atividades, passamos a evidenciar um pouco *destas práticas* por meio das falas das agricultoras.

A agricultora 04 que tem a propriedade voltada para o cultivo de mudas de flores para comercialização relaciona uma parte de suas funções a esta cultura produtiva.

De manhã, como é que vou dizer? A gente levanta, vou tirar o leite. Leite só mais pro nosso gasto. Aí eu trago requeijão de duas vaca, né? E a gente tira. A maioria deixa mamá, deixa o gado que tem. E daí crio criação de galinha e colho umas vinte e duas dúzias de ovos por semana e vendo tudo aqui na feira e assim também [...] os frango, [...] engordo frango, carneio pra quem [...] a gente aceita pedido a doze real o quilo carneado[...] e assim a gente vai levando a vida. Eu me envolvo com a casa durante o dia. Tem que molhar as flor, ao menos uma duas vez por dia. Depende o dia [...] o calor, tem a irrigação [...] e depois retorno e vo junta ovos, trata as galinha, tira leite [...] tem porco também, tudo pro gasto (AGRICULTORA,04).

A agricultora 02, que relatou anteriormente contribuir com as atividades relacionadas ao gado, trabalhando na ordenha, relata quais as atividades que realiza após desempenhar a ordenha, logo no início da manhã.

E depois que eles ficam ali tirando leite eu vou lá, reparto a ração pros bicho, boto as ternera pra dentro, o pasto já tá no cocho, o trato eu não faço, só distribuo um tanto pra cada um, o que é pra dá, boto as ternera tudo, e prendo as ternera tudo, que é tudo tratado nos cocho. Os ternero, isso eu faço. Lavar as vasilha, às vezes lavar o galpão, porque às vezes eles precisam ir pra roça cedo, então isso eu faço porque é uma coisa leviana. É tudo com manguera, com água, não precisa fazer força. Tudo com jato, eu faço, nem todo dia. E aí depois, venho fazer a comida, lavar a roupa (AGRICULTORA,02).

Somente aqui, a agricultora relatou realizar nove ações diferentes. Estando estas relacionadas ao ambiente externo da casa, e outras relacionadas diretamente à casa. Ao longo da entrevista a agricultora relatou ainda ser responsável por limpar a casa e produzir as refeições. Quando está no período de plantio de determinadas culturas, a mesma também é responsável por plantar e cuidar da horta, conforme segue:

A horta eu ainda faço. Carrego o esterco, eu boto um pouco dentro dos latão, boto dentro do carrinho e trago. Pra não levantar muito peso. E, esses dias o Ricardo veio, esse que tá aqui, daí ele me viro, boto esterco em dois cantero, porque eu não conseguia mais fazer, tava muito difícil, muito molhadão, não dava pra fazer, dai ele virou dois cantero pra mim (AGRICULTORA,02).

Percebe-se que as mulheres não possuem uma dimensão total das atividades que desempenham, nem o tempo demandado por tais atividades domésticas. E mais ainda, que não dividem, em nenhum momento, as atividades realizadas por elas.

As práticas cotidianas na propriedade são desempenhadas pelas agricultoras como algo fácil, simples de ser realizado. Tal fato pode implicar a não valorização e reconhecimento individual do que está sendo realizado por elas.

Verifica-se ainda, que o ambiente rural, através das tecnologias, mudou a forma de trabalho ao longo das últimas décadas, *o trabalho rural passa a ser visto como algo fácil de ser feito*, como nos relata ainda a agricultora 02:

Na roça a gente não tem serviço mais. Antes a gente tinha que planta, capina e hoje em dia não se limpa mais. Inchada a gente não tem mais, só se tem inchada pra horta e [...] pra rapar os esterco na estrebaria(AGRICULTORA 02).

Sobre o volume de atividades realizadas e a intensidade das mesmas, a agricultora 01 apresenta um olhar um pouco diferenciado da agricultora 02. Embora a fala esteja fragmentada, ela aponta uma percepção sobre a dinamicidade do rural e suas práticas de trabalho: “De domingo a domingo. Todos os dias têm atividades pra fazer” (AGRICULTORA 01).

Percebe-se que a agricultora compreende suas práticas como sendo repetitivas, ou sem momentos específicos para o lazer ou outras ações. O fato de estarem em poucas pessoas na propriedade e a grande demanda de trabalho faz com que o rural pareça para ela cansativo, ou represente ainda de certa forma um *aprisionamento*, visto que todos os dias a família precisa estar à disposição da propriedade e da cultura agrícola desenvolvida na mesma para que possam, então, ter qualidade de vida, ou ainda ter sustentabilidade na e para a propriedade.

Em outro momento, a agricultora 03 nos dá uma dimensão, não apenas das atividades que desempenha, mas ainda sobre o quanto de tempo à mesma investe para as atividades.

Normalmente de manhã até meio dia é só pra fazer bolacha e embalar, segunda, terça, quarta e quinta, dá pra contar até quinta né, porque é quase a mesma coisa. Depois daí tem almoço, que aí normalmente quem cozinha é o [...], porque eu gosto de parar quando eu terminei que tá tudo em ordem, daí eu paro. Que normalmente ele tá por aqui mesmo, e ele cozinha melhor do que eu. Porque ele não tem preguiça de nada, nem de sujar nada. E como é eu que lavo eu já penso, eu não vou fazer isso porque vai dar uma trabalhadeira. E ele não, daí é ele que cozinha. Mas lava loja, roupa. E aí de tarde às vezes vem estende roupa, limpa cozinha, limpa tudo. Dobra roupa, guarda roupa, mas a tarde ainda eu termino ali, porque sempre fica alguma coisa, ou eu encaminho pro outro dia. Então mais ou menos assim, normalmente assim. De 4 da manhã às 7 da noite, mais ou menos é o horário assim, quando eu paro mesmo, é 06h30, 07 hora. Então dá pra dizer que de sete da manhã até 3 da tarde é em função de bolacha. É claro que u não vai lar a loja as 4 da tarde, mas vamos supor que fosse é mais ou menos isso. Depois é tipo, 5, 6 [...] às 4:30 da manhã até as 3 da tarde tu pode pensar que é praticamente só naquilo ali. Daí eu levanto cedo, porque tem que rende. Se não rende não adianta. E daí eu so praticamente sozinha né [...] Dai eu

levanto as 4 , faço tudo as massa, abro tudo as massa a mão, porque eu não tenho sovadera, não tenho nada, separo tudo, faço, tudo. E quando eu to pronta, que ai já é quase 05h30 dai eu chamo o [...] porque aí eu vou passando no cilindro e empurrando pra ele bota nas forma pra mim. Daí nisso ele senta na minha frente ali e faz. Tudo aberto, tudo as forma, aí ele vai faze o café e eu vô assa (AGRICULTORA 03).

Aqui se pode perceber o trabalho conjunto com o marido, sendo que a gestão das atividades a serem realizadas é feita por ela. O estereótipo ou o condicionamento relacionado à divisão das atividades e seus direcionamentos a partir do gênero, não seguem o padrão socialmente direcionado. Além disso, percebe-se uma extensa rotina, e um processo de organização e direcionamento das atividades. Aqui a agricultora relaciona o trabalho desempenhado por seu esposo como ajuda. A transferência da forma de tratar o trabalho desempenhado nas atividades domésticas como ajuda, ocorre por parte da mulher para o homem. Reafirmando o pressuposto social de que os trabalhos relacionados à atividade doméstica são tidos como ajuda.

Outra situação a ser analisada está relacionada ao fato de que, mesmo o esposo tenha tarefas específicas no processo de produção de panificados e demais produtos que a agricultora comercializa na feira ou em outros espaços e formas de comercialização, este trabalho aparece para a mulher como sendo a ajuda dele no processo de produção.

Ao contar quando passou a desenvolver atividades rurais e falar sobre as práticas que eram desenvolvidas na propriedade, a agricultora 03 traz constantemente *o uso do EU*, como sendo ela a realizadora daquela atividade. O trabalho familiar desempenhado nas ações que ela aponta, embora existindo a participação também do esposo, não é transferido para sua fala.

Em quinta eu faço pão. Eu faço bolo. Alguma outra coisa, tipo broa, bolacha salgada, quando eu não dô conta até quarta-fera. E na quinta feira, de tardezinha, eu to com tudo encachotadinho assim (AGRICULTORA 03).

Neste contexto, não conseguimos trabalhar de forma separada. As atividades desenvolvidas e o tempo que as agricultoras levavam para realizar as atividades na propriedade. Tal divisão, não aparece em forma numérica, o que nos possibilita evidenciar que as agricultoras não contabilizam o tempo investido nas atividades da propriedade, sendo que em todas as propriedades pode se perceber que, sem exceção, todas desenvolvem atividades domésticas. Assim, os relatos que seguem, tratam do tempo que as agricultoras dispõem para desenvolver as atividades, e quais atividades elas relacionam como sendo realizadas por elas.

Olha eu, a gente acorda assim bem cedo, mais cedo que pode [...] 5h30 – 6h00 a gente já tá acordando [...]. Daí a gente começa. Temos o hábito do chimarrão de manhã cedo. Depois a gente parte [...] pra função. Eles cuidam como nessa época

[...] tratamento da parreira já tá terminando, a gente já vai programando pra safra [...]. Tem muita programação e eu cuido também do lado das conservas [...] chimias, geleias. O que a gente produz aqui na [...] propriedade a gente consegue fazer tudo em chimia geleia[...] suco também. Isso aí tudo cabe pra mim fazer [...] (AGRICULTORA, 06).

Umás 4 horas, tanto de manhã quanto de noite [...] ajudo a tirar leite, daí, lavo a ordenha faço mais umas coisas, ajudo a tratar o terneiro quando precisa. Primeiro era eu que tratava. Agora é o D [...] que faz já uma parte (AGRICULTORA, 01).

O relato da agricultora 01 trouxe de forma muito forte e repetida o seu trabalho e suas atividades, como ajuda. O modelo de organização do trabalho dentro da propriedade, e ainda o fato de, na propriedade as atividades serem desempenhadas por ela, seu esposo e seu filho, podem influenciar de forma direta a partir do modelo cultural de organização familiar e poderíamos relacionar ainda como o modelo de comportamento feminino a qual a mesma foi ensinada. Esta teve sua base escolar em um colégio religioso, onde os padrões de comportamento e discurso feminino estão pautados em um modelo de superioridade masculina. Tal relação já não aparece de forma tão expressiva nos discursos da agricultora 06, embora a mesma tenha um mesmo modelo de organização da família, com marido e filho na propriedade. Porém sua referência escolar é distinta.

Já a agricultora 02, passou a administrar sozinha a propriedade após o falecimento de seu esposo. Pode-se perceber que ela traz de forma bastante expressiva para si a responsabilidade das atividades desempenhadas na propriedade. Ficou bastante visível que, embora seu filho tenha vindo para a propriedade para desempenhar as atividades produtivas de forma mais expressiva, devido à avançada idade da agricultora, o processo de tomada de decisões é fortemente pautado por ela, embora compartilhe com o filho. A relação de seu trabalho como ajuda, apareceu em alguns momentos de nossa fala, porém nos representou ter uma maior autonomia.

Olha, às vezes de manhã não dá tempo nem de sentar um poquinho. Porque se eles saem pra roça e eu tenho que lavar o galpão e tudo, eu chego a entrar aqui pra dentro, já tá na hora de começar a comida. Aí eu passo a vassora na casa, limpo um pouco, ajeito um pouco, não sobra nada [...] De tarde de novo. Só que de tarde, a gente não lava o galpão, a gente só tira os esterco. Só lava de manhã. Daí tira as ordenha, eles tem de lavar toda vez com bastante produto. [...] Vai pra roça, fazer os serviço da roça e eu venho pra casa fazer os serviço da casa, arrumando a roupa, fazendo o que tiver de fazer em roda de casa (AGRICULTORA 02).

Ao final do relato da agricultora 06, pode-se observar que ela aponta para um processo de divisão sexual do trabalho, sendo que para ele, existem atividades que somente as mulheres conseguem fazer.

Olha, isso aí tem certas atividades que pra mim não compensa eu tá fazendo. Que por exemplo, no tratamento da uva, isso aí é mais com os homens. Aí nós cuidamos também. Ajudamos no porão na cantina né e eu acho assim, que é muito bom dividi aí depois, quando chega o momento bom, eu to precisando de alguém que vem me ajudar a gente vai entrosando né, vai dividindo o trabalho né, mais é muito prazeroso. É bom sim, tem coisas que só a mulher consegue fazer não envolve o marido o filho né, assim né, mais no mais todo mundo tem que dar uma ajuda (AGRICULTORA,06).

O processo de divisão sexual do trabalho vai sendo descortinado à medida que as agricultoras vão falando um pouco mais de suas rotinas. Em algumas entrevistas, quando questionadas de forma direta, quanto à existência de trabalhos destinados a homens e mulheres na propriedade, elas nos traziam a resposta de forma negativa. No entanto, ao relatarem as atividades e suas rotinas de trabalho, suas respostas passam a ser contraditórias, ficando fortemente visível que existem diferentes formas de divisão do trabalho, que implicam no gênero e na idade.

A agricultora 08 aponta que não contabiliza o tempo de trabalho diário na propriedade, uma vez que, segundo ela:

Olha, isso não sei nem te responder certo, porque a gente levanta de manhã e vai trabalhar. Tem dias que entro para dentro de casa cedo, assim umas 06, 07 horas, mas tem dia que a gente entra 09, 10 horas da noite né. As vezes a gente entra e tem trabalho dentro de casa. Tem trabalho para fazer, coisa assim, então, mas não temos um horário definido, né. [...] Bom, tirando a casa, também, então levanto, a gente toma café e vai trabalhar. Agora to um pouquinho diferente, né, mais assim, se não a gente vai, ele vai trabalhar, eu deixo alguma coisa encaminhada para o almoço, daí eu volto, faço o almoço lavo uma roupa, coisa assim, de tarde vou de novo para roça. Bem de tardinha, a gente faz, ele me ajuda também de noite fazer as coisa dentro de casa, que precisa, mais na verdade, vai e vem para casa, para as coisa da casa né (AGRICULTORA 08).

Não há uma divisão de tempo para realização das atividades do lar e as demais atividades: “Não, a gente faz na maneira que a gente consegui fazendo, né, às vezes eu dedico mais horas para casa, mais por trabalho na rua né, indiferente, assim da maneira que dá que fica melhor” (AGRICULTORA, 08).

Já na propriedade 07, percebe-se que como há uma divisão das atividades da propriedade e um regime diferenciado de gestão da propriedade, a agricultora consegue elencar aproximadamente a quantidade de horas trabalhadas:

Ah dá umas 4 horas mais ou menos pras atividades da casa né [...] mãe, assim entre almoço e outras funções, mais aí, o restante é [...] assim bem dividido. Assim, dia mais pra agroindústria mesmo e pra empresas de fora eu faço, eu já procuro fazer mais [...] no final da semana, tipo sexta, sábado, às vezes até em domingo, agora na safra de janeiro, fevereiro e março é domingo direto. Pra empresas de fora, pra eu não tira tanto tempo da agroindústria, aqui do pai sabe, que eu ajudo bastante ele aqui, então eu procuro fazer sábado e domingo fora, pra não [...] prejudica aqui o rendimento aqui (AGRICULTORA 07).

Como existe uma relação de pagamento pelas horas trabalhadas, há uma preocupação da agricultora com as horas de trabalho empenhadas. Abrindo aqui novamente um olhar para a quebra dos pressupostos, nos chama atenção, às transformações que vem ocorrendo no rural, na busca de alternativas para a permanência dos filhos nas propriedades.

A agricultora 05 traz suas atividades de trabalho, como sendo algo natural. E relata, de forma minuciosa suas práticas relacionadas à atividade da piscicultura.

A minha função é financeira, é compradora, é fazer a logística, vamo dizer assim ó, porque tem muito material que a gente pega fora, nem pega aqui no Rolante, então isso, agora a gente já conseguiu via transportadora. As coisas vão se organizando né, então essa é a minha função, por exemplo, outra coisa, se dá um problema no peixe, hoje a gente tá com dois funcionário, um funcionário fixo e um que quando precisa ele entra, mas questão de análise de água, se dá um problema, graças a Deus a gente já conseguiu um estágio que não da mais problemas, porque muita noite a gente já virou na beira dos açudes controlando água, controlando peixes, faz uma coisa faz outra, tentando entender o que tava acontecendo, porque o peixe não é o gado que tu ta olhando ali e tu ta vendo que ele ta remoendo e que ele ta bem, o peixe não, ele te dá sinais, mas tu tem que conhecer né, então, nessa questão muito de laboratórios, assim aí eu entro direto. Hoje já não precisa mais tanto assim, porque a gente já...já pegou um estágio que, um equilíbrio, que tudo é um equilíbrio né, a gente já consegue que não da esses picos, esses altos e baixos, que tu não sabe o que tu vai fazer. Graças a Deus pelo menos, que de vez em quando aparecem coisas novas que tu não sabe, tu vai ter que bater cabeça até entender o que que é né (AGRICULTORA, 05).

O mesmo não acontece na propriedade 11, repetindo-se o não contabilizar quantas horas por dia, a agricultora trabalha nesta propriedade: “Não, não, a gente tá só aqui em casa daí, tu trabalha até tudo tá pronto e daí deu”. Observa-se que para esta agricultora, o fato de a mesma estar aposentada e em função da idade não desempenhar diretamente funções ligadas ao trabalho da lavoura, contabilizar o tempo dedicado ao trabalho que desempenha dentro de casa, é entendido por ela como desnecessário.

A agricultora 01, por sua vez, afirma que homens e mulheres têm as mesmas responsabilidades e tarefas na propriedade. “Eu acho que todos os dois poderiam fazer, mas eu penso assim. Eu venho de lá, eu venho pra casa, eles tem o serviço deles adiante. Eles não é só aquele tirar leite, eles tem que ir pra roça, eles tem que arrumar, fazer a comida pras vaca, e aí como eles vão fazer lá e aqui. Não tem como” (AGRICULTORA, 01).

Cabe chamar atenção para o processo de divisão do trabalho incutido em seus dizeres, quando a agricultora fala “eles tem o serviço deles”. Neste mesmo contexto, nos cabe um olhar para as formas como esta agricultora vê o seu próprio trabalho, nas demais atividades da

propriedade, limitando de certa forma o trabalho por ela desenvolvido. Quando após tirar o leite junto com os demais, ela vai para a casa desempenhar as demais atividades, como lavar a louça, roupa, varrer a casa, fazer o café, preparar o almoço, organizar as coisas da casa, preparar o leite para o queijo, ricota, entre outras atividades. Porém, ela aparentou ver tais atividades tão importantes quanto a dos demais membros da família, mas atribui todas estas atividades como sendo de sua responsabilidade. Embora, diga entender que os homens poderiam fazer como ela fica em casa mais tempo, devem ser estas atividades desempenhadas por ela.

Já a agricultora 10 traz sua rotina de trabalho e descreve um pouco das funções dos demais membros da família, como se dão as práticas de trabalho na propriedade. Aponta ainda para o processo de divisão sexual do trabalho. O que chama atenção, é que pela primeira e única vez em todas as nossas entrevistas, uma agricultora traz um pouco de seus medos e suas qualidades quando fala sobre quais fatores fazem com que ela não vá para a roça e ainda sobre ser organizada, trazendo este último como uma qualidade sua.

A minha rotina é assim, ó. Na safra a gente levanta, acorda as cinco e meia, até dou assim uma ajeitadinha e vamo pra roça. Voltamo onze, às vezes até onde e meia. Aí faço o almoço, duas hora nós já temo indo de volta e voltemo umas cinco e meia seis hora. Aí nós vamos lavar a laranja. Essa é a rotina assim, ó. [...] se você chegar aqui pra almoçar às vezes [...] vai comer ovo frito. [...] porque, se tu quer fazer um almoço bom tem que preparar tudo. Às vezes vamos até dez, onze hora lavando laranja e encaixando. [...] a parte das mulheres, na safra eu colho, [...] e depois lavamo e selecionamo. Isso não tem hora pra dormir. Precisa tantas caixa pra amanhã de manhã. Nos colhe durante o dia, nós nunca conseguimos exceder pra no outro dia olhar, bom hoje nós não precisamos. E assim, ó, faça sol, faça chuva. Agora tu não vai me ver na roça no dia que tiver trovejando e relampiando. Não vou. [...] desde que eu sou colona, na roça [...] a nossa vida é mais preciosa que outra coisa. [...]. No final de semana é os dias que a gente mais trabalha, porque aí aproveitamos o [...] (*filho - grifo nosso*). Segunda e terça a gente faz as coisas mais devagar. [...] Não é uma coisa tão. O pesado é a gente carregar os baldes. Onde eu alcanço eu pego [...] eu colho a parte de baixo. [...] (AGRICULTORA 10).

Quando questionada sobre o café, almoço, atividades domésticas, a agricultora aponta que isso é tarefa sua.

Ah, isso é minha. Não adianta. Ele chega, toma o banho dele, né. É típico marido, né. Mas agora, nesses últimos anos, que nós temos sozinho em casa, que a C [...] não vem mais almoçar, daí às vezes ele arruma a mesa, sabe. Mas ele ta vendo que se não der uma mãozinha eu não descanso meio dia. [...] neste horário do meio dia, nós chegemo onze e quinze, [...] aí, se eu deixei roupa na máquina eu vou e estendo a roupa, aí enquanto eu cozinho eu lavo louça, eu já lavei mais uma maquinada, [...] e antes de sair eu estendo. Então não é fácil. É muito cansativo. [...] mas assim a rotina é muito difícil. Eu acho que não vai ter uma mulher que não vai te dizer isso. Mesmo, olha. Eu sou organizada. Eu deixo de noite. Eu vou dormir tá tudo arrumadinho, tudo ajeitadinho. Mas no outro dia de manhã, é cama, [...] e assim a única regra que aqui em casa vale é, o último que levanta arruma a cama. [...] Porque imagina, dá qualquer problema, vai alguém no quarto, não. [...] Eu sou muito organizada. Não tem nada fora do lugar. Então, a organização me ajuda. E na safra

da laranja a mesma coisa. A gente levanta as cinco, toma o café. E eu vou pra roça já. [...] se a gente se organiza, pra dona de casa fica fácil. [...] É cansativo, mas se a gente se organiza fica fácil. Eu não troco por nada. Eu adoro essa minha vida na roça. E olha que eu nasci numa cidade. Eu fiz cursos. Eu pintava tela. [...]. As pessoas que me visitam me perguntam se eu não tenho saudade, de quando eu expunha meus quadros. Eu até digo, olha eu tenho, mas hoje minhas mãos estão tão pesadas que eu tenho que cuidar. [...] Eu fiz uma opção de vida. [...] É uma opção que eu tenho e que eu gosto muito (AGRICULTORA 10).

Sobre a administração do tempo e o processo de tomada de decisões na rotina da agricultora 10, observa-se que, embora eles sentem juntos para discutir, a decisão final é do esposo.

Assim ó. É o M [...] (*esposo- grifo nosso*). Mas isso a gente já faz de noite. O que nós vamos fazer amanhã? Ah, amanhã nós vamos fazer um roçado, ou vamo limpa [...] uma criação, a cerca tava podre. Isso tudo nós fizemo. Porque se tu vai pagar tudo na colônia, tu não tira dinheiro. Então ó, esticamo arame esta semana eu e ele. Cerca eu também ajudo a fazer. Aí eu disse pra ele. Eu só quero dois dias, porque eu quero capina minhas rosas [...]. No fim, vai uma manhã de enxada [...] (AGRICULTORA 10).

Ao contar sobre o processo de tomada de decisão para as atividades que são realizadas e o tempo usado, a agricultora nos trouxe um pouco da sua rotina semanal, através das descrições: lavagem das laranjas para entregar, cuidado com as rosas, o boi que havia se soltado e que por isso tiveram que esticar uma cerca. E relata um pouco do trabalho que desenvolvem durante a entressafra, para cuidar da propriedade e do cultivo da laranja, dizendo que: “quando termina a safra a gente tem serviço até os últimos fios de cabelo” (AGRICULTORA, 10).

Sobre a renda, a agricultora 10 relatou que desde o dia que foram morar na propriedade, todos os investimentos e recursos que vinham para a propriedade estavam destinados às laranjas. Relatava que sua casa não estava do jeito que ela queria, então, desde o último ano, o filho que é quem administra os negócios.

Na propriedade 06 é possível observar que as práticas de trabalho desempenhadas pela agricultora, são atividades voltadas ao manual e a práticas domésticas, como no caso dos doces e seus derivados, estão tipicamente ligados ao trabalho do cozinhar. Ao ser questionada sobre quem era responsável pelas atividades da casa, a agricultora fala sobre a dificuldade de encontrar pessoas para compartilhar esta responsabilidade, porém, não relaciona este trabalho com dos demais membros da propriedade:

É tudo comigo, tudo comigo, também, porque a gente não encontra mais. Sabe, aí é faxina, é almoço, é lavação de roupa, é tratar os bicho, né. Tudo isso aí eu assumo. E a horta, muita verdura eu colho, muita verdura, tanto que a gente não compra nada, nada, porque eu acho assim, por se a gente agricultor a gente tem que cuida

este lado muito, muito, muito atenção porque eu não gosto de usar [...] nada [...] pra combate a [...] não uso fungicida, não uso herbicida aonde é plantada área pra alimentação. Da agricultura, eu acho assim, fundamental não usar tanto que se fosse pra planta pra expor produtos assim na casa da colônia como [...] a gente colabora lá com eles e eles muito com a gente também. Eu acho assim, que se tocasse um dia pra eu planta pra eles eu já mais pensaria de usar esses veneno né, porque quera ou não quera o ser humano depende de uma boa alimentação. Isso parte desde a cultura desde a maneira de cultiva. Pudera se todo mundo pudesse de ter um produto bom né não vou pensar só aqui pra não eu penso lá pra que tá consumindo [...] (AGRICULTORA 06).

A fala da agricultora 06, sobre o cuidado com a segurança alimentar, aparece quando a mesma relata as práticas relacionadas ao cuidado com a horta. Ela expõe sobre a importância das práticas de cultivo das culturas que estão na horta, estar ligada ao cuidado com a alimentação. A agricultora fala ainda de outras atividades que desempenha e do horário em que encerra as suas atividades, sendo que a mesma chega a desempenhar até 16 horas de trabalho por dia.

Bom né, primeiro a gente pensa assim, o que tem por fora pra ajuda pra limpa né. O pátio muito grande a gente lida com turismo, aqui também então, a gente tem que tá sempre focando ao redor da casa. Tudo e ajudando. Olha, eu levanto muito cedo e aí a parte da manhã é dedicado pra lavagem de roupa, faço a comida. Aqui a gente tem a mão de obra assim, não permanente né. Mais uns daí a gente tem que oferecer o almoço também di meio dia. Aí ao meio dia eu almoço eu depois eu lavo a louça. Eu, depois eu vou descansá. Uma meia hora é sagrado. Eu deito, esqueço. Que ai eu levanto e pra mim me desliga do meu trabalho. Olha, eu vou até umas 9 e meia 10 horas da noite (AGRICULTORA 06).

É interessante observar a importância que a mesma traz para o horário de descanso entre todas as atividades que desempenha. É como se ela precisasse todos os dias daquele momento para segurar a extensa rotina de trabalho. O esquecer é permitir-se estar naquele momento que ela entende que também é seu, assim como atribui a ela o lavar a louca, fazer a comida, também é seu aquele momento de descanso.

O cuidado com a *segurança alimentar* está presente na agricultura familiar desde sua origem, e, segundo Stropassolas (2004), é a mulher quem assume este trabalho no rural e por conta disso, é uma sabedora das práticas de segurança alimentar, fazendo com que suas práticas e saberes sejam repassados de geração em geração.

A *horta*, que em muitas propriedades é vista apenas como um espaço garantidor de alimentos saudáveis para alimentar a família, é uma das fontes de renda da propriedade. Tem-se como padrão, embora não possamos generalizar, um pressuposto de que este *espaço na propriedade é da mulher*. No entanto, quando passa a gerar a troca de alimentos da horta com vizinhos ou a venda do excedente, aos poucos o espaço passa a ser assumido pelos homens.

Não contabilizo. Mais, que chega no fim do dia e tu ta cansada tá. [...] Na manhã, uma meia hora vinte minuto, levo pra molha as flor. Isso tenho certeza. [...] Recolhô ovo é duas vez por dia. Vai trata, depois faiz almoço. A tarde é bem cumprida [...] Acho que levo uma hora pra dexta tratado o bicharedo tudo. Umaz duzenta galinha. E assim vai indo, tudo solto no terreiro, por isso essa procura por ovos uma loucura, nada chega. [...] Ai o trato delas (*das galinhas*) tu faz em casa. Quando eu colho, o suficiente é de casa. Agora já tô comprando, porque o milho termino que nois colhemo. Ai eu boto a terça parte da ração, e o resto é só milho. Milho em grão, pra não te muito produto junto mais eles tão solto no campo. Só vem pra casa pra ponha e sai voando de novo. [...] Quando eu entro pra dentro da cozinha eu já aproveito e vou fazer o requeijão, [...] ricota [...] já aproveito pra arruma a casa e daí já da pra inclui tudo naquela rotina, se não a gente anda muito sem rumo e quando eu vou pra rua que eu vou pra planta flor e essas coisa, daí eu já tomo banho, mais é a tarde. Porque se não, não dá [...] não combina com a manhã porque se não entra na cozinha e sai da cozinha, não. E então eu dexo as atividade da tarde só pra rua (AGRICULTORA 04).

A organização das atividades que serão desempenhadas é apontada pela agricultora, como primordial para que as atividades por ela desempenhadas, apresentem resultados, e as horas de trabalho sejam melhor aproveitadas. Atualmente, na propriedade, estão apenas ela e o esposo, desempenhando atividades agrícolas e o cultivo de flores, a principal fonte de renda da família. Transpareceu que foi a primeira vez em que a agricultora se questionou e/ou foi questionada sobre a quantidade de horas por dia que eram utilizadas pela mesma para desenvolver atividades dentro de sua propriedade, e mais ainda, quantas e quais seriam as atividades que ela desenvolve. As práticas e o cuidado com as coisas da propriedade são trazidos na conversa de forma muito espontânea. São saberes que muitas vezes nos parecem que por elas mesmas não são visibilizados. É como se as atividades de rotina fossem comuns a qualquer outra pessoa e/ou ambiente e que por isso não aparentariam valor ou importância.

Sobre a divisão das atividades na propriedade e os processos de tomada de decisão, pode se observar que existe ainda uma expressiva carga das relações do patriarcado e do processo de dominação masculina sobre a gestão das propriedades e o processo de tomada de decisões.

Quando questionadas sobre como se dá à divisão das atividades na propriedade, embora algumas apontem que o processo acontece de forma coletiva, existe um direcionamento para atividades tidas como masculinas e feminina, dado pela coordenação do marido, filho ou pai:

É o meu esposo que define. Que nem as partes dus sucos que sou, eu que controlo os horários e ele cuida mais das partes das colheitas” (AGRICULTORA 09).

Isso é o J [...] (*filho*) que faz. É que o D. [...] (*marido*) muitas vezes não tá em casa não ajuda, vai atrás de criação doente, daí é ele que administra (AGRICULTORA 11).

Em algumas propriedades as agricultoras apontaram que o processo de definição do trabalho e do tempo a ser investido para o desempenho das atividades ocorre de forma coletiva.

Na verdade, qui nem eu te disse, trabalha bem em parceria né. Então a gente vê o que é prioridade. Sempre juntos né, para definir o que a gente vai fazer hoje né. Hoje a gente precisa que sabê carpir. Vamos carpir mais se a gente decide juntos sempre. Ninguém define, a hoje tu vai lá fazer aquele serviço sempre a gente define junto (Agricultora, 08).

As agricultoras ao serem questionadas sobre quais mudanças as mesmas percebem em relação ao processo de desempenho das atividades no meio rural, em especial na agricultura familiar, apontam para as transformações do modo de produção, a renda e redução do trabalho manual, além de uma quantidade maior de tarefas realizadas.

Hoje na verdade [...] mais oportunidade. [...] Poder aquisitivo ficou melhor, né. Dentro da propriedade rural, né. Faz bastante diferença, porque a gente conseguiu se equipando com o tempo. Um dia é uma coisa. Um dia, outra. Passos pequeno, mas sempre para melhorar, né. Para diminuir o trabalho, facilitar os trabalhos que a gente tem. É só nós, né, então fica. Os serviço são bem bastante. A gente sempre precura uma coisa que possa fazer com algum equipamento, coisa assim, para que aqui a gente consiga a ter atendimento de trabalho e para que fique menos trabalho né (AGRICULTORA 08).

A agricultora destaca que o fato de terem na atualidade maior poder aquisitivo, possibilita que comprem novos equipamentos e que estes possam substituir a mão de obra empregada para a realização das atividades, visto que, o que a preocupa é estarem em poucas pessoas na propriedade e terem diversas atividades para realizarem.

A agricultora 07 aponta que entre as principais mudanças está a forma de organização da propriedade e o novo olhar sobre o rural:

Na verdade, a organização é a primeira delas porque antes era eles que desempenhavam bem as funções. Só que da mesma forma que desempenhavam bem, não tinha organização, um cronograma do que fosse feito naquele dia. Ia fazendo e conforme ia mudando, ia tendo alterações ou ia tendo rendimento, as coisas iam sendo decidida. Hoje, não. Hoje tu já consegue pré-determina antes o que a gente vai fazê naquele dia. O rendimento médio que a gente vai tê. Quantas pessoas a gente vai precisá pra desenvolver aquela atividade. Sabe, já é bem mais organizado e isso facilita. Tanto o trabalho do dia quanto o da semana. E do tempo que a gente tem. Sabe, tudo fica bem mais fácil que a gente consegue concilia. Daí o trabalho nas três etapas, na safra e mais a casa né. Que pra administrá 15 pessoas trabalhando é meio difícil. Assim mais, assim no grito sabe. Mais sendo organizado é bem mais fácil e rendimento também é melhor (AGRICULTORA, 07).

A agricultora 07 aponta que com as novas tecnologias foi possível formas de otimizar o trabalho, garantir maior qualidade ao produto, reduzir o trabalho manual e pesado. Além disso, a agricultora aponta para a importância do planejamento dos investimentos para que não haja endividamento, visto que os rendimentos rurais não são fixos e, dependendo da atividade desempenhada, a família não tem mensalmente valores recebíveis:

Não, a gente tinha equipamentos antes só que eram equipamentos antigos, mais a como menos rentabilidade sabe as panelas de suco. Por exemplo, eram de 18 quilos aí a gente tinha 6 panelas de 18 quilos que a gente começava a trabalhá as 5 da manhã e aí até as 11 da noite pra te um rendimento de metade do que a gente produz. Hoje num dia que a gente tem panela de 80 quilos. A gente começa as 6 da manhã e vamos até umas 8 horas da noite, 9 até que termina de engarrafa. Então tinha uma produção bem mais sacrificada. Bem menor do que a gente tem hoje, então isso também né, ganho né investimento que a gente tá pagando ainda até hoje mais assim a questão de rentabilidade é bem maior né a gente age o rendimento é bem maior. [...] A gente vem ampliando cada ano. A gente tem que investindo em alguma coisa em equipamento ou em um tanque de armazenamento i o prédio em si também todo ano a gente tem que fazer. A gente não tem capital parado sabe, a gente tem sempre um capital investido i eu acho que tem que se assim porque se a gente para, a gente fica pra traz na questão de qualidade, na questão de competitividade, então isso já foi um ganho bastante grande tanto que esse ano a gente fez este prédio do lado que a gente precisava pra te um armazenamento [...] vasilhame [...] garrafas de caixa di [...] uva em si pra estoca em dia que chove a gente não tinha antes então todo ano a gente vai fazendo um investimento novo porque é necessário. Só que ao mesmo tempo ir controlando porque todo investimento [...] é caro te envolve dinheiro ou as vezes mesmo financiamentos. Mesmo mais tu tem que tê consciência do que tá fazendo pra também não se afunda né porque da mesma forma que é fácil tu consegui um financiamento a agroindústria é como é pequena é fácil de tu consegui ti afunda também né sabe ou perder o controle por que tu não tem uma renda fixa um valor fixo mensal e as vendas são bem variáveis também né. [...] diminui a carga horária porque também tu não ti sacrifica tanto [...](AGRICULTORA, 07).

No que se refere às mudanças na forma de desempenhar as atividades no trabalho rural e as transformações do rural, a agricultora 03 traz algumas de suas lembranças e considera a importância dos Programas Federais de acesso a renda, o uso de tecnologias e ainda a maior comodidade, referindo-se ao fato de que o município de Rolante hoje, oferece maior infraestrutura para atendimento às demandas do rural e das demais necessidades das famílias.

Ahh, eu acho que mudou muita coisa né [...]. Porque eu me criei até quando eu sai de casa, naquela...hoje em dia tudo é mecanizado né, hoje me di tu não[...]hoje se fosse hoje como era na época do meu pai, do meu vô, que isso aqui começou com o meu vô né. Quando minha mãe casô e ficô morando aqui, ahhhh. Era tudo com animal, era tudo com boi na carreta, boi pra arado, era engenho a boi. Esse galpão aqui era um engenho a boi. Aqui bem no meio tinha um engenho com 3 moenda deste tamanho, onde se fazia chimia, melado, né. Era tudo assim. Hoje em dia não tem mais nada disso! Hoje em dia não se capina mais nada né [...], na época era capinado, tu tinha que planta milho, aduba milho, tinha que limpa milho, era tudo

assim. Eu lembro que eu e o [...] não pego mais essa faze, pelo menos eu não me lembro. [...] di tarde ir pra escola, e di manhã nós, cada um tinha seu baldinho. E nós ia aqui assim atrás ó, era tudo roça de milho perto do rio, aqui na frente também, nós ia aduba milho, era, o vô pegava um carrero, eu pegava um, a mãe pegava o outro e o [...]pegava o outro, cada um com um baldinho, e né, ia botando os punhadinho, nos pés de milho, e o pai vinha com os boi, com aqueles aterrador e fechando né, e dai tinha que i lá e enche o baldinho, hoje em dia não. Hoje em dia tu põe as coisas tudo na máquina e vai embora, não precisa de mais ninguém pra fazer nada, tu sozinho faz, hoje tu sozinho faz! Pra fazer cerca hoje não se usa mais pá praticamente, tem um troço lá, nós temo dois aqui que eles dois toque ta aberto o buraco, pra fazê, na época eu tava em casa meu pai tinha que fazê de pá né, di di cavá de pá, tudo tudo, assim...então mudo muita coisa, melhora muita coisa, sem conta di di incentivo, di Pronaf, que que naquela época era mais difícil, eu me lembro assim de vê o pai e o vô indo a Taquara que aqui não tinha banco, de o pai e o vô indo no banco do brasil em taquara fazer os financiamento, pra comprar o primeiro trator que foi um tobata daqueles que era moderníssimo na época, foi tudo feito por Taquara, es perdiam um dia quase, né, pegava o ônibus, ia a Taquara, hoje em dia, se bobear tu faz na internet, né, tu tira teus financiamentos é a internet, alguma coisa (AGRICULTORA 03).

Cabe ressaltar ainda que a agricultora destaca a importância das agências financeiras do município ofertar crédito para os agricultores, e enfatiza a importância do programa de crédito rural. A agricultora falava com entusiasmos das mudanças que percebeu no dia a dia do meio rural ao longo dos anos, desde sua juventude até os dias atuais.

Ao relatar sobre as práticas de trabalho de seu pai e avô, lembrava ainda de como era sua rotina junto com eles. Sentada em uma cadeira, na mesa tomando chimarrão ia mostrando através de gestos os lugares da propriedade em que as coisas eram realizadas, e contando sobre suas formas. Parecia estar vivendo novamente aqueles momentos do passado. O sorriso estampado em seu rosto nos dava a dimensão de quão importante estava sendo para ela trazer aqueles momentos.

A agricultora ressalta a importância das *transformações do rural*, para que se possa desempenhar um maior número de atividades. Traz também como destaque, as influências destes novos equipamentos:

Ahh, rende né [...] rende. Tu vai, claro que a gente não vende semente, não planta feijão pra vende, mas que nem o leite por exemplo, rende muito mais. Tu consegue fazê uma roça de milho pra uma silagem muito mais rápido, né [...] Tudo. A máquina que ordenhas as vaca, num instantinho tu ordenha dez vaca de leite né. [...] Sem dúvida nenhuma que influência muito. Nossa! (AGRICULTORA 03).

A agricultora 01 faz referência, neste processo de mudança, aos investimentos que foram realizados na propriedade para compra de novos equipamentos. Ela aponta para o fato de que estes novos equipamentos, são importantes, porém há maior demanda de atividades, visto que o tempo para o desempenho de algumas atividades pode ser reduzido e a quantidade de atividades da própria propriedade, pode ser ampliado:

Mudou, porque primeiro era tudo lavrada com arado de boi. A terra era tudo preparada com boi. Aí faz uns 10 anos que a gente comprou o primeiro trator (pergunta para o esposo para confirmar). Às vezes, e antes a prefeitura, algum particular vinham fazer algum serviço para nós, mas muito pouco, mas antes era tudo com boi. E aí depois começou, quando compramos o trator aí ficou bem mais fácil. Mais rápido a coisa. Preparar a terra mais fácil. Compro o trator, uma plantadeira, e aí fomos comprando de acordo com as finanças permitiam. Né e hoje temos como carregar esterco pra roça. Temos o distribuído de esterco seco. Tem o outro lá que o esterco da vaca vai com a instrumeira líquida, que a gente lava as cochias que vai pra roça, pra plantação. Tudo melhorou, porque primeiro era tudo com a força humana né. Não tem mais tempo livre, porque aí vai mais rápido e eles inventam mais coisas. E o Daniel sempre arruma uma coisinha a mais pra fazer. Então na verdade mudou no sentido assim. Mudou, vai mais rápido, eles também. (AGRICULTORA 01).

Cabe ressaltar que a agricultora 01 relata outras transformações do rural a partir do olhar sobre a sua propriedade:

Mudou que nem o dia e a noite. Até tem uns quadro ali que foi tirado. Era o galpão velho caindo. Quando dava uma chuvinha a gente se molhava mais lá dentro mais do que na rua. Bá, mudou muito, mudou 100%, mais que 100%. A casa era uma casinha de madeira, [...] faz uns 3 anos que a gente veio pra essa aqui. Primeiro a gente investiu lá, né. Daí as pessoas diziam bá, ao invés de fazer casa tão fazendo galpão? A minha casa tava boa. Ela tava feia por fora, mas tava boazinha por dentro. Não chovia dentro. Dava temporal que na outra não chovia. Esta aqui dá temporal já chove dentro. Aí o [...] dizia assim: não temos que construir lá de onde vem à renda pra depois fazer o resto. Porque lá não tinha mais condições. Tava péssimo, lá. Tava dando muita mão de obra que nós tinha uma cocheira cumprida, assim. Nós tinha um resfriador lá no canto. Mas isso era no fundo. E nós tinha que carregar na época, isso que o caminhão não encostava lá, nós tinha que carregar o leite tudo aqui pra frente com tarro. Daí a gente procurou a melhorar para ficar mais fácil, pra gente não fazer tanta força. Aí fizemo ali, o caminhão encosta na porta. Já melhoro bastante. (AGRICULTORA 01).

Visto que o esposo estava adoentado, a entrevista foi realizada na sala da casa com a agricultora, sobre o ouvir curioso de seu esposo sentado na mesa tomando café. Para falar destas mudanças na propriedade, em diversos momentos ela olhava para ele, como se ele precisasse autorizar ou confirmar tais falas para ela. Ela olhava pela porta da frente da casa, para o novo galpão que foi construído, o qual ela faz referência em sua fala, e gesticulava, tentando fazer com que eu, mesmo sem ter ido naquele espaço antes, ou depois de ter melhorado, percebesse como ele era e como ele estava agora, e parecia querer que vibrássemos com ela, tais melhorias. Porque em seu rosto estava a serenidade e a alegria de falar das mudanças.

Percebe-se ainda que, para as atividades leiteiras, o acesso a novas tecnologias minimizou de forma bastante expressiva o trabalho manual antes desempenhado por todos os

membros da família. Possibilitou ainda, a ampliação do número de animais leiteiros, ampliando os rendimentos da família, sem a necessidade de aumentar o tempo de trabalho.

A agricultora 04 também salienta que o uso de equipamentos que contribuam no menor empenho de tempo para realização de diferentes atividades, faz com que a propriedade torne-se sustentável financeiramente, além de proporcionar melhor conforto para o desempenho de atividades ligadas ao trabalho:

Eu acho pra mim, mais confortável planta flor do que trabalha na roça, batê feijão, essas coisa. Tu não tem retorno só a roça né. Claro, aquele tempo um hequitar de milho, mais tudo a base de trator né, a gente aluga o trator da prefeitura e daí pra fazer as coisa, mais se fosse manual não pagava o serviço (AGRICULTORA 04)

A agricultora 02 ressalta que as mudanças no rural também contribuíram para ampliar o volume de atividades desempenhadas. Além disso, possibilita melhorar a qualidade de vida, a saúde dos membros da família e a adoção de novos modos para a realização de determinadas atividades.

Ah, mudô muito porque a gente não precisa mais ir tanto. Só na época de silagem que tu precisa ir no rigor do tempo, se não tu não. Eu não vou mais assim no sol como eu ia. Diminuiu muito, nessa época agora a gente sempre faz as reforma, os milho ainda tão plantado, botado ureia, tem de esperar até a hora da silagem, não tem o que fazer. Mas aí tu tem que fazer arrumação, limpa os potrero. Sempre tem serviço (AGRICULTORA 02).

A agricultora 09 destaca a redução da mão de obra para realização das atividades e ainda a possibilidade de manter os filhos na propriedade. Segundo ela, não seria possível permanecer no rural com os filhos, se não houvesse as mudanças que ocorreram. Isso destaca-se a partir da observação dos relatos da agricultora quando relaciona o emprego da tecnologia com uso de novos equipamentos:

Desde quando a gente começou, foi no porão de casa né, daí hoje a gente já tem a cantina, tem a fábrica de sucos, nós fazia o suco, tudo tirando os granvinhão as mãos né na que lá época. A gente tem esse outro equipamento que é uma alcina de sucos. Diminuiu na mão de obra também. Quando precisava de uma 8 pessoas, hoje com 3 pessoa a gente trabalha ali. I se não fosse também a gente não conseguiria ter os filhos aqui né. Teria ter que sair (AGRICULTORA 09).

A agricultora 06 relata as mudanças que percebe no meio rural, relacionando ao processo de tomada de decisões, o acesso à escolaridade e às formas de organização e convívio familiar:

Tanto na determinação da casa tudo, o sim assim mais era do pai né, e os filhos então trabalhavam e pai determinava, ele dava, ele, por exemplo, ele comprava, comprava desde as roupas pra filhas mulher, ele gostava. Ele compra a gente não tinha aquele não eu não quero. Totalmente diferente de hoje em dia. É aquilo que a gente ganhava a gente tinha que usar né então eu acho que mudou muita, muita, muita coisa, mais era a maneira que eles tinham né, di ser, aquelas épocas lá e de hoje em dia tem muita diferença. O jovem hoje, ele tem mais liberdade, ele vai compra o que ele qué. Ele usa o que ele gosta né, e aquelas épocas lá não era assim, mais eu, eu, sabe, eu tenho muita coisa boa, muita lembrança boa, assim que eu aprendi a trabalhá, trabalhar, aprendi a economiza, a dá valor sabe, melhor coisa que o meu pai me ensinou e isso aí é a minha mãe é a humildade eu acho. Assim que a pessoa que não tem humildade, ela ta deixando certos lados de ser feliz isso eu aprendi. É a melhor coisa que tem. Pode crescer na vida, mais não esqueça o lado a família com quem ti criou. Eu não estudei né, eu não pude estuda na minha época eu tive 4 -5 anos estudando num colégio ali na areia né, onde eu me criei até os 18 anos. Eu vivi ali, então eu estudei das 7 as 12. Não tive grau de estudo, nenhum, né, mais eu acho assim, que o dia a dia da pessoa, ela sabendo se organiza é uma escola eu to aprendendo até hoje e vou continua aprendendo por que hoje em dia o jovem passa pra pessoa de mais idade experiência que a gente não adquiriu. Então acho isso gratificante. A gente tem um filho aqui, ele tem ideias novas de como faze e a gente tem que senta e tem que conversa e tem este lado. Tem a nora que é uma pessoa inteligente. Bastante inteligente. Então, ela tudo ajuda na criatividade né tem que muda lá alguma coisa tem que faze é melhor, porque não né e eu acho isso uma coisa muito boa (AGRICULTORA 06).

Outras mudanças apontadas pela agricultora estão relacionadas à *rotina de trabalho*, empenho de mão de obra e o uso de equipamentos, que para ela, auxiliam no processo de produção. A possibilidade de adquirir equipamentos também para casa e as facilidades de conforto que estes proporcionam. A agricultora fala também sobre a importância que teve para a família, a energia elétrica:

Olha facilitou bastante com a entrada da energia elétrica né agente foi adquirindo principalmente ali também na cantina né uma vez era u travaso do vinho que tem uma época quando o vinho quando ele tem passa por um processo de de como é que eu vou te dizer quando ele vai madurecendo ele precisa um certo cuidado especial agente faz a higienização da pipa agente tira o vinho de uma passa pra outra faz a higienização ali também é muito cuidado então eu e o meu marido agente fazia isso ali de noite normalmente ele trabalhava fora numa outra cantina e eu ficava em casa junto com os pais dele o meu sogro e a minha sogra nos trabalhando no geral aqui ele vinha embora de noite né ele fazia aquele trabalho e eu ajudava la eu lembro que uma vez eu quase cai de uma escada que eu peguei no sono trabalhar bastante de dia e de noite continua não é fácil mais então quando veio a energia agente foi melhorando compramos uma bombinha fomos equipando o que precisava agente foi adquirindo lá também e pra dentro de casa a primeira coisa que agente comprou foi uma geladeira uma televisão agente foi comprando dentro do possível né fomos comprando e depois fomos indo a melhor coisa que agente pode trabalha e tendo o conforto também né. Bom tem coisas que diminuiu só que com o com o trabalho aqui na como nos temos um ponto turístico também aumenta o trabalho sabe não é tudo ajudou mais o conhecimento do povo aqui pra cima quando eles conhece ele o turista vem ele que ser bem recebido agente tem que ter uma maneira de saber conquista também eles né e ele é gratificante pra gente então o trabalho em si de certa forma ele diminuiu no cansaço braçal por exemplo não é tanto como era uma vez dai por isso que eu penso assim trabalhar na colônia é bom pensa também de ter o conforto né é (AGRICULTORA 06).

Ainda, tratando das mudanças no meio rural, as agricultoras foram questionadas se consideravam importante o acesso aos eletrodomésticos, para o desempenho de atividades rurais e o que estes proporcionaram:

I Deus u livre se não tiver máquina de lava roupa nem pensa né ainda bem que a mãe sempre teve. Por assim a mãe é sei lá 20 anos acho que tem máquina de lava não vive sem a empregada né. Sem chance. E telefone deu uma melhorada, assim já foi bem complicado mais agora tá melhorzinho. Assim não tá 100% mais tá melhor e internet nem se fala se não tivesse internet aqui hoje eu acho que eu não ia nem tá aqui. Por que não ia consegui trabalha mais sem a internet. Até pra questão de comunicação, mais como pra regularização das empresas que eu trabalho. Pra parte burocrática, registros enfim, não ia ter como sabe então [...] facilitou muito (AGRICULTORA 07).

A agricultora 07 relaciona o acesso aos eletrodomésticos como facilitadores da vida no campo, bem como às novas tecnologias e formas de comunicação. Cabe ressaltar que a fala da jovem agricultora sobre o acesso à comunicação como um condicionante para sua permanência no campo. Destacando que, se na atualidade, a mesma não tivesse condições de ter acesso à Internet no meio rural, este seria um dos principais fatores que implicariam sua saída deste espaço.

A agricultora 03 fala também sobre a compra da máquina de lavar roupas, e coloca que hoje ela é um dos utensílios fundamentais para que a mesma possa desenvolver as demais atividades na propriedade. Segundo a agricultora, se não fosse a máquina de lavar, sua produção de biscoitos estaria comprometida, porque ela teria de lavar as roupas à mão e não conseguiria atender sua demanda de produção.

Ahh, quando eu morava em casa não tinha né, né [...], eu casei e depois de cinco anos eu tive a [...], bem depois que eu tive a [...] eu comprei minha primeira máquina de lavar roupa. Ah, sem dúvida, que nem agora ta lá, ta lá minha máquina cheia de ropa lavando se...eu to aqui conversando contigo [...] De manhã eu vo lá encho a máquina e venho pros meus biscoito. Só vo lá quando tá pronto. Tu imagina se eu fosse pro tanque esfrega aquilo? Ai, adeus biscoito, né. Por que os biscoito esperam, mais a ropa suja sabe como é! (AGRICULTORA 03).

A agricultora 01 fala sobre o que proporcionou a compra e uso do fogão e da geladeira. Esta última, com destaque para o cuidado com os alimentos, prospectando aqui a segurança alimentar.

Mais lógico que mudou. Quando a gente casou a gente não tinha geladeira. Não tinha fogão a gás era só fogão a lenha. Não tinha máquina de lavar roupa. Maquina de lavar roupa eu levei anos para comprar. Uns 16 anos. O [...] era piquinho quando eu comprei a máquina de lavar roupa. A geladeira também, a gente demorou para

comprar. Porque naquele tempo era difícil, não era que nem hoje. Nós vendemo uma junta de boi pro açogue pra compra a geladeira. E era mais difícil, porque naquele tempo ninguém vendia nada financiado, tinha que ser tudo a vista, né. E era difícil geladeira, quando nós casemo era um ou outro que tinha geladeira. A a carne a gente tinha que comprar uma vez por semana, comprava e tu tinha que fazer ela logo. O máximo que durava era um dia. Ai, tinha que joga, comprava uma linguiça, ovo, era por ai. Não é que nem hoje e se vivia igual, as coisas geladas não tinha nada. Há facilita, porque dai tu tem o freezer. Tu coloca a carne ali. A hora que tu quer fazer tu vai lá e tira descongela e tá ali. Hoje em dia tu tema geladeira tu pode conservar teus alimentos, é lógico que é muito mais fácil hoje (AGRICULTORA 01).

A agricultora destaca sobre a dificuldade em adquirir a geladeira. O acesso ao crédito, na época, não era tão facilitado como nos dias de hoje: “naquele tempo ninguém vendia nada financiado”. Ela destacou que venderam uma junta de bois para comprar a geladeira, e isso nos transmitiu que era uma família bem estruturada financeiramente, mas que esta aquisição era um grande investimento. E ela reforça isso quando traz, que “quando nós casemo era um ou outro que tinha geladeira” (AGRICULTORA 01).

A agricultora 04 aponta para a facilidade que os eletrodomésticos trouxeram para realização das atividades do dia a dia. E reflete sobre a forma como era o trabalho no período em que a sua mãe não tinha acesso a estes equipamentos.

Ah nisso ai o conforto entrou né a máquina de lava roupa tem que ter conforto junto senão. [...]A máquina fais, por exemplo ela lava a roupa enquanto eu posso fazer minhas outra atividade. Se fosse que nem o tempo da minha mãe que tinha que fazer tudo a mão eu acho que não sei que ia fazer um terço das coisa. Não ia consegui. Porque ajuda tu bate, vamo dizer que fosse uma manteiga tu bate na batedera em quinze minuto tu feis um quilo de manteiga. Ou nem bem isso, né. Bate a nata que sobro que tu tem sobrando em casa tu fais a manteiga a gente consegue vende. Agente vende tudo na casa da colônia então é uma coisa, né. Uma coisa agrega a outra né. A gente planta aipim também né o aipim pro gasto, batata doce pra pode[...] né. Pra te pro consumo dos bicho pra próprio consumo também (AGRICULTORA 04).

Já a agricultora 02 fala sobre a dificuldade que tinha para lavar roupa quando não possuíam máquina de lavar e que tal prática precisava ser desempenhada no rio. No tanque a gente tinha água encanada, as vezes no verão a gente ia pro rio. Botava as coisas na bicicleta e ia pra lá. Mas era difícil. Lá não dava. Na Fazenda Passos era muito longe, mas aqui dava. No verão a gente gostava de ir lavar roupa no rio, botava no cascalho esquentava (AGRICULTORA 02).

Também para a agricultora 09, a realidade se transformou, uma vez que a máquina de lavar: “Ajuda a máquina. É uma Maria como se diz. Muito bom!” (AGRICULTORA 09).

4.1.3.1 GERAÇÃO DE RENDA E PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES

No meio rural, o modelo de organização social atribui a homens e mulheres papéis diferenciados. Tal modelo é explicado por Scott (1995) como sendo questões de gênero construídas as relações de poder. Tais relações estão arraigadas em muitas estruturas familiares, que por sua vez, atribuem às mulheres funções inferiores à dos homens. Isso implica as formas de acesso à renda, bem como nos processos de tomada de decisão em especial no meio rural.

A importância dada às atividades no meio rural em sua maioria pelas mulheres implica primeiramente em geração de renda. Assim, abordaremos as percepções das mulheres sobre as atividades que elas desenvolvem e quais elas atribuem que são geradoras de renda.

Sobre as demais atividades que desenvolvem a agricultora respondeu primeiramente à atividade principal, e quando questionada sobre as atividades que a agricultora familiar desempenha, a mesma fez relação de seu trabalho como ajuda: “Só o leite. [...] Eu ajudo na roça eu faço as coisas” (AGRICULTORA 02).

Ao ser questionada, se considerava que tais atividades geravam renda, a Agricultora 02 fez relação com o que ela não paga e o que ela paga. Sendo que a agricultora apontou considerar que todas as atividades que ela desempenha são geradoras de renda: “Gera renda, porque eu não preciso gastar, não preciso pagar ninguém pra fazer, eu faço. Faxina eu já gasto, já não é renda. E demais, eu faço tudo” (AGRICULTORA 02).

A agricultora 01 também fez menção à principal atividade produtiva da família: “É o leite. Leite, algum gado que a gente vende. É o que dá a renda.” Quando questionada se as coisas que ela fazia com o leite, dentro de casa, eram importantes para a renda da família, ela aponta: “É lógico, é tudo da mesma da mesma profissão. Um gera o outro né” (AGRICULTORA 01).

Já a agricultora 04 afirma: “Renda, renda, acho que é plantação de flor e criação de galinha, das vaca, eu também tento o que sobrou de leite faço a ricota ne não vai nada fora e o soro do leite ainda vai pros pão tudo é aproveitado” (AGRICULTORA 04).

Quando questionada se as atividades domésticas geravam renda ou não, a mesma respondeu: “Não, ela não se pagam”. Tal resposta evidencia que a agricultora 04 atribui os processos que geram renda na propriedade, somente àqueles que apresentam resultados financeiros em espécie monetária.

Na propriedade 06, a agricultora também teve como principal referência a atividade produtiva da propriedade. Sua preocupação estava centrada ainda em não depender apenas de sua aposentaria, e que sua contribuição financeira para a propriedade precisava vir de também do empenho de seu trabalho na propriedade. Parece-nos, que para a agricultora ter valor dentro da propriedade, é necessário um rendimento financeiro por este trabalho.

A nossa função aqui na verdade é o vinho né. É o carro chefe. Eu vou fazendo essas conservas, ah, né. As geleias, as coisas tudo pra colaborar. Porque eu não posso ficar aqui só trabalhando nisso. Tenho qui, alguma coisa também, tenho que fazer pra. Sou agricultora aposentada então eu não posso depender só da minha aposentadoria, né. Eu tenho que procura fazer alguma coisa a mais pra trazer um lucro também pra. (AGRICULTORA, 06).

Quando questionada sobre as atividades domésticas, a agricultora 06 afirma categoricamente que:

A horta sim. Mais no mais, assim o trabalho da mulher na casa. Ali é só um. Tu faz eu faço desmancho faço e [...] é aquilo né toda dona de casa sabe que é isso ali. Não vai te trazer renda nada mais [...] No geral, assim, a horta né, até por exemplo, este ano colho o feijão pro gasto é tudo uma coisa assim que eu mesmo vou produzindo. Depois milho [...] filho também traz alguém aqui pra trabalha. O meu marido também então eles ajudam a gente. (AGRICULTORA, 06).

A agricultora aponta ainda para o, refazer das atividades domésticas, onde ela precisa sempre estar refazendo as atividades. A horta é de sua responsabilidade, assim como o plantio de algumas culturas produtivas que contribuem para a alimentação da família e para o trato dos animais, como no caso do milho. A agricultora aponta ainda para o trabalho de outras pessoas na propriedade em períodos de safra, o que aumenta o volume de trabalho desempenhado por ela na propriedade, visto que são mais pessoas para as refeições do dia.

Na propriedade 08 também foi apontada como atividade geradora de renda, a cultura produtiva: “Na verdade [...] da uva [...] com o processamento. A gente processa para vim esses sucos né. Esta é nossa renda na propriedade” (AGRICULTORA, 08). Chama atenção ainda, o fato de ela colocar que “nossa renda”, retratando aqui o processo de coletividade e de organização familiar, típico do formato de organização da propriedade. Cabe ainda um olhar atento para o fato de que nesta propriedade estão apenas a mulher, o esposo e os filhos pequenos.

Quando questionada se as atividades domésticas e a horta eram geradoras de renda, a agricultora 08 deu destaque especial ao trabalho desenvolvido na horta e seus resultados financeiros para a propriedade. Segundo ela, praticamente nenhum tipo de verdura é comprado pela família durante todo o ano. Assim, para ela, o fato de não precisarem

dispender dinheiro da família para comprar os alimentos que ali são produzidos, faz com que aquela atividade seja geradora de renda.

Considero, porque a gente sempre faz uma colocação. Se a gente for analisar tudo que a gente tira da horta, a gente nunca compra nada de verdura. Coisa assim do mercado, muito raramente, é só coisa que não são da época. Às vezes que a gente quer ou se não, nunca compra nada da horta no mercado. Isso é uma renda bem grande, na volta de um mês, num ano [...] (AGRICULTORA 08).

O reconhecimento das atividades que geram na renda na propriedade, foi conforme o primeiro questionamento feito. Ficou centrada na resposta sobre a principal atividade produtiva agrícola. Como encontramos no relato da Agricultora 09.

Suco de uva. Que a gente consegue uma renda mais. [...] Também né, é pouca coisa. Que a gente tá mais forte hoje em dia é o suco. (AGRICULTORA 09).

Esta agricultora, durante todas as suas falas, procurava ser muito direta. As informações eram trazidas sem muitos detalhes, embora estivéssemos apenas eu e ela. Quando questionada sobre as atividades geradoras de renda, a resposta mencionada foi de acordo com as demais.

A propriedade comercializa sucos e vinhos no mercado local e, diretamente na propriedade, onde a estrutura é bastante convidativa e organizada para recepção dos turistas. No local onde realizamos a conversa, dentro de uma grande Pipa de Vinho, ela nos mostrou as conservas, o queijo, as geleias. Todos os produtos feitos por ela e comercializados na propriedade, porém a renda da família na propriedade, para ela, vem da produção do suco, não considerando aqui, a atividade primária, propriamente tida na propriedade. Sobre as demais atividades que ela desempenha, em especial a doméstica, a agricultora não as reconheceu como fator gerador de renda: "As doméstica não né, porque a gente não tem salário ali né" (AGRICULTORA,09).

Algumas mulheres acabam percebendo valor no trabalho desempenhado por elas no espaço doméstico, quando se deparam com situações em que precisam contratar alguém para realizar tais trabalhos, mesmo que temporários. Embora algumas mulheres entendam não haver geração de renda quando elas desenvolvem as atividades domésticas, em outros, esta relação do pagamento torna factível. Como traz a agricultora 11.

Bom pelo menos o que entra fica e se a gente paga alguém pra fazer, tu tem que paga e também já cobram bem bastante pra fazer as faxina. Até agora não precisei, mais certo que com o tempo vou ter que arruma alguém que faça a faxina também (AGRICULTORA 11).

A agricultora 10 aponta que considera um somatório das atividades que ela e o esposo realizam em casa, como geradores de renda na propriedade. Porém, cabe destacar que esta também considera em primeiro plano as atividades agrícolas da propriedade.

Não, eu acho que é um somatório de coisas porque se ele vai entregar peixe ele precisa di nota. Tem que ter quem tira, sim alguém que si eu preciso tá com essas coisa prontas. Então é um somatório de coisas. Então eu não posso dizer que a minha nota sem o peixe, também não, né. Então, dessa forma eu preciso compra ração, isso não vai me gerar renda entendeu, única exclusivamente né mais é um com somatório de coisas (AGRICULTORA, 05).

Na propriedade 07, as atividades geradoras de renda estão também, para a agricultora, ligadas à atividade produtiva, mas neste caso aparecem também as atividades domésticas. Cabe, neste caso, considerar o fato de que a agricultora desempenha atividades de consultoria fora da propriedade e a família tem um regime de participação financeira diferenciada que implica rendimentos financeiros, incluindo as horas de trabalho empregadas para a realização de atividades domésticas:

Ah, o maior retorno que a gente teve até em função da minha formação acho que é a produção do suco. A fábrica de suco em si é um fruto desse resultado, porque depois que eu me formei, no ano da minha formação, foi que a gente mudou radical. Assim, mudou totalmente a produção do suco, então isso, já foi em torno de 50 por cento da nossa renda foi ensina do suco, então já é um ganho bastante grande pra mim, principalmente por te tido influência nossa, sabe. [...] Considero também (*as atividades domésticas*), porque na verdade, eu ganho além da parte de enologia que eu recebo mensal pela responsabilidade técnica, eu trabalho por dia pra ele, aí eu recebo por dia minha carga horaria é aquela independente do trabalho que eu vou desenvolver, eu vou tá recebendo pela carga horária que eu vou tá trabalhando, então, se for na cantina, se for na agroindústria de suco ou se for na atividade doméstica, ou eu cumprindo o meu horário, eu vou tá recebendo igual, então pra mim gera renda sim. (AGRICULTORA, 07).

Já no que se refere à renda e ao processo de tomada de decisão sobre seus usos, cabe destacar sua importância para as mulheres agricultoras. Na propriedade 11, a agricultora aposentada aponta as mudanças em relação a quem pertence o dinheiro na propriedade e quem faz a gestão, e, diz considerar importante o acesso da mulher a recursos financeiros para que tenha autonomia nas tomadas de decisões:

Ele ganha um dinheiro bom. Assim como veterinário e eu só com aposentadoria [...] Aqui o dinheiro é do meu marido, às vezes ele me dá o dinheiro que entra, assim, das coisa ali. Mais o meu dinheiro, o dinheiro da aposentadoria é meu. Os primeiros tempos eu até ficava em casa, entregava o dinheiro pra ele e daí, de repente, eu vi as outras mulheres. Não, eu fico com esse dinheiro, faço o que eu quero. Pensei, mais eu vou também fazer isso. Daí comecei ficar com o dinheiro, se

falta roupa pra comprar, eu compro, faço rancho. Se tem outra coisa dentro de casa pra comprar, eu compro também, mesmo sendo à prestação. Primeiro ele ficou meio assim, porque já tava acostumado, mais não disse nada, e ficou. Agora eu tô com esse dinheiro sempre, mais a gente consegue casta um pouco, eu sempre deixo no banco, R\$ 200, R\$250, eu dexo. O resto levo embora porque vem u dia que tu precisa dinheiro [...] faz bem pra tudo mundo te o dinheiro por si, não tem dinheiro nunca, nunca, tu é um zero a esquerda. É um ninguém, só trabalha i i não tem benefício, mais este dinheiro veio muito bem pras mulheres esta aposentadoria bá(AGRICULTORA 11).

Quando questionada sobre se o dinheiro da aposentadoria era importante para ela, com um sorriso no rosto ela respondeu, trazendo a importância da aposentaria não apenas para ela, mas para todas as mulheres. A agricultora trouxe ainda, em sua fala, as questões ligadas à autonomia feminina, quando falava sobre as formas que ela administrava o dinheiro de sua aposentadoria, onde gastava e como ela se sentia depois que não repassou mais o valor de seu salário para seu esposo, pelo fato de não mais precisar pedir dinheiro a ele para comprar as coisas que ela gostaria e ou precisava.

São relações bastante importantes de serem avaliadas, visto que em alguns casos, as mulheres, mesmo tendo rendimento financeiro advindo de suas atividades ou de sua aposentadoria, têm seus recursos administrados pelo esposo ou pelos filhos.

Neste contexto, passa a ganhar expressividade, a participação feminina no processo de *tomada de decisões*, onde, segundo Tonial (2013), as mulheres passam a integrar as reuniões, cursos de formação, atividades de debate sobre legislação e estruturação das agroindústrias como forma de garantir maior valorização do produto e sustentabilidade no meio rural através das atividades agrícolas. Assim, as mulheres passam a ter voz no processo de condução das propriedades e são vistas de forma mais igualitária.

A Agricultora 03 aponta que em algumas coisas a decisão é única e exclusivamente tomada por ela, e em outras, eles reúnem o conselho. Um fato a ser observado em relação ao conselho da família, é que a própria agricultora diz que em algumas coisas não toma decisão sozinha, porque se algo der errado ela não quer se responsabilizar.

Nas minhas coisas, nas coisas que eu faço, biscoitos, minhas conservas, meus mumus, eu é que mando, como diz o outro, quem manda nas minhas coisas sou eu! Eu que tenho meus custos tudo direitinho, eu sei quanto eu ganho em cada pacote de bolacha, tudinho e lá na no leite é mais o C [...] e o C [...] e pra preço assim quando for pra vender uma vaca, vender uma novilha ou comprar alguma coisa [...] a gente conversa [...] só passa se passar pelo conselho [...] conselho, que é eu, meu marido e meu filho, porque se nós trabalhamos de três, eu acho que se é pra investir em alguma coisa, tem que ter a concordância de três né? Então, se nós sentar e chegar à conclusão que não dá, e tem que ser assim [...], porque se tu fizer, se eu for fazer uma coisa grande sozinha e dá errado, todo mundo paga junto comigo, né, eu não vou assumir as consequência sozinha, que vai respingar em tudo entende, então, não acho justo, e o meu filho é que nem eu (AGRICULTORA 03).

Cabe destacar que no caso da agricultora 03, embora parte da renda da casa e a coordenação das atividades venha das atividades prospectadas por ela, outras são assumidas pelo filho e pelo esposo. Porém, o processo de tomada de decisão é coletivo, com um misto de “justiça e igualdade”, mas ainda de insegurança ou de uma cobrança diferenciada sobre seu processo de tomada de decisões. Isso tudo transmitiu uma sensação de que as decisões que ela toma, não podem dar errado e por isso ela compartilha.

Já a agricultora 01 aponta para um processo coletivo de tomada de decisões, mas de forma mais expressiva no que se refere aos investimentos da propriedade. Onde há uma partilha das demandas, necessidades e possibilidades para que cada membro possa se posicionar, porém, a agricultora fala que o que diz respeito ao processo de produção e a organização do que tange as atividades agrícolas da propriedade é de responsabilidade do marido e do filho. Assim, embora a mesma integre as atividades de trabalho para além de seu espaço doméstico, nos pareceu que a mesma não possui autonomia e/ou participação nestes temas.

Não, coisa de roça é mais com eles. E quando é pra comprar alguma coisa a gente sempre é junto. Em tudo a gente se conversa. Mas, há eu vou plantar isso, vou plantar aquilo isso sempre é com eles (AGRICULTORA 01).

Na propriedade 09, a agricultora apontou que o processo de tomada de decisões, embora seja participativo, tem sempre o parecer final do esposo, sendo ele quem coordena as atividades, investimentos e demais demandas voltadas à propriedade. “A gente dá a opinião né. Mas ele que decide” (AGRICULTORA 09).

A agricultora 07 aponta o processo de tomada de decisões para as práticas de trabalho, bem como dos investimentos da propriedade, sendo definidos de forma coletiva pela unidade familiar:

Ah na verdade a gente decide meio junto assim, claro que a primeira ideia vem do pai né, que é ele que determina a o que a gente vai fazer. Hoje isso i isso daí a mãe diz não, a gente precisa fazer alguma coisa primeiro, então é em conjunto sabe, acaba sendo um conjunto não tem mais aquela historia de decidir sozinho o que que vai ser feito vai sendo junto as coisa. [...] É tudo, tudo, é feito em conjunto uma vez sim logo no começo era tudo individual assim a gente só trabalhava e o pai que decidia o que que ia fazer quanto ia investi onde ia gastar o era separado sabe hoje não hoje já até não se por que ele ficou doente um tempo e teve que abrir mão disso tudo e a gente assumiu, ai a gente acabou pegando uma parcela bastante grande em responsabilidade de compromisso em cima disso sabe, mais hoje já tá bem mais aberto assim hoje ele não faz mais nada sozinho sabe sem pergunta a opinião da gente o sem saber o que agente acha sabe então tudo é resolvido em conjunto já não tem mais esta divisão assim (AGRICULTORA 07).

A tomada de decisões na propriedade 04 tem a participação do casal que considera importante sua participação neste processo.

Nós mesmo, em conjunto, uma mão lava a outra. As decisões a gente toma junto o que é melhor o que não serve, o que não dá lucro né, pra gente não fica naquela dúvida se vale a pena fazer um tal negócio a gente toma a decisão junto. [...] Isso ai não tem não, sou feminista, mais né mais, eu acho que a mulher tem que participar não da pra deixar por conta de jeito nenhum (AGRICULTORA 04).

O acesso das mulheres à renda, embora tenha mostrado algumas evoluções e contribuições para o processo de autonomia feminina, não é garantidor desta. Visto que, embora a mulher contribua para a geração de renda nas propriedades, tenha atividades geradoras de renda direta a partir do trabalho desempenhado por ela, ou ainda que sua renda também esteja sustentada na aposentadoria. Quando esses itens são relacionados com o processo de tomada de decisões sobre investimentos, compras e outros temas relacionados à renda na propriedade, a palavra final está na figura, ou nas figuras masculinas da propriedade.

A agricultora 08 reconhece a importância da agricultora familiar e destaca a participação das mulheres em todas as atividades da propriedade.

É, se eu olhar para dentro eu posso responder. Digo, dentro da minha propriedade eu acho bem importante né, porque teve o passado grande que a mulher era, vivia mais para cuidar dos filhos, das casa né, assim porque as famílias eram maiores né, mais hoje, dentro aqui da comunidade se ve que a mulher bem dizer pega pareio na propriedade né, cada um no seu certo mais assim eu acho bastante portante (AGRICULTORA 08).

A agricultora 02 fala também sobre a sua história e as transformações do rural que possibilitam seguir na agricultura e as relações que eram construídas com a família, que a fazem considerar importante sua profissão.

Pra nós, é muito mais gratificante. Não precisamos mais ir tanto no rigor do sol, mais. A gente faz tudo mais na hora. Nos não plantemo mais as coisas que plantava naquela época. Era feijão, era aipim, era trigo, era milho, era arroz. Plantava de tudo. Dai tem atividade o ano inteiro na roça. Uma hora é colheita disso, outra hora é colheita daquilo. Até batata no começo a gente plantava quando era com meu pai. Mas aquilo depois de casado nós fizemos poco. Eu acho importante porque eu me criei na roça e eu acho que ajuda muito, i Deus o livre. Dá ânimo pra pessoa. O marido sozinho, a mulher sozinha. Eu acho que é muito mais gratificante ajudá. Um ajuda o outro. Ele me ajudava em casa eu ajudava ele na roça. Ninguém tinha nada separado. Era tudo o mesmo barco. Se eu precisava, eu nem precisava pedir, se eu precisava eu pegava eu gastava, um tinha confiança no outro, não tinha problema. (AGRICULTORA 02).

A agricultora 09 considera que o trabalho feminino no rural é importante, e coloca sua percepção sobre estar no rural.

Eu acho o meu trabalho importante. Porque eu faço o que eu gosto também né. Que sempre tive vontade de ter uma fábrica de sucos. Então, para mim é uma grande coisa isso é (AGRICULTORA 09).

A agricultora 11 destaca a importância do trabalho feminino e manifesta sua preocupação com a permanência das mulheres no rural. E relata um pouco sobre a situação da sucessão familiar e suas interfaces, traçando inclusive um cenário futuro sem perspectiva de continuidade das atividades nas propriedades vizinhas.

Também olha aqui nos tamo morando num lugar e isso daí qui pouco eu acho que até vai termina. Eles lá tem um rapaz soltero em casa mais os dois velhos já tão velhos o outro que morava la em cima na ponte eles foram embora deixaram tudo ali a casa alias duas casas o filho fez uma casa boa i foi embora tá morando no rolante e daí o vizinho ali em cima eles ele ta bem ainda assim mais ela ela não pode mais daí também ela ta só em casa daí o J[...] ali é que vai a onde tem alguma coisa que eles não pode fazer o J[...] da uma mão mora ali adiante logo atrás da casa e aquela vizinha ali essa é uma soltera [...] (AGRICULTORA 11).

A agricultora 11 aponta que considera importante a mulher no meio rural e relaciona sua estada no meio rural a partir do trabalho desempenhado, trazendo aqui o trabalho da mulher como ajuda.

Eu acho que sim, porque olha, se é pros homens fazer tudo isso não dá também, acho que a mulher é importante pra ajudar fazer as coisa (AGRICULTORA 11).

A agricultora 06 destaca a importância da mulher pela sua diversificação e traz ainda sua admiração pelo trabalho feminino relacionado ao manuseio das máquinas agrícolas. Ela descreve a multifuncionalidade das mulheres no rural, quando questiono quais as percepções que ela tem do trabalho da mulher no meio rural. Coloca ainda que, a importância da mulher está no meio rural e em todos os lugares que as mulheres estão inseridas.

Chama atenção o fato de a agricultora relacionar a mulher como uma ferramenta para o homem. Talvez o fato de o trabalho no campo estar relacionado diretamente à mão de obra empregada, e no caso da agricultura familiar, todas as pessoas da família serem as propulsoras das atividades, havendo nas pequenas propriedades, limitações para uso de equipamentos, ferramentas mais sofisticadas para uso na produção. As pessoas se veem como ferramentas de trabalho. Poderíamos ainda trazer aqui as concepções do servir. Onde a mulher estaria no rural para servir o homem e aqueles aos quais ela entende estar subordinada. Assim, esta seria uma ferramenta de trabalho.

Olha eu vejo assim que a mulher na agricultura ela é tudo por que ela ela é assim ó o marido depende muito muito muito da mulher a mulher muito do marido mais u trabalho da mulher ele é mais diversificado como eu falei antes é dentro de casa é na rua é vendo ajudando controla é tudo eu vejo o trabalho da mulher uma coisa assim

fantástica essas mulheres agricultoras que vão pra agricultura no caso eu vejo pela televisão que tem mulheres trabalhando com trator né. Nós no nosso caso aqui se fosse pra depender de trabalhar com maquinário, agente tem agora um trator ali pra qui nossa é muito muito valioso pra trata a uva né então eu vejo assim eu fico me imaginando bom essa mulher ta lá em cima de um trator trabalhando ela ta cuidando lá ela ta pensando dentro de casa ela ta pensando lá tem os filhos então é mulher eu acho assim que não é só na agricultura mais em todo o setor né mais na agricultura o trabalho da mulher é fundamental é eu acho assim qui é a ferramenta mais valiosa que o homem tem é a mulher parceira pra trabalha na agricultura .Sempre tive sempre tive orgulho de ser agricultora porque foi a função que eu desenvolvi né eu muito eu não tenho vergonha de dizer que eu sou agricultora mesmo (AGRICULTORA 06).

A agricultora 03 fala sobre a valorização da mulher, evidenciando que cada vez mais este fator está mais aparente na sociedade. De acordo com a valorização que o espaço urbano tem dado para *as coisas do rural*, a agricultora exemplifica com ações do cotidiano, ou aquilo que ela considera ser específico do rural e que hoje é popularizado. Tais práticas ou saberes, ligados ao ambiente doméstico, como o caso da comida, passam a dar um novo olhar para o trabalho desempenhado pelas mulheres agricultoras.

Eu acho que tão, ahh, valorizadas, hoje em dia se dá valor pra isso, né, penso eu assim, não sei que palavra que eu vo usa pra te dize isso, mas eu acho que tá muito valorizado esse tipo de coisa, esse tipo de trabalho, que alguns anos atrás quase não tinha [...], assim...tipo.. [...] que faz as massa casera né, antigamente pra come massa casera tinha que faze em casa, né, hoje em dia tu vai no mercado e compra, eu acho muito bom! Acho que valorizo! (AGRICULTORA 03).

No que diz respeito à importância da mulher no rural, a agricultora 01 fala sobre as dificuldades para que as mulheres fiquem no meio rural, destacando as formas de trabalho e as oportunidades que são ofertadas e o nível de escolaridade, como fator de implicação para tais mudanças.

Hoje em dias as mulheres não vão mais pra roça. Elas não querem mais. Por aqui não tem mais ninguém. Eu acho que pra fazer o serviço que eu faço, eu acho que por aqui vai ter umas duas, aqui. É porque ela não querem. Eles têm que tá bonitinha. Tem que tá de unha arrumadinha e pra tu fazer este serviço tu não pode ter isso. E ai as mulheres de hoje não querem, e hoje em dia o campo de trabalho delas é outro. Eu me acho bem, sou assim como eu sou. E acho que eu to bem. Sim porque elas não querem estragar as unha, elas já vão no instituto de beleza em sexta ou sei lá quando. E ai tem que tá tudo, elas não querem mais é difícil quem vai enfrentar hoje em dia. As nova já não querem mais e mesmo porque elas tem um melhor mercado de trabalho que naquele tempo não tinha (AGRICULTORA 01).

Ao falar sobre como ela se sentia no meio rural, a agricultora olhou para ela mesma, para suas vestimentas, suas unhas, passou a mão nos cabelos, olhou em sua volta, falou com mais ênfase: “Eu me acho bem, sou assim como eu sou”. Parecendo querer nos mostrar que o que importa não é como as pessoas olham para quem está no meio rural, mas sim, como quem

está ali se sente. E de forma mais expressiva, afirmava que gosta de estar ali. Aquele é o seu lugar. É assim que ela que ser. Parecendo não se importar com a forma como ela possivelmente precisaria estar. Trazendo um misto de julgamento com sua própria personalidade.

A agricultora 04 diz que a propriedade familiar sem a mulher estará *falida*. Evidencia a importância da alimentação no meio rural e suas relações com o trabalho feminino. A motivação para o trabalho do homem e das pessoas que estão no rural. O preparo do alimento diário acontece de forma diferenciada, cuidadosa, quando é feito pela mulher. Trazendo aqui, as discussões à respeito da segurança alimentar e ainda do trabalho feminino ligado aos fazeres tradicionais.

Não, propriedade, vamo dizer familiar que não tenha mulher, se o home chega em casa não tem um almoço, não tem nada, ele perde o interesse, perde a graça na, no trabalho. A alimentação é essencial pra mim. Sempre foi, eu acho que é uma coisa que tu precisa pra apresenta um almoço, uma comida descente pra tu te vontade de trabalha o resto do dia, porque se tu não tem um pão de manha pra come, tu precisa talvez só come uma farinha uma coisa, termina teu entusiasmo pelo teu dia tu tem que começa o dia bem alimentado e te de tudo, tudo o essencial ao menos né pra tu pode te alimenta pra te vontade de trabalha (AGRICULTORA 04).

A agricultora 08 fala sobre a importância da mulher no meio rural e traz como exemplo o trabalho conjunto do sogro e da sogra. Seu olhar para a importância do trabalho da mulher não está voltado diretamente para dentro de sua propriedade. O trabalho da mulher é trazido por ela como ajuda, e tal ajuda possibilita que a propriedade seja estruturada, e a partir disso tenham outros resultados positivos.

Ai eu acho que fica difícil pelo os homens né. Tem que ter ajuda da mulher até porque o meu sogro ali e minha sogra sempre ajudou ele ali também a gente viu que eles também começaram do nada né. E ela sempre ajudando acho que é muito importante à mulher ajudar na agricultura (AGRICULTORA 08).

As percepções das agricultoras sobre a importância do trabalho desempenhado por elas nos apresenta um cenário de grandes desafios. A mulher, embora reconheça sua importância, ela não consegue se ver e se posicionar dentro deste universo. Permanece muito forte a concepção do trabalho feminino como ajuda, e as funções, fazeres e afazeres das mulheres permanecem ainda em muito, anônimas.

As atividades de trabalho representam uma gama bastante significativa, recheada de detalhes, técnicas, nuances, que muitas vezes, por serem feitas pelas agricultoras repetidas vezes, parecem não apresentarem-se como importante ou relevante para elas falarem destas

práticas. É como se a naturalização destes trabalhos, fosse visto pelas outras pessoas, com o mesmo olhar que elas veem.

No entanto, quando oportunizadas de falar, descrever, contar tais práticas para pessoas que demonstrem interesse sobre o assunto há um misto de sentimentos. Onde nos apontam o pertencimento e uma certa gratidão, quando estamos ali para ouvi-las.

5 CONCLUSÃO

Nessa pesquisa buscou-se colocar em evidência a dinâmica de funcionamento das atividades rurais desempenhadas pelas mulheres agricultoras familiares em Rolante, destacando nesse processo a análise do papel dessas mulheres no desenvolvimento local.

Pode se perceber que é recorrente na história, assim como observado no cotidiano das mulheres que compõe esta mostra, a subestimação do trabalho feminino. Tal subestimação acrescida do processo de inviabilidade ou não valoração do trabalho feminino no rural e no espaço familiar tem entre outras consequências à falta de autonomia e de empoderamento econômico.

Cabe ressaltar que embora tenha havido significativa importância, à luta dos movimentos sociais e sindicais para o reconhecimento legal da categoria da agricultura familiar como garantidora de direitos básicos para as mulheres agricultoras familiares nas décadas de 1990, não foram estes movimentos garantidores de total igualdade no meio rural e nos demais espaços acessados e ocupados pelas mulheres.

Tais lutas possibilitaram de forma contundente políticas públicas e adequação na legislação, o acesso à documentação, aposentadoria, auxílio maternidade e outras conquistas que possibilitaram avanços mesmo que em algumas esferas um pouco mais lentas. No que tange à visibilidade da mulher no rural bem como o trabalho por ela desempenhado, estando atrelados a este trabalho diversos outros fatores. Como ao processo de segurança alimentar, manutenção dos saberes tradicionais, garantia de preservação das sementes crioulas, bem como ervas e outros item relacionados à saúde e alimentação, estando estes historicamente sendo realizados pelas mulheres e depositado nestas o processo de preservação e manutenção.

Embora tenha havido nas últimas quatro décadas uma significativa redução da população rural, e em maior número o êxodo feminino, há em especial na última década, com a ampliação das políticas públicas rurais, e o acesso das mulheres ao crédito. Uma crescente transformação das atividades rurais que historicamente foram desempenhadas pelas agricultoras familiares. A exemplo, disso aponta-se o trabalho desenvolvido com a construção e/ou estruturação das agroindústrias familiares, além do turismo rural que é reforçado pelos diversos elos dessas cadeias.

Embora tenham ocorrido tais transformações, ainda está enraizada diversas práticas não legitimadoras do trabalho feminino e que fortalecem os espaços de inviabilidade dos saberes e dos afazeres das agricultoras familiares. Tais práticas estão ligadas ao patriarcado,

que infere no processo de sucessão e uso da terra. A centralidade masculina do processo de tomada de decisões.

A visão do trabalho feminino como ajuda. A falta de documentação para as mulheres do campo, que impossibilita inclusive o acesso a direitos básicos como saúde e educação, tendo implicadores ainda no que tange ao acesso a políticas públicas voltadas para questões de gênero no rural ou até mesmo no que tange o direito legal da posse de terras.

Fica evidente ainda que tais fatores e práticas em sua maioria são reafirmados ou naturalizados não apenas pela sociedade que institui e fomenta estereótipos e padrões comportamentais, mas pelas próprias mulheres agricultoras que naturalizam a reproduzem tais comportamentos.

Percebe-se ainda que no caso das agricultoras familiares de Rolante predomina o modelo patriarcal de sucessão familiar, a baixa escolaridade dos agricultores e em especial das mulheres na fase adulta e/ou da terceira idade.

Evidenciou-se ainda limitações no que tange o acesso a terra estando este pelas mulheres em sua maioria ligados a herança dos esposos. Sendo que naquelas em que o processo de acesso à terra ocorreu de forma conjunta através do ato da compra após o casamento ou da escolha de um novo modo de vida a partir do rural, como no caso das agricultoras que eram oriundas de espaço urbano, a sensação de pertencimento da terra foi apresentada de forma diferente com maior *leveza*. Das mulheres que integram esta pesquisa em sua maioria o processo de posse da terra se deu a partir do casamento, estando esta por sua vez ligada à figura masculina, ou seja, do marido.

Repete-se em Rolante o modelo nacional do êxodo rural, sendo que as mulheres em sua maioria saíram do rural na expectativa de novas condições de vida, acesso a educação ou ao emprego formal, sendo que tal movimento ocorreu com maior expressão entre as décadas de 1960 e 1980 com o advento do calçado. Além disso, a maioria das jovens que saem do rural contraem casamento com moços do espaço urbano, refletindo ainda neste cenário no aumento do celibato masculino rural.

Este movimento é percebido a partir da análise do número de jovens moços que estão nas propriedades que compõe esta mostra. Os filhos homens em idade de trabalho que permanecem na propriedade em sua maioria estão solteiros. Tal condição se dá pelo fato de que com a saída das jovens do campo, os moços agricultores tendem a contrair casamento com moças do urbano. Ou ainda, por não contraírem casamento com moças do rural, por estas estarem em menor número, acabam optando por permanecerem no rural e solteiros, sendo que

além do celibato ocorre ainda um movimento que implica no processo de envelhecimento do rural e sua masculinização.

No que se refere ao trabalho no meio rural e as formas como as agricultoras se reconhecem pode se perceber que não há, por parte das mulheres, o reconhecimento de suas atividades e de sua condição de agricultora familiar. Sendo que o trabalho desempenhado por elas é visto e/ou tido como ajuda, não caracterizando assim, para elas próprias, como sendo sua profissão, suas práticas e fazeres.

Em relação ao processo de legitimação e reconhecimento de seu trabalho e de sua identidade como agricultoras familiares, percebeu-se uma necessidade do reconhecimento externo ou ainda de uma espécie de reafirmação de sua condição, sendo que tal modelo é tratado por (Bourdieu, 2001) como sendo a demanda ou a necessidade de *legitimação*. Tal fato está relacionado neste cenário a um olhar que pudesse reafirmar para elas mesmas o que estas gostariam de dizer ou sentir em relação a sua condição de agricultoras familiares.

Outro fator a ser observado está relacionado ao trabalho desempenhado, ao tempo empregado e aos seus resultados. Em sua maioria as agricultoras não tangibilizam o trabalho por elas desempenhados e pareceram num primeiro momento não terem, em qualquer de suas rotinas, parado para relacionar o trabalho que elas desempenham nas propriedades. Ou ainda, não relacionar este trabalho aos fatores importantes para o desenvolvimento da propriedade, como sendo trabalhos geradores de recursos ou de desenvolvimento nas suas diferentes dimensões, que vão além do viés econômico monetário. Assim, fica ainda evidente que não há, por parte das agricultoras, a dimensão de quais e quantas atividades elas desempenham ou estão responsáveis no ambiente rural e até mesmo fora dele, visto que o rural não é um espaço isolado. Sua carga de trabalho chega a 16 ou 18 horas por dia, sendo que tais práticas acontecem nos sete dias da semana. Quando elencadas, as atividades que estas mulheres desempenham mesmo algumas mulheres não considerem como trabalho várias atividades de sua dia a dia, ultrapassariam em alguns casos a quantidade de 30 ou até 50 atividades diárias.

Percebeu-se ainda que, no que se refere ao tempo empregado para o desempenho das atividades, não há uma divisão de tempo para realização de trabalhos dentro de casa e aquele destinado às práticas agrícolas. Sobre os resultados dos trabalhos realizados, há uma maior valorização, por parte das mulheres, ao trabalho dos homens do que o desempenhado por elas, havendo ainda na construção de seus discursos e olhares para as práticas desempenhadas por elas, de que o trabalho dos homens é mais importante que o das mulheres.

Fica evidente também que embora haja por parte delas um entendimento de que estas participam do processo de decisão sobre os trabalhos que serão desempenhados, quem desempenha cada atividade e qual o tempo empregado para tais afazeres, à palavra final, quase que na totalidade, ocorre pela figura masculina, também em sua maioria a do marido, mesmo nos casos em que há filhos homens gerenciando a propriedade. Havendo, assim, não apenas um processo de divisão sexual do trabalho, mas ainda a do patriarcado no que tange à gestão e aos processos de tomada de decisão.

Tais fatores ficam mais explícitos quando tratamos das questões relacionadas à renda e à gestão dos recursos. Os homens são responsáveis pelas compras e vendas de produtos e pela decisão sobre os investimentos. Estes respondem em sua maioria pela tomada de recursos de programas e projetos advindos de políticas públicas. Há neste contexto uma falsa ou mínima participação no processo de tomada de decisão sobre a gestão do recurso, mesmo havendo inicialmente, por parte das mulheres, uma percepção diferente. Ou seja, há por parte delas uma sensação de participação, mas analisando as falas trazidas ao longo das entrevistas na maioria delas, fica evidente que a palavra final é do esposo, ou de um filho homem.

O uso e acesso às novas tecnologias e a eletrodomésticos é trazido como um fator de extrema importância para o trabalho das mulheres no meio rural. Porém, em alguns casos a tecnologias colocou as mulheres em outros espaços de maior invisibilidade, e em outros apontou ainda para mais ou novos afazeres para as mulheres. Como exemplo deste último, conforme apontado pelas agricultoras, a máquina de lavar economiza tempo e esforço, porém no tempo em que a máquina realiza parte da atividade, as mulheres tendem a ocupar seu tempo assumindo novos afazeres na propriedade.

Sobre as percepções das mulheres agricultoras familiares sobre a importância destas no meio rural, é unânime o direcionamento destas de que a existência do rural está condicionada a permanência da mulher na agricultura. Muitas ainda apontam que a estada da mulher no rural é primordial para que o homem também fique na agricultura e por sua vez haja a produção de alimentos e a existência de atividades agrícolas. Parece que a importância dada a elas para sua estada no rural não está diretamente ligada a sua figura ou ao trabalho e práticas desempenhadas por elas, mas o quanto tais práticas fortalecem e contribuem para que o homem fique ali.

Dessa forma, pode se perceber que o trabalho feminino rural embora tenha imbricado em suas práticas o modelo de divisão sexual do trabalho e patriarcal, este tem fundamental importância no que tange o desenvolvimento.

Os saberes e afazeres das mulheres do meio rural embora tenham sofrido transformações ou reinvenções foram assumindo novos espaços, sendo que estes contribuem em diferentes dimensões para a valorização do trabalho feminino rural e para a visibilidade das agricultoras familiares. O desenvolvimento como liberdade como é tratado por Sem (2000), em especial nas últimas duas décadas, tem ganhado maior força e expressão, sendo que seus fatores são fundamentais para a conquista da autonomia feminina e igualdade de direitos.

Pode se concluir ainda que os estudos sobre as mulheres, em especial as que estão no contexto da agricultura familiar, contribuem para uma maior visibilidade não apenas das mulheres agricultoras familiares mais também do rural como um todo, que muitas vezes é colocado em segundo plano nas agendas políticas e por sua vez nos demais espaços da sociedade. O ambiente rural e o trabalho das mulheres apresentam-se como sendo indispensável para a compreensão e a promoção do desenvolvimento, não podendo deixar de relacionar os saberes tradicionais, a segurança alimentar e as suas amarrações.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. In, ORTEGA, A. C. FILHO, N.A. (org.). **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Alínea editora. Campinas, 2007.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura, diferenciação social e desempenho econômico**. Texto apresentado no seminário Desafios da Pobreza Rural no Brasil, Rio de Janeiro, 30-31 de maio de 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. 1999.

ABRAMOVAY, R.; et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Edições UNESCO, p 101. 1998.

ALVES, M.F. **Dificuldades no acesso ao crédito pelas mulheres rurais**. Discutindo a experiência do Pronaf Mulher no Oeste Potiguar. In CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 07, 2006, Quito. Anais.

ANDRADE, É. R.; JR, N Narciso G. **Uma discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por soberania alimentar**. Textos e Contextos (Porto Alegre), v 12, n 2 p. 392-402, jul./dez. 2013.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. **O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005.

BARBOSA.A.A.N. **MULHERES NA AGIRCULTURA FAMILIAR DO SEMI ARIDO NORTE- MINEIRO: DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E GÊNERO NO PROJETO JAÍBA**. Tese(Doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2013. p 223.

BELLONI, M. L.; GOMES, N. G. **INFÂNCIA, MÍDIAS E APRENDIZAGEM: AUTODIDAXIA E COLABORAÇÃO**. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 717-746, out. 2008.

BERNARDES, Nilo. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. Unijui, 1997. p. 147 .

BRASIL. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Novembro, 2013.

Estudos de Reordenamento Agrário – nº 01 (2006) - Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação, Projeto Crédito Fundiário e Combate a Pobreza Rural, 2006.

BRUMER, A.; PANDOLFO, G.C.; CORADINI, L. **Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil.** Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

BRUMER, Anita. **Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul.** Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

BRUMER.A. MULHER E DESENVOLVIMENTO RURAL In: PRESVESLOU,C. ALMEIDA,F.R. ALMEIDA,J.A(Org). **Mulher, Família e Desenvolvimento Rural.** Santa Maria: Ed. Da UFSM, 1996. pp 39-58

BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo, 1992. Editora da Universidade Paulista, Tradução Magda Lopes.

CAMBRUZZI, M.R.G.; GEVEHR,D.L. **Práticas femininas: percepções e significados.** Mulheres em Boa Esperança, Rolnate, 2008. Universo Acadêmico. Faculdades Integradas de Taquara.- Vol. 2, nº.1(jan./dez.2009). Taquara: FACCAT, 2009, P.79-112.

CARDOSO, E. M. ; et al.. **As Mulheres de Minas dão Cara e Coragem à Construção da Agroecologia.** In: Congresso Brasileiro de agroecologia / II Congresso Latino Americano de Agroecologia, 2009, Curitiba. anais do : VI Congresso Brasileiro de Agroecologia - II Congresso Latino Americano de Agroecologia, 2009.

CARNEIRO, M. J. **Política Pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf.** Revista de Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, n 8, p 70-82. Abr. 1997.

CAVALCANTI, E.R. **Gênero e Diversificação- uma abordagem necessária.** In: Revista de Estudos Sociedade e Agricultura, 05, novembro, p. 45-57, 2005.

CONTAG. **Margaridas na Luta por: Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade.** Disponível em http://www.contag.org.br/imagens/fcaderno_textos_marcha_2011.pdf. Acesso em 14 de nov de 2013.

COPETTI, L. D. **Fatores que dificultam o acesso dos agricultores familiares as políticas de crédito rural: O caso do pronaf- crédito no município de Alegria-RS.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2008.

CRUZ, A. M. B. DIREITOS HUMANOS E DIREITO DA MULHER. In: PRESVESLOU,C.; ALMEIDA,F.R.; ALMEIDA,J.A(Org). **Mulher, Família e Desenvolvimento Rural.** Santa Maria: Ed. Da UFSM, 1996, p 135-151.

DINIZ, R.F.; et al. **Gênero e Etnobiodiversidade: o trabalho da mulher na agroecologia em comunidades quilombolas de Minas Novas e Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG.** In: V SIMPÓSIO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA/SUDESTE E I ENCONTRO MINEIRO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA: BIODIVERSIDADE E SABERES LOCAIS: COMO ALCANÇAR A TERCEIRA MARGEM? Viçosa. 14 a 17 de abril de 2010.

EMATER/RS. **Estudo de Situação do Município de Rolante**. Rolante/RS. 1996

FURTADO.C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4 ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra . 1974. Reimpresão, 2003.

GEHRKE.R. **Meliponicultura**: o caso dos criadores de abelhas nativas sem ferrão no vale do Rio Rolante(RS). Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Rural)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural,UFRGS. Porto Alegre, 2010.

GOMES JUNIOR, N. N.; ANDRADE, E., R. **Uma Discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por soberania alimentar**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 2, p. 392 - 402, jul./dez. 2013.

GRANDO,M. Z. **Um retrato da agricultura familiar gaúcha**. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 159-176, 2012 .

GUEDES, O.S.; DAROS, M.A. **O cuidado como atribuição feminina**: contribuições para um debate ético. Serviço Social em Revista: Universidade Estadual de Londrina, jul.-dez./2009. 13 p. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/pdf/2009/2009_2/83%20O%20Cuidado%20como%20atribuicao%20feminina.pdf>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2014.

GUILHOTO, Joaquim J.M.; et al. **Agricultura Familiar na Economia**: Brasil e Rio Grande do Sul. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (Estudos Nead, 9), p. 44, 2005.

HEGEL, G.W. **A Fenomenologia do Espírito**. São Paulo: Abril Cultural. (Os Pensadores), 1980.

HEREDIA, B. M. A. ; CINTRAO, R. . **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Revista NERA (UNESP), v. Ano 9, p. 1-28, 2006.

HERNÁNDEZ, C. **O. Política de crédito rural com perspectiva de gênero**: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais? 2009 f. 248. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2009.

HERNANDEZ, Carmen Osório. **POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL COM PERSPECTIVA DE GÊNERO**: um meio de "empoderamento" para mulheres rurais? Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2013.

HOFF,C.R.; LAZZARI,M.R. **DINÂMICA SETORIAL, EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE E CRESCIMENTO DA ECONOMIA GAÚCHA NOS ANOS 2000**. IN: MATOS,Eli José de & BAGOLIN, Iseto Penho(Org). **Desenvolvimento Economico no Rio Grande do Sul**: já não somos o que éramos? EDIPUCRS, 2014, p. 11-26

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**: resultados preliminares. Rio de Janeiro, p. 1-146, 2006.

_____. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso de mai a agos de 2014.
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinte-seindicsociais2007/default.shtm>. Acesso de jun a agos de 2014.

_____. Disponível em :
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/>. Acesso de jun a agos de 2014.

_____. Disponível em :
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/>. Acesso de jun a agos de 2014.

KARAM, Karen F. **A mulher na agricultura orgânica e novas ruralidades**. Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), v. 12, p. 303-320, 2004.

LAMARCHE, Hughes (coord) Agricultura Familiar: comparação internacional. Vol I. **Uma realidade multiforme**. Campinas: UNICAMP. Trad. Angela M. N. Tijiwa. (Coleção Repertórios). 1993.

LECHAT, Noelle Maria Paule. **A questão de Gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST): estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul**. Ijuí, RS:UNIJUÍ, 1996.

LOPES, M.J.M.; Divisão do Trabalho e relações sociais do sexo: pensando a realidade das trabalhadoras do cuidado com a saúde. In: **Gênero e Saúde**. LOPES, M. J.M,; MEYER,D.E.; WALDOW,V.R.(Org). Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LOURO, G. L.. O currículo e as diferenças sexuais de gênero. In: COSTA, M. V. (Org.) **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MADRUGA, L.R, da R.G. **Comportamento Coletivo e interações sociais no comitê de gerenciamento da bacia hidrográfica do rio Santa Maria: aprendizagem social e emergência do empreendedorismo socioambiental**. Tese(doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Centro de Estudos e Pesquisa em Agronegócios, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, 2009.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales . **A "masculinização" da produção de leite**. Revista de Economia e Sociologia Rural v. 47, p. 275-299, 2009.

MAIA, C. ; LOPES, M. F. . **As Desigualdades de Gênero no Contexto do Desenvolvimento Humano**. UNIMONTES Científica, UNIMONTES, v. 1, p. 75-88, 2001.

MARONHAS, M.E.S.; et al. **Intercâmbio e Sistematização de Experiências Agroecológicas de MULHERES- Região Sul**. VII Congresso Brasileiro de Agroecologia-Fortaleza/CE. 12 a 16/12/2011. Vol 6, N 2.

MELLO, Márcio Antonio; et al. **Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar**. São Paulo (SP), 50 (1): 11-24, 2003a.

MELO, H.;DI SABATO, A. Mulheres rurais- invisíveis e mal remuneradas. In: **MDA-PPIGRE- Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília, MDA-NEAD, 2006. p. 47-87

MENASCHE, Renata . **Capinar**: verbo conjugado no feminino? Notas de pesquisa sobre gênero e percepções de risco na agricultura familiar. Cuadernos de Desarrollo Rural, Bogotá, v. 53, p. 25-36, 2004.

MESQUITA, L. A. P. **Relações de gênero na Comunidade Rancharia**: o trabalho das mulheres na agricultura familiar. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, v. 5, p. 98-113, 2014.

MICHELIN,M.J.; et al. **A participação das mulheres na feira agroecologia de Santa Cruz da Baixa Verde**. VII Congresso Brasileiro de Agroecologia- Fortaleza/CE- 12 a 16/12/2011. Cadernos de Agroecologia. Vol 6, N2, dez 2011.

NARCISO.N.;HENRIQUES,P.D. **Desenvolvimento rural, mulheres e terra**- Um olhar sobre Timor- Leste. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008 p. 21.

NASCIMENTO, S. M. V. **Agricultura familiar, agronegócio e a produção das trabalhadoras rurais**: processos de expropriação, dominação e resistência na zona rural do Maranhão. 2013.

NAVARRO,Z. 2001. **Desenvolvimento rural no Brasil**: os limites do passado e os caminhos do futuro. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>. Acesso em 24 de outubro de 2014.

_____. **Agroecologia**: a produção da mentira. Colóquio- Revista das Faculdades Integradas de Taquara. V.10, n. 2, jul./dez./2013. Taquara: FACCAT, 2013.p. 163-168. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S010320032009000100010&lng=en&nr m=iso&tlng=pt . Acesso em: 20 de julho de 2014.

PAIVA, C. A. **Fundamentos da Análise e do Planejamento de Economias Regionais**. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu., 2014.

_____. **Agroecologia**: a produção da mentira. Colóquio- Revista das Faculdades Território Paiva. Disponível em:<http://www.territoriopaiva.com>. Acesso de junho a setembro de 2014.

_____. **Agroecologia**: a produção da mentira. Colóquio- Revista das Faculdades Território Paiva. Disponível em:<http://www.territoriopaiva.com>. Acesso de junho a setembro de 2014.

PAULILO, MARIA IGNEZ S. **TRABALHO FAMILIAR: UMA CATEGORIA ESQUECIDA DE ANÁLISE**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004 p. 229-252.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007

PESAVENTO, S.J. **História do Rio Grande do Sul**. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PICOLOTTO, E. **Novos movimentos sociais: economia solidária e comércio justo**. Revista Otra Economía, no.3, vol.2, 2008.

PLOEG, J. D. V. D. **The new pensive: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization**. London: Earthscan, 2008.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

PNAD- **Pesquisa Nacional de Análise de Domicílio**. Disponível em : <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinte-seindicsociais2006/default.shtm>. Acesso em: 14 de junho a 27 de agosto.

REVISTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA. **Secretaria Nacional de Política Agrícola**, Companhia Nacional de Abastecimento, 1992- Ano XIX - Edição Especial Aniversário do Mapa – 150 anos. Jul. 2010 Brasília, DF

ROMANO, J.;BUARQUE,C.M. **Crédito e gênero no nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro:AS-PTA, 2001.

SCHNEIDER, S. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. Rev. Econ. Polit. vol.30 n.3 São Paulo July/Sept. 2010.

_____ **Agricultura Familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso**. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, Vivien (org.). **Desenvolvimento Rural – Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijui, 2006.

_____ **As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluralidade e as atividades rurais não-agrícolas**. Redes. Universidade de Santa Cruz do Sul- UNISC. Vol. 9, nº 3- set./dez./ de 2004.

_____ **A pluralidade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHOTT, Robin. **Eros e os processos cognitivos: uma crítica da objetividade em filosofia**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SCOTT, Joan Wallach. **“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHIEROLT, José Alfredo. **Rolante, rio que gera a história: homenagem pelos 50 anos do município.** Rolante: J.A.S/Câmara Municipal de Vereadores, 2004.

Siliprandi E, Cintrão R. **Pesquisa Participação das Mulheres no PAA – Quinto Produto –** Análise quantitativa das modalidades operacionalizadas pelo MDS. S/l, Relatórios de Consultoria nº 1-9, dez/2009 a nov/2010.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia:** a construção de novos sujeitos na agricultura familiar. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 4, p. 5253, 2009

SILVA E PORTELA. **Divisão sexual do trabalho em área:** rurais no Nordeste brasileiro: In: SCOTT, Parry & Cordeiro, Rosineide (orgs). Agricultura familiar e gênero: Práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2006.

SILVA NETO, B. & BASSO, D.; (Org). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul:** análise e recomendações de políticas. Ijuí/RS: Editora UNIJUI, 2005.

SILVA, M.A.M. DE COLONA A BÓIA-FRIA. In: PRIORI, M.D.; Bassanezi, C. (coordenadora de textos). **História das mulheres no Brasil.** 7.ed.- São Paulo: Contexto, 2004. p. 554- 577

SILVEIRA, A. C.; SCHWARTZ, C. **TICs e relações afetivo-produtivas na agricultura familiar:** enfrentando o isolamento e a exclusão digital. In: II CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO. Brasília, 2011. Anais... Brasília: Instituto de Economia Aplicada, 2011.

SMITH, A. ([1776] 1982). A Divisão do Trabalho limitada pela extensão do Mercado. In: **A Riqueza das Nações. Livro I.** São Paulo: Abril Cultural, pp. 77 e segs. (Os Economistas)

SPANVELLO, R. M.. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar.** Tese (doutorado em Desenvolvimento Rural. (Faculdades de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, porto Alegre, 2008.

STADUTO, J. A. R. ; et al. **Desenvolvimento rural e gênero:** ocupações e rendas das mulheres das famílias agrícolas e rurais do Paraná. In: V Encontro de Economia Paranaense, 2007, Curitiba. Encontro de Economia Paranaense: Perspectivas de inserção global e equidade interna. Curitiba: UFPR, 2007. v. 1. p. 1-24

STOFFEL, J. **A influência da agricultura familiar no desenvolvimento rural da Região Sul do Brasil.** Tese de doutorado em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz: UNISC, 2013. Disponível em: <http://btd.unisc.br/Teses/JaneteStoffel.pdf> . Acesso em 10 de julho de 2014.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor (do) casamento na agricultura familiar. Revista Estudos Feministas, CFH/UFSC, v. 12, n.1, 2004.

TEDESCHI, A.L. **O USO DA CATEGORIA GÊNERO NA HISTÓRIA DAS MULHERES CAMPONESAS NO BRASIL: UMA FERRAMENTA NECESSÁRIA.** Anuario de Hojas de Warmi. N 15, 2010.

TRÊS PINHEIROS. <https://trespinheirosdaserra.wordpress.com>. Aceso em 24 de outubro de 2015 às 22:30.

VEIGA, E.J. O. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento.** Estudos avançados. 43, set-dez, 2001, p. 101-119.

VEIGA, José Eli et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Nead, Série Textos para Discussão, n. 1, ago. 2001.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX Encontro anual do ANPOCS. GT 17, processos sociais agrários. Caxambu/MG, outubro de 1996.

_____. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: TEDESCO (Org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo- RS: UPF, 2001.

_____. **Mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, a agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009

WAQUIL, P. D. Políticas agrícolas e agrárias: a experiência brasileira. In: ALMEIDA, J (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural:** percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique. Editora da UFRGS, p. 202-219, 2009.

WAQUIL, Paulo D, SOUZA M. NOVAS DINAMICAS DA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL: RESPOSTAS A UM NOVO CENÁRIO. IN: MATOS, Eli José de & BAGOLIN, Iseto Penho(Org). **Desenvolvimento Econômico no Rio Grande do Sul:** já não somos o que éramos? EDIPUCRS, 2014, P. 71-90

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar.** Tese de doutorado em Sociologia. Porto Alegre: UFRGS, 2009

ZANETTI, C.; MENASCHE, R. **Segurança alimentar, substantivo feminino:** mulheres agricultoras e autoconsumo. In: MENASCHE, R. (org.). A103:A117 Saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2007. p. 130-141

ZORZI, Analisa. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao PRONAF-Mulher em Ijuí-RS.** Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

ZUANAZZI, P.T.; BANDEIRAS, M.D.; STAMPE, M.Z. PERFIL DEMOGRÁFICO DO RS: EVOLUÇÃO, TENDÊNCIA E IMPACTOS ECONOMICOS. IN: MATOS, Eli José de & BAGOLIN, Iseto Penho(Org). **Desenvolvimento Econômico no Rio Grande do Sul:** já não somos o que éramos? EDIPUCRS, 2014, p. 27-50